

Raul Coelho Barreto Neto

# MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM

Os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)



## **MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM**



## **Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

Lourivaldo Valentim da Silva  
Reitor

Maria Nadja Nunes Bittencourt  
Diretora da Editora

### **Conselho Editorial**

Atson Carlos de Souza Fernandes  
Jose Bites de Carvalho  
José Cláudio Rocha  
Liege Maria Sitja Fornari  
Ligia Pellon de Lima Bulhões  
Luiz Carlos dos Santos  
Narcimária do Patrocínio Luz  
Sandra Regina Soares  
Wilson Roberto de Mattos

### **Suplentes**

Diego Gervásio Frías Suarez  
Gilmar Ferreira Alves  
Juracy Marques dos Santos  
Leliana de Souza  
Mariângela Vieira Lopes  
Miguel Cerqueira dos Santos  
Valdélío Santos Silva

Raul Coelho Barreto Neto

**MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM**  
**Os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)**

EDUNEB  
Salvador  
2012

© 2009 Autor

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.

Esta editora adota o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,  
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

Impresso no Brasil em 2013.

## **Ficha Técnica**

### **Coordenação Editorial**

Ricardo Baroud

### **Coordenação de Design**

Sidney Silva

### **Revisão**

Nadja Nunes

### **Editoração Eletrônica**

Grajaú Gráfica e Encadernadora

---

## **Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB**

---

Barreto Neto, Raul Coelho

Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910 - 1945) /  
Raul Coelho Barreto Neto . - Salvador: EDUNEB, 2012.  
164p.

ISBN 9788578870614

Contém referências

1. Brasil - Marinha - História. 2. Marinheiros - Bahia - História. 3. Marinheiros -  
Formação - Bahia - História.

CDD: 981.05

---



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 - Salvador - Bahia - Brasil - Fone: +55 71 3117-5342

eduneb.editora@gmail.com - editora@listas.uneb.br - www.eduneb.uneb.br

Ao capitão-de-fragata Raul Coelho Barreto,  
aluno número 75 da turma de 1939;

Aos tantos outros meninos que passaram pela  
Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

“Há três espécies de homens:  
os vivos, os mortos e os que andam no mar.”

Platão

# Sumário

<b>Prefácio</b>	11
<b>Apresentação</b>	15
<b>Meninos, todos a bordo!</b>	23
O panorama educacional	26
Ingressando na Escola de Aprendizes	33
Um perfil geográfico dos recrutas	55
<b>Formando os “batalhões da esperança”</b>	61
A importância das escolas para a Marinha	64
Os ensinos básico, profissional e complementar	71
As condições estruturais	86
<b>“Nem a Marinha deu jeito!”</b>	93
As bases hierárquicas e disciplinares	96
As contravenções e penalidades	101
O “ser” aprendiz fora da Escola	122
<b>Fixando as amarras</b>	131
<b>Referências</b>	146
<b>Glossário</b>	162

# Prefácio

Confesso que a insônia me consumia nesta madrugada, quando me debrucei sobre as páginas escritas por Raul Coelho Barreto Neto. Preocupado com tantas atividades que a academia hoje nos reserva, prometi entrar pela noite e pelas histórias daqueles meninos na Escola de Aprendizes da Bahia, enquanto meus olhos não dessem sinal de cansaço. Nutria alguma expectativa, mas nada que me consumisse por inteiro. Traí-me. Não dormi mais. Leitor, advirto, Raul nos figa pela letra. Ele posiciona as palavras, vírgulas e pontos tal qual o metódico artesão. Qualidade essa que faz muito bem aos olhos de pessoas como você, eu e mesmo o leitor distante das dissertações e teses universitárias. Compensa ler essas páginas já pela narrativa própria do autor, embora cause injustiça elogiar unicamente a verve empregada nessa cativante obra.

O leitor terá a grata oportunidade de conhecer a história da Escola de Aprendizes-Marinheiros na Bahia e a de seus estudantes durante a primeira metade do século XX. Histórias que abrangem também as de outras urbes espalhadas pelo país. Há um seletivo grupo de fontes muito bem explorado por Raul Neto, que acompanhou o dia-a-dia da escola nos relatórios ministeriais, nos livros de registros, ouviu relatos de ex-aprendizes e leu jornais da época. É agradabilíssimo acompanhar uma parte das experiências vividas naquele quartel, a meio caminho do Elevador Lacerda.

Raul Neto procura revelar a experiência da unidade baiana entre os anos de 1910 e 1945, ou seja, entre a Revolta da Chibata – a qual prefiro chamar de Revolta dos Marinheiros de 1910 – e o fim da Segunda Guerra Mundial. Ele selecionou uma fatia do

tempo repleta de mudanças instadas pelos fracassos do Plano de Reaparelhamento Naval de 1904 e pelas necessidades de a Marinha adaptar-se às inovações tecnológicas que as sucessivas guerras traziam. Marinheiros das embarcações movidas ao sabor dos ventos, recrutados à força ou enviados pela polícia, como eram comuns ao longo do século XIX, não mais correspondiam aos equipamentos de navios movidos à energia vapor, repletos de máquinas, refrigeradores e canhões de pontarias mais precisas. As escolas, os ditos “viveiros da Marinha”, tinham de melhor selecionar e preparar os futuros marujos. Pelo menos era esse o objetivo desejado.

O leitor compreenderá a imensa dificuldade e as barreiras surgidas na implementação dessas mudanças, num sistema militar de educação quase centenário. Raul Neto nos revela como velhos hábitos e problemas crônicos conviviam com novas práticas. A fragilidade da infraestrutura nas escolas, a falta de professores, as limitações do atendimento médico, o péssimo comportamento de alguns alunos, os castigos e, mais constrangedor, o alistamento compulsório de muitos aprendizes punham em xeque os resultados esperados na formação do marinheiro, que deveria ocupar os modernos navios.

A prática do recrutamento forçado nas instituições militares marcou o período imperial e retirou das famílias mais pobres e das ruas os soldados e marinheiros necessários ao serviço militar, resolvendo o problema do cárcere e da falta de mão-de-obra no Estado. A aplicação de castigos físicos, por seu turno, completou o método de disciplinamento, submetendo o indivíduo pelo terror do sofrimento e da humilhação. Mas aquele tempo ia paulatinamente sofrendo um processo de mudança, de transformação, no qual antigas e novas práticas dividiam espaços que clamavam por uma definição. A Marinha não saiu ilesa desse processo, e seus impactos puderam ser sentidos na Guerra do Paraguai, nas falhas do projeto de

reaparelhamento naval (1904) e nas revoltas dos seus oficiais (1893) e na de seus marinheiros (1910). O período subsequente (1910-1945) foi de reflexão e ações que tendiam a ser mais amadurecidas, embora falhas acontecessem em muitos níveis. É esse período, caro leitor, que o convido a conhecer, nas páginas muito bem redigidas por Raul Coelho Barreto Neto.

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## Apresentação

Ao longo da infância, quando ainda me faltava o devido discernimento sobre as coisas da vida e mal sabia organizar os pensamentos, sempre escutei do meu avô paterno a firme e orgulhosa sentença de que ele havia sido “adotado pela Marinha”. Pronunciada infinitas vezes, acabei por internalizá-la em algum recanto da memória, deixando-a em desuso, entretanto. Foi somente com a passagem para uma fase mais amadurecida da minha existência que ela começou a ganhar contornos mais nítidos. Encerrada a graduação em História, passei a levantar possibilidades temáticas para um eventual mestrado. Remexendo minhas vivências e afinidades, lembrei-me da velha frase e passei a dedicar parte do meu tempo a fim de lapidá-la; dar a ela um formato que me possibilitasse enxergar as razões que levaram o comandante Barreto, garoto simples residente em Itapagipe, na Salvador dos anos 1930, a reservar à Armada uma importância maternal.

Tendo por sede o Rio de Janeiro, onde até hoje se localiza a “espinha dorsal” da Marinha, a primeira companhia de aprendizes-marinheiros, no Brasil, foi criada a 27 de agosto de 1840. Conforme o ato assinado pelo ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, o visconde de Albuquerque, ela abrigaria até duzentos jovens com idade entre os 10 e 17 anos, ficando subordinada ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Sete anos antes, um primeiro passo já havia sido dado no sentido de se enriquecer e sistematizar a formação dos pequenos marujos, quando da regulamentação das

escolas de primeiras letras a bordo de navios da Esquadra. Até então, o ensino limitava-se às artes e técnicas navais e dava-se no dia-a-dia das embarcações. O processo de aprendizagem muito se assemelhava ao que ocorria em séculos anteriores, quando a maioria das crianças arregimentadas ia para o mar sem nenhum treinamento prévio.

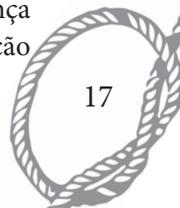
A presença de menores grumetes e pajens a bordo de naus e caravelas data, pelo menos, dos Seiscentos, época em que se desenvolve a expansão marítima portuguesa pelo Atlântico. Nesse período, estima-se que aproximadamente 10% das tripulações das embarcações eram formadas por meninos com menos de 15 anos. Muitas vezes realizados de modo forçado, esses recrutamentos eram normalmente motivados pela falta de mão-de-obra adulta e pela pobreza que afligia as famílias dos infantes. Além disso, Norbert Elias, em seus estudos sobre o labor marítimo, sustenta que “apenas pessoas iniciadas em tenra idade na vida no mar” poderiam dominar as técnicas da navegação a vela. Ter o que ele chama de “mente de um artesão”, imprescindível para se exercer cargos de comando a bordo.

Província das mais prestigiosas, a Bahia somente seria contemplada com sua companhia de aprendizes no dia 27 de janeiro de 1855, uma década e meia após o estabelecimento da primeira unidade. Regulamentada pelo visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, ela teve como primeiros quartéis as corvetas Bertioğa e Euterpe. Em 1870, passou a funcionar no forte de São Marcelo, sendo finalmente transferida para edifício situado nos terrenos do Arsenal de Marinha em 1885, após reorganização administrativa promovida pelo Almirantado. Naquela oportunidade, as companhias foram rebatizadas como escolas e receberam uma identificação numérica, cabendo à da Bahia o número sete. Já no século XX, sofreu ampliações estruturais, mantendo-se na capital do estado até sua desativação, em 1973. Ao longo dos seus quase 120 anos de atuação, foram milhares os jovens nela alistados e, uma vez concluído o curso, elevados a marinheiros nacionais.

Expressivos, estes números traduzem a relevância das escolas de aprendizes não só no período imperial, como também na República. Se, por um lado, as rodas dos expostos surgiram como as primeiras instituições de auxílio à criança no Brasil, por outro, essas organizações navais tornaram-se as pioneiras voltadas ao seu aprendizado profissional. Mais que isso, com o seu estabelecimento, pela primeira vez criou-se no país uma instituição inteiramente pública para menores. No quadro social baiano em particular, ela consistia em uma das raras alternativas de educação profissionalizante destinada à infância pobre. É justamente sobre este e inúmeros outros aspectos relacionados à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e seus personagens onde se concentra o foco do livro ora apresentado.

Não faz tanto tempo que pesquisar o passado das Forças Armadas resumia-se basicamente a debruçar-se sobre os seus “grandes” homens e feitos; destrinchar cronologicamente a vida de heróis e exaltar conquistas militares, como aquela obtida na Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX. Esse tipo de abordagem, habitualmente denominado nos dias de hoje como “paradigma tradicional”, é descrita por Peter Burke como “história rankeana”, uma referência ao alemão Leopold von Ranke, apontado pai da chamada “História científica”. Segundo o autor, os investigadores que por ela se norteiam teórica e metodologicamente enxergam o texto histórico como uma narrativa acrílica e objetiva, essencialmente dedicada à dimensão política do processo. Em geral, aquilo o que não diga respeito aos interesses do Estado nos planos nacional e internacional é marginalizado; considerado tópico de interesse periférico.

Até a década de 1960, um dos raros trabalhos que fugiam à regra no país era História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré. Lançada no ano seguinte à instauração do regime militar, é provável que a obra tenha gerado certa inquietação e desconfiança em grande parte do oficialato da época. Nela, o general, de orientação



marxista, decompõe criticamente a nossa trajetória marcial desde a Colônia e traz aspectos até então pouco conhecidos das estruturas de poder existentes na caserna. Em contrapartida, os sujeitos quase não aparecem em sua análise, de cunho mais geral. Os poucos por ele citados são chefes militares em evidência no cenário nacional nas mais variadas fases, como os ex-presidentes Floriano Peixoto e Eurico Gaspar Dutra. Os grupos subalternos, quando mencionados, aparecem como massa homogênea. Seus componentes são desprovidos de nome ou rosto; não possuem a vida marcada por individualidades e experiências próprias.

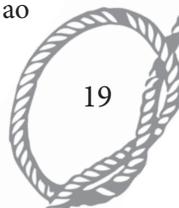
Foi somente com o despertar das últimas décadas que a história militar passou a ser observada a partir de outros ângulos. Sentindo-se atraídos pela ideia de explorar o passado na perspectiva do soldado raso, do simples marujo e não do grande comandante, vários pesquisadores da área das ciências humanas tiveram a iniciativa de desenvolver projetos antes impensáveis. Neste sentido, o próprio Elias, ainda que de forma breve, nos brinda com uma apurada investigação sobre a gênese da profissão naval na Inglaterra, apresentando-nos alguns de seus valores e tradições mais longínquos. Deixando de lado o que chama de “face institucional” e voltando-se para as “relações humanas reais por trás dessa face”, ele nos leva a refletir sobre o fato de que corporações como a Marinha não se fazem por si só. Por trás delas invariavelmente existem seus construtores, sejam eles renomados almirantes ou grumetes anônimos.

No Brasil, é visível o recente crescimento no número de estudos que versam sobre as relações sociais presentes nas Forças Armadas, inclusive na Marinha de Guerra. Compreendendo que os militares não se encontram isolados da sociedade, na qual são recrutados, Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, por exemplo, organizaram há poucos anos extensa publicação sobre diversos aspectos pertinentes ao meio. Sob o título de Nova história militar brasileira, seu leque de temas abrange desde a deserção de soldados no século XVIII até o homossexualismo por trás dos

muros das organizações. No que diz respeito à Armada Nacional, especificamente, um dos trabalhos a serem destacados é A ressaca da marujada, de Álvaro Pereira do Nascimento. Ocupando-se essencialmente do cotidiano a bordo de navios da Esquadra imperial, ele discute algumas de suas nuances em um nível de aprofundamento raramente notado na bibliografia oficial.

Apesar dessa proliferação, o volume de material existente talvez pudesse ser maior, não fosse as desavenças por tanto tempo nutridas entre os meios acadêmico e militar. Afinal, sabemos que o envolvimento das nossas Forças Armadas em diversos momentos da história política do Brasil sempre levou setores formadores de opinião, inclusive dentro das universidades, a defenderem de modo irrevogável ideias e posicionamentos antimilitaristas. Por outro lado, a imagem que muitos oficiais mantinham da Academia, especialmente nos chamados “anos de chumbo”, era a de covil de subversivos que punham em risco os interesses da Pátria. Diante de feridas difíceis de serem cicatrizadas, acreditamos que somente o passar do tempo e o apelo ao bom senso possam, aos poucos, apagar esse mútuo ressentimento.

Em relação à infância pobre e ao universo de instituições no país que se dedicaram ao seu acolhimento e instrução nas mais diferentes épocas, farto número de pesquisas seguramente pode ser encontrado. Todavia, poucas são ainda as que tratam exclusivamente da formação militar de menores. Em obra organizada por Mary Del Priore intitulada História das crianças no Brasil, Renato Pinto Venancio oferece-nos um capítulo dedicado aos meninos combatentes na Esquadra do século XIX. Similarmente, da parceria entre Vera Regina Beltrão Marques e Silvia Pandini nasceu o artigo “Feios, sujos e malvados: os aprendizes-marinheiros no Paraná oitocentista”, publicado na Revista Brasileira de História da Educação. Sobre a Escola de Aprendizes da Bahia, entretanto, nada de mais sistematizado foi por nós descoberto, o que confere ao presente estudo certo grau de ineditismo.



As fontes utilizadas no livro são, em sua grande maioria, produzidas pela Marinha e estão subdivididas em três grandes conjuntos. Em primeiro lugar estão os relatórios, tanto aqueles anualmente remetidos ao presidente da República pelo ministro da Marinha, quanto os elaborados por oficiais que comandaram a Escola de Aprendizes da Bahia. Outra categoria são os papéis relativos às matrículas dos alunos. Em geral, trata-se de petições feitas à instituição por genitores e outros reclamantes, cartas de recomendação, atestados de antecedentes criminais, além das fichas ou termos de alistamento. Por fim, destacamos os chamados livros de contravenções disciplinares, espécie de diário onde era efetuado o controle das infrações cometidas pelos rapazes. Das fontes, as únicas que expressam o ponto de vista dos aprendizes são as entrevistas obtidas com três ex-alunos da Escola e a obra memorialista de João Palma Netto, recruta alistado em 1941. Nessas circunstâncias, precisamos partir para uma leitura dita “a contrapelo” da documentação oficial, segundo Walter Benjamin, a fim de melhor nos aproximarmos dos aprendizes, dos seus superiores e da sua escola.

Frases atribuídas aos jovens aparecem nos livros de contravenções. Ao lado do registro da falta cometida existia um espaço reservado para a colocação dos argumentos de defesa do aprendiz. Porém, devemos ressaltar que seu preenchimento invariavelmente ficava a cargo dos praças e oficiais de serviço, sendo que, por vezes, o próprio militar responsável pelas anotações estava diretamente envolvido no imbróglio. Assim, é plausível que em muitas ocorrências as palavras expostas não expressem fielmente as versões concedidas pelos envolvidos. Não temos conhecimento se, depois de feito o registro, o aluno tinha o direito de lê-lo para que efetuasse eventuais correções ou ratificasse o que ali estava posto, medida por nós considerada sensata. Observando-se as inscrições, é provável que tal procedimento não fosse de praxe, abrindo, assim, brechas a arbitrariedades.

O livro está dividido em três partes principais. A primeira apresenta aspectos do ideário educacional fomentado no Brasil pelo regime republicano, assim como as opções ofertadas aos jovens dos grupos menos abastados na Bahia da primeira metade dos Novecentos. Localizada a Escola de Aprendizes-Marinheiros dentro deste contexto, nos deteremos à investigação das formas, motivações e possibilidades de ingresso dos menores na instituição, o que, como veremos, nos conduzirá a uma gama de alternativas e trajetórias bastante variada. Em seguida, ainda tendo em foco essa diversidade, apresentamos um perfil dos rapazes matriculados sob o ponto de vista geográfico.

Na segunda parte, inicialmente buscamos perceber de que forma as escolas de aprendizes-marinheiros enquadravam-se na estrutura administrativa da Marinha de Guerra e eram estrategicamente pensadas por seus almirantes. Já devidamente registrados e acomodados os meninos nas salas de aula, passamos então a detalhar as partes que integravam o curso ao qual eles estavam submetidos: os ensinamentos elementar, profissional e complementar. Em um momento posterior, averiguamos as condições físicas de funcionamento da Escola e de que maneira este fator interferia no andamento das atividades empreendidas.

Por fim, mergulhamos na hierarquia e na disciplina da Escola, aproximando-nos primeiramente de suas diretrizes e de como, na prática, elas ocorriam nas relações diárias entre aprendizes, praças, oficiais e demais sujeitos. Para tanto, não nos concentraremos pura e simplesmente na tipologia das violações que, aos olhos dos militares, eram cometidas pelos internos, mas também em suas causas e consequências; nas tensões, disputas e estratégias que as marcavam. Encerrando a terceira parte do livro, seguimos os passos dos meninos pelas ruas de Salvador, tentando visualizar os significados de ser um aprendiz de marinheiro para além das grades e muros da instituição.



## Meninos, todos a bordo!

O dia 16 de fevereiro de 1937, ao que parece, foi um dos mais movimentados no distrito da Conceição da Praia, Cidade Baixa, mais especificamente na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Afinal, vivia-se o período de matrículas para mais um ano letivo que em breve se iniciaria e dezenas de menores, acompanhados dos pais ou tutores, aglomeravam-se em suas dependências a fim de assegurar uma das vagas oferecidas. Uns entravam, outros saíam. Vários aguardavam a sua vez. Àquela altura faltava pouco. Já cientes da aprovação alcançada pelos meninos na inspeção de saúde e no exame de admissão – provavelmente realizados alguns dias antes –, e tendo entregue aos responsáveis pelo recrutamento a documentação necessária, os requerentes precisavam então apenas finalizar o processo seletivo, assinando os termos de alistamento de seus rebentos ou protegidos.<sup>1</sup>

Pelo menos seis dos 61 candidatos admitidos naquela terça-feira não haviam sido apresentados ao comandante da Escola pelos seus genitores. Antonio Calmon Wilkens e Guilherme Souza Santos, ambos contando 15 anos de idade, Raimundo Manoel Moura, Lourival Dario de Alcântara e Raimundo Pinto de Souza, de 16, além de Evandro de Oliveira, este de idade ignorada, tinham como origem a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, tradicional centro de amparo e formação criado ainda no final do século XVIII. Localizada não muito longe dali, após o cais do Porto e a feira de Água de Meninos, é possível que o pequeno grupo, liderado pelo seu tutor, padre Arnaldo Castro, tenha se sentido suficientemente disposto

a, mesmo em uma Salvador onde os dias de verão normalmente mostram-se ensolarados, vencer a pé os poucos quilômetros que separavam as duas instituições.<sup>2</sup>

Podemos sugerir que, para os menores – não só os admitidos em 1937, mas também em outros anos –, toda aquela movimentação promovida pelo alistamento na Escola de Aprendizes demarcava uma situação diferente em suas vidas, apesar das prováveis semelhanças com a oportunidade quando foram aceitos em São Joaquim, em passado não muito longínquo. Afinal, substituindo os clérigos e mestres de ofícios pelos oficiais e sargentos, mesmo que essa troca não fosse fruto de um desejo espontâneo ou trouxesse necessariamente mudanças significativas em suas condições de existência, eles passariam a conviver com outros sujeitos; a aprender diferentes saberes; enfim, a encarar uma nova rotina. Exercitando nossa capacidade imaginativa, vislumbramos novatos lançando a homens fardados de branco atentos e curiosos olhares, como que buscando respostas ainda não encontradas.

Para o padre Arnaldo, no entanto, os procedimentos burocráticos enfrentados naquele dia talvez não mais significassem uma novidade. Sabemos que a Casa Pia costumeiramente encaminhava alguns dos seus internos à Escola, geralmente quando estes atingiam a idade de 14 anos e, conforme o regulamento, não mais podiam lá permanecer (RODRIGUES, 2003, p. 185). Além disso, segundo Matta (1999, p. 151), nas levas enviadas ao mundo naval estavam “os alunos considerados piores pela instituição”, os que “não tinham rendimento nos estudos” e, particularmente, aqueles que eram “remetidos para mestres ou fábricas”, mas fugiam, sendo posteriormente achados rondando as ruas da capital. Na concepção dos mesários do Colégio de São Joaquim, acrescenta o autor, a medida era reputada como um castigo aos que não se enquadravam no regime por eles adotado.

De forma nenhuma podemos afirmar que o comportamento exposto por Matta era algo recorrente na política da Casa Pia. Muito menos devemos automaticamente associar o envio do mencionado conjunto de internos a essa prática. Seja como for, o fato é que essas transferências para a Escola de Aprendizizes ocorriam – ainda que de modo irregular – e supostamente integravam um projeto educacional de envergadura bem maior, para além das dimensões local e estadual, conduzido pelas autoridades que regiam os destinos do Brasil na era republicana. Uma campanha voltada não só às crianças órfãs, mas também a outras igualmente desprovidas de melhor sorte afetiva e material. Mais do que um aparente gesto de boa vontade dos sacerdotes de São Joaquim, agregar aqueles seis jovens à Marinha – pelo menos por algum tempo – era, dentro de um quadro mais amplo, medida fundamental com vistas à construção daquilo o que se idealizava como país.

Partindo para um nível mais aprofundado de análise, a seguir direcionaremos nossos olhares a esses ideais de educação e, conseqüentemente, de sociedade defendidos pela República, que diretamente contribuía com aquilo o que se almejava como nação. Tendo como referência a realidade social verificada na Bahia na primeira metade do século XX, com destaque para Salvador e outros municípios da região do Recôncavo, abordaremos quais eram as principais demandas, carências e o que se ofertava em termos de formação educacional e profissional ao menor, em especial o de baixa renda. Posteriormente, ainda dentro deste emaranhado, discutiremos qual papel era reservado à Escola de Aprendizizes-Marinheiros na absorção de tais indivíduos.



## O panorama educacional

O estabelecimento do regime republicano no Brasil, na derradeira fase dos Oitocentos, foi responsável pela promoção de diversas transformações institucionais e administrativas nas esferas do poder. A partir de sua implantação, grande parte da estrutura até então existente no Rio de Janeiro – e mesmo em outros importantes núcleos do país –, representada pelo centralismo e outras características próprias do antigo governo monárquico, passou a ser substituída, ao mais acelerado ritmo, por outra configuração política, esta alicerçada em valores essencialmente positivistas e federalistas. A própria promulgação da Carta constitucional de 1891, menos de dois anos após a proclamação da República, é um importante evento para que percebamos o fato de que alterações estavam em curso no comando nacional.<sup>3</sup>

Consolidar esse novo intento, todavia, demandava similarmente mudanças de caráter ideológico que abrangessem a dimensão social. Dentre as prioridades, era preciso enfrentar a delicada herança legada pelo Império nessa área – estando aí naturalmente incluídos os mais de 300 anos de escravidão –, incompatível com a insurgente proposta de nação pensada pelos republicanos. Neste sentido, “educar” o povo – em geral excluído do processo de modificação política em curso – tornou-se um dos relevantes instrumentos usados com o intuito de remediar os problemas que afligiam um percentual expressivo de brasileiros e, por conseguinte, atingir o ansiado exemplo de país (CARVALHO, 1987, p. 89-91).

Em uma reflexão sobre o período, Luz (2004, p. 731) expõe que, na ótica dos que estavam chegando ao poder, “o analfabetismo e a falta de escolas, e, como consequência, a existência de um povo inculto, perigoso e inexpressivo, eram as principais causas do atraso do país e não consequências de uma sociedade excludente”. Além disso, segundo sua análise, através da educação seria possível

“a construção de uma nação civilizada onde o povo brasileiro, afastado das nefastas consequências do analfabetismo, da corrupção, dos costumes bárbaros e inferiores, seria inserido num projeto republicano”. Este plano, ainda de acordo com o autor, “tinha no ideal de progresso um dogma que se tornou o principal motivo das transformações sociais”.

Pelo menos em tese, essa campanha de abrangência nacional e basicamente fundamentada em modelos europeus e norte-americanos, além de eleger a educação como elemento propulsor da sociedade rumo àquilo o que se concebia como progresso e civilização, também possuía alvos muito bem definidos. Isso se torna evidente através dos próprios discursos aplicados à época, onde devemos interpretar como “povo” não a população brasileira em sua totalidade, mas prioritariamente o conjunto de cidadãos menos abastados; as chamadas “classes perigosas”, expressão ao que parece criada na primeira metade do século XIX, segundo Chalhoub (1993, p. 20 e 23). Além disso, devemos salientar dois outros aspectos ao tratarmos do sistema educacional dentro do referido contexto: a existência de um modelo específico de formação para essas pessoas e a necessidade imprescindível de iniciá-las o mais cedo possível em tal processo.

Em uma lógica onde “saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre o qual se deveria assentar a ‘educação do povo’”, averiguamos que, na Salvador dos anos 1910 ou 1920, o ensino secundário era, em linhas gerais, privilégio de poucos grupos sociais (CARVALHO, 2006, p. 306). A instrução das camadas populares resumia-se à escola primária e profissional, sendo que mesmo esse estágio elementar por vezes era a elas inacessível. O quadro sugeria “uma concepção educacional liberal, sem dúvida, mas tradicional, respeitando pragmaticamente o *status quo*”; seguindo aquilo que pode ser compreendido como “divisão social do conhecimento” (NUNES, 2003, p. 263). Desse modo, preservando-se um antigo

panorama, “o povo continuava distante das escolas e voltado para os trabalhos pesados” (LEAL, 1995, p. 173).

Inspirado nas práticas desenvolvidas pelas corporações de ofício existentes no Brasil ao longo dos períodos colonial e imperial, no início da República a denominada educação técnico-profissional é criada com o intuito precípua de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”. Assim, este recém-proposto modelo de ensino nacional apresentava-se perante a sociedade “menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos necessitados da misericórdia pública”. Sem muitas camuflagens, sua busca fundamental e explícita era o da “regeneração pelo trabalho” (NAGLE, 1974, p. 164), organizando-se uma estrutura social em tese menos conflituosa e baseada em indivíduos sadios e predispostos ao labor.

Eram destacadamente os indivíduos mais moços aqueles que deveriam receber uma especial atenção por parte do novo projeto. Uma política não mais limitada basicamente a proteger, alimentar e vestir, mas, para além dessas tradicionais ações, também dirigida a um assistencialismo capaz de moldar, habilitar e profissionalizar; transformar inúmeros meninos relegados ao esquecimento em cidadãos plenos e úteis à nação. Ainda de acordo com o plano, vale ressaltar que tal responsabilidade paulatinamente deixaria de estar – como há séculos esteve – quase que única e exclusivamente a cargo das organizações particulares e religiosas, passando às mãos do Estado (PASSETTI, 2004, p. 350).

Para o poder público, conforme Rago (1997, p. 121), novo e principal gestor do problema representado pela infância pobre e desamparada, a solução passava pelo confinamento dessas crianças e jovens. Afinal, ao custodiar “o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos, que perambulavam às soltas pelas ruas, fumando, jogando, fazendo Deus sabe o que” nas denominadas

instituições assistenciais, a Estado estaria resgatando-os do “perigo das ruas, espaço onde estavam sujeitos a contraírem todos os vícios e onde acabariam aparelhando-se para todos os crimes”.

A cidade do Salvador e a Bahia como um todo, contudo, não dispunham à época do número de instituições necessárias – fossem elas públicas ou privadas, religiosas ou não – a fim de adequadamente cumprirem essa “missão civilizadora”; esse confinamento, ao que se supõe, em bem maior escala. No que diz respeito ao acolhimento infantil, a principal referência seguramente continuava a ser o Asilo dos Expostos, mantido pela Santa Casa de Misericórdia local. Além dele, existiam outras poucas alternativas, a exemplo das escolas do Abrigo dos Filhos do Povo. Criadas em 1918, essas, ao contrário do Asilo, não recebiam prioritariamente crianças órfãs ou enjeitadas e, em razão disso, apresentavam outro perfil assistencial. Em virtude dessa escassez de estabelecimentos, devemos também realçar o papel desempenhado pelas denominadas “famílias substitutas”, destino de grande parte dos infantes em situação de abandono (VENANCIO, 2004, p. 196).

Se para as crianças a oferta de vagas era reduzida, para os de idade um pouco mais avançada, hoje chamados adolescentes, as chances de colocação pareciam ser ainda menores. Segundo Venancio (2004, p. 196), os asilos dos expostos abrigavam indivíduos até estes completarem sete anos. Mesmo que sua afirmativa diga respeito, em princípio, ao período imperial, é possível que tal prática, de uma maneira geral, tenha sido mantida com o advento da República. A Casa Pia, por sua vez, também estabelecia, como já visto, limites etários à permanência dos internos em São Joaquim. Ao completarem a idade – em geral, no fim da terceira infância –, para muitos o futuro tornava-se ainda mais incerto. Afinal de contas, em função de vários percalços – inclusive a concorrência com outros menores –, nem todos os oriundos desses locais conseguiriam ser absorvidos por centros onde seu processo de formação deveria ter continuidade.

Dentro da proposta então defendida de se oferecer uma educação profissionalizante aplicada particularmente ao jovem de baixa renda – política que se intensificaria a partir da Era Vargas –, existiam instituições que já atuavam na capital baiana desde o século XIX, como o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, criado em 1872. Mais tarde, a ele viriam se juntar outras como o Liceu Salesiano do Salvador, fundado pelos seguidores de dom Bosco em 1900, e a Escola de Aprendizes-Artífices, inaugurada dez anos mais tarde, ambas igualmente sediadas na capital. No interior do estado, a situação era possivelmente mais alarmante, destacando-se poucos estabelecimentos como a Escola Profissional de Menores Pobres de Muritiba e a Escola Agrícola de Santo Amaro. Esta última, inclusive, recebia crianças expostas provenientes de Salvador, o que reforça a perspectiva de que, de fato, havia uma insuficiência na quantidade de vagas (RODRIGUES, 2003, p. 144).

Em muitos desses espaços, verificamos a existência de um conjunto de rituais que convenientemente contribuíam para com o novo arquétipo educacional fomentado pelos setores hegemônicos. Tais práticas, respaldadas e incentivadas por figuras públicas como Ruy Barbosa – um dos idealizadores da reforma do ensino primário e das unidades complementares de instrução no país –, consistiam em uma formação física, intelectual e moral do jovem dentro dos moldes militares, embora essas instituições não mantivessem qualquer vínculo com nossas Forças Armadas (SOUZA, 2000, p. 107). Esse tipo de treinamento fazia parte do dia-a-dia do Liceu de Artes e Ofícios desde o ano de 1922 (LEAL, 1995, p. 181). A Casa Pia, da mesma forma, durante algum tempo também lançou mão de exercícios marciais na capacitação dos seus pupilos, utilizando-se para tanto de um ex-interno como preceptor (RODRIGUES, 2003, p. 176).

Buscando os motivos que levavam esses centros de ensino à adoção de práticas aparentemente deslocadas de lugar, encontramos nas palavras de Lenharo (1987, p. 75 e 83) uma possibilidade de

interpretação. Segundo ele, a transmutação social então almejada “passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano”, condição que, pelo menos em tese, era perseguida pela ideologia republicana. Assim, “o enfoque da militarização do corpo, higienizado e eugenizado, era percebido enquanto ferramenta de transformação do corpo social”. Se para atingir essa dita “integridade” humana fazia-se necessária uma adequada lapidação comportamental e moral do indivíduo, esta, por sua vez, só se concretizaria com a disciplinarização, primeiramente, do seu físico.

De acordo com Foucault (1987, p. 26),

[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.

A partir dessa visão, podemos compreender que o ato de disciplinar o corpo físico das crianças não estava única e exclusivamente associado ao castigo corporal ou ao assédio moral, como geralmente se imagina. Na verdade, talvez devamos pensar no exercício desse controle menos a partir do uso da força bruta do que através de outras formas mais indiretas e invisíveis de demonstração, sendo que organizar uma rotina, vigiar reações e estabelecer rituais, como ocorria na Casa Pia ou no Liceu de Artes e Ofícios, eram apenas algumas delas.

Em um sistema educacional onde se nota a militarização da infância como característica marcante, a carreira militar certamente apresentava-se como uma das principais alternativas consideradas pelas autoridades e instituições que buscavam espaços habilitados a dar seguimento à formação de seus alunos. Indo ao encontro dessa possibilidade, o país investia no serviço militar obrigatório, novo elemento introduzido em 1916 e direcionado àqueles que completavam a idade de 18 anos. Parte de um plano mais abrangente idealizado pelo ministro da Guerra Hermes da Fonseca visando à modernização das Forças Armadas, as campanhas de atração de pretendentes tinham o conhecido poeta e jornalista Olavo Bilac como uma espécie de garoto-propaganda oficial (DOMINGOS NETO, 1980, p. 47-49).

Em uma de suas mensagens endereçadas aos “meninos brasileiros”, veiculada por um tradicional periódico especializado em assuntos navais, Bilac (1918, p. 8) os trata não como crianças, mas como “homens que já deveis ser”. Alerta que, naquela “crise perigosa da formação do Brasil”, era necessário que “a vontade, a seriedade e a atenção” já estivessem “dominando os espíritos das crianças”. Que “nos corpos de dez anos” já se temperassem “almas de vinte, e na inocência do menino” já se afirmasse “a energia do cidadão”. Para que a “alvorada se perpetue em dia glorioso”, insiste, seria indispensável que os jovens vivessem, pensassem e trabalhassem como adultos. Ao final, ele recomenda para que se adestrem, se eduquem e conquistem “força física e moral”, tornando evidente a importância estratégica desse discurso às ambições nacionais naquele momento.

Mesmo na esfera militar, contudo, a oferta de vagas não parecia estar à altura dessas ambições. Pelo menos até os anos finais dos Oitocentos, o Exército Brasileiro manteve na cidade do Salvador o seu centro de instrução para rapazes, a chamada Companhia de Aprendizes-Militares do Arsenal de Guerra da Bahia. Sobre ela, aliás, pouquíssimas referências foram por nós encontradas em comparação à quantidade de menções feitas à Companhia de Aprendizes-

Artífices do Arsenal da Bahia, esta administrada pela Marinha de Guerra e desativada em 1899. Considerando-se as primeiras décadas do século XX, entretanto, invariavelmente surgia um nome como opção, uma vez que atuava praticamente sozinha em meio ao referido processo de afunilamento e às escassas possibilidades de destinação desses menores: o da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

## **Ingressando na Escola de Aprendizes**

Por que e como jovens meninos iam para o mar? Essa é a pergunta inaugural elaborada por Phillipson (2003, p. 1) em seus estudos sobre os aprendizes-marinheiros na Marinha Real, quando aos 10 ou 12 anos de idade, entre os séculos XVIII e XIX, estes deixavam suas famílias rumo à vida naval. Para o caso britânico, em particular, ele nos apresenta basicamente duas razões: em primeiro lugar, na Inglaterra desse período os rapazes geralmente começavam a trabalhar nessa idade, especialmente em comunidades rurais. De mais a mais, aquele que desejasse ser marinheiro deveria iniciar o quanto antes seu aprendizado, de modo que “muito se tinha a aprender”. As chances de tornar-se um bom marujo, sustenta o autor, seriam maiores se o concorrente fosse moço, forte e ágil. Aliado a esses fatores, ele aponta a questão financeira e o sonho que diversos meninos do campo acalentavam em mudar de vida, em busca das maravilhas presentes nos contos marinheiros.

Ainda que diga respeito, a priori, a outra realidade social; mesmo que Phillipson tenha deixado de incluir outros impulsos que, ao longo da história, também tenham levado jovens ingleses a servir nos navios de Sua Majestade, este é um panorama que não deve ser perdido de vista ao transferirmos o foco de análise às formas, motivações e possibilidades de ingresso dos pequenos brasileiros no universo naval. Para uma melhor compreensão desses três aspectos que compunham a dinâmica de recrutamento na

Escola de Aprendizes, contudo, faz-se necessária, antes de qualquer outra coisa, a exposição de algumas considerações que julgamos de fundamental importância sobre as peculiaridades da composição social da Armada Nacional na fase investigada.

A estrutura hierárquica da nossa Marinha de Guerra, de uma maneira geral, constitui-se tradicionalmente a partir de dois grandes grupos. Os oficiais são aqueles militares que, em sua maioria, foram formados pela Escola Naval, sediada na cidade do Rio de Janeiro, e ocupam cargos de comando, sejam embarcados em belonaves ou não. Muitas vezes – os exemplos são bem mais recorrentes no período imperial – são oriundos de famílias pomposas e de larga tradição marítima. Por outro lado, todos os que não compõem o oficialato são chamados praças, mesmo que por vezes seja possível nos depararmos com classificações onde suboficiais e sargentos não se encontrem categorizados como tal. São aqueles que guarnecem os navios de guerra e demais repartições da Marinha em solo e, em sua maioria, têm como berço as camadas sociais menos abastadas, justamente as que estavam na mira preferencial dos republicanos.

Sobre este cenário, Carvalho (2005, p. 19) explica que, no Brasil, enquanto “o recrutamento de oficiais passou de aristocrático para endógeno e de classe média” ao longo do tempo, o de praças “foi consistentemente feito nas classes pobres”. Nessas circunstâncias, a maioria dos homens que serviam à Esquadra possuía, atrelada a essa pobreza, a condição racial de negro ou mulato, o nordeste e o sul do país como origem regional e sobrevivência em situação extremamente precária, estando vários deles desempregados (SILVA, 2002, p. 26). Perfil bastante semelhante pode ser identificado nos incorporados ao Exército. No início da década de 1910, vemos que algumas de suas fontes regulares de arregimentação eram “os nordestinos afugentados pelas secas” e “os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego” (CARVALHO, 2005, p. 20).

No decorrer da primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1910 e 1945 aqui focados, as escolas de aprendizes gradativamente passaram a se firmar como a principal porta de entrada para a Marinha. Porém, outras formas de admissão na carreira naval também existiam, haja vista elas não preencherem “adequadamente os claros verificados” na tropa (ROCHA, 1985, p. 70). O voluntariado era aberto aos mais velhos, situados além da faixa etária compreendida entre os 14 e 18 anos, em linhas gerais a exigida para ingresso via escolas de aprendizes. O sorteio militar, por sua vez, outra modalidade de alistamento à época, era essencialmente direcionado aos membros da Marinha Mercante, pescadores e marítimos portuários matriculados nas Capitâneas dos Portos (CAMINHA, 1997, p. 48).

Infelizmente, não dispomos de informações suficientes para afirmar se os seis internos enviados ao meio naval pelo Colégio de São Joaquim naquele fevereiro de 1937 eram órfãos, a despeito do fato de o referido grupo estar acompanhado por um tutor ser forte sinal de que eles se encontrassem em tal condição. Afinal, além de uma ampla maioria de alunos viver na orfandade, sabemos que alguns dos que passavam pelas dependências da Casa Pia possuíam uma família devidamente constituída (MATTA, 1999, p. 93-101). Independentemente disso, é certo que vários dos jovens carentes que se juntavam à Armada por intermédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia não tinham pais vivos ou conhecidos.

Ainda no Império, defendia-se o conceito de “que as crianças órfãs, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam mais facilmente soldados ou marinheiros ideais”. A considerar a manutenção do fluxo destes meninos para o mar na primeira metade dos Novecentos, deduzimos que tal pensamento acabou preservado dentro das propostas educacionais republicanas. De acordo com essa concepção, “os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos; eles formariam os então denominados batalhões da esperança”. Mais que isso, a partir dessa



intensa afetuosidade estabelecida, eles “supostamente dedicariam à nação todo amor, fidelidade e lealdade que os demais mortais costumavam consagrar aos familiares” (VENANCIO, 2004, p. 195).

Mesmo que muitos sequer tivessem a mínima ideia do que fosse “nação”, anualmente lá estavam eles engrossando as filas que se formavam defronte o prédio da Escola. Nem todos esses jovens, entretanto, eram levados diretamente a ela por instituições assistenciais. Em uma realidade composta por diferentes trajetórias de vida, também havia aqueles que, com a ausência das figuras paternas, viviam com parentes que os acolhiam e orientavam. Este parece ter sido o caso de Mariano da Anunciação, 15 anos, residente em Salvador, filho de Eugênia “de tal”, falecida assim como seu pai, apresentado em 1928 por sua tia e tutora, Maria José do Nascimento. Já o menor José de Oliveira Nascimento, 16, igualmente órfão de pai e mãe, foi conduzido para recrutamento no ano seguinte por Cecília Castro de Oliveira, sua avó e responsável.<sup>4</sup>

Na mesma medida, eram frequentes os casos de órfãos de pai que tinham o alistamento requisitado por suas mães viúvas. Nessas situações, porém, ainda que muitos deles se ressentissem da falta da figura paterna no lar ou mesmo de maiores cuidados maternos, presumimos que, em geral, a situação social desses pretendentes a marinheiro fosse pouco menos conturbada que a de colegas seus vindos das instituições ou sob a guarda de tutores, por exemplo. Talvez motivadas por uma compreensível preocupação com o futuro dos seus filhos ou quem sabe por necessidades financeiras mais imediatas – levando-se em conta o fato de os aprovados passarem a receber, além da estrutura material, um pequeno soldo mensal –, foi assim que pelo menos 15 dessas mães compareceram à Escola entre os meses de abril e maio de 1932. Uma marca inigualável no que diz respeito aos anos por nós examinados.<sup>5</sup>

Quando da inexistência de um ou ambos os pais, contudo, normalmente cabia ao Estado, principalmente através dos juízes de

Menores, o requerimento da vaga e, em diversas ocasiões, também a apresentação destes meninos. Para tanto, os candidatos, dentre outros documentos exigidos no ato do arrolamento, eram acompanhados por petições assinadas por essas autoridades. Foi de posse de um desses ofícios, datado de 12 de julho de 1914, que o jovem Francisco Xavier dos Santos, com apenas 14 anos, foi encaminhado pelo então juiz da comarca de Cachoeira, Álvaro Pedreira de Cerqueira, prestando assim, na avaliação deste magistrado, “um serviço ao dito menor e à República”.<sup>6</sup> Mesmo não sendo possível conhecer sua trajetória dentro da Escola, a presença de uma simples observação na parte superior da carta, acrescentada 11 dias mais tarde pelo seu comandante, indica que Francisco se tornou mais um membro dos “batalhões da esperança”.

Lamentavelmente, não foram encontradas fontes, em quantidade satisfatória, concernentes ao despacho de órfãos pelo Poder Judiciário à Escola de Aprendizes durante as décadas de 1910 e 1920, capazes de serem convertidas em dados estatísticos para análise. Consultando o índice do Arquivo da Marinha, vemos que um escasso material foi preservado. Em face de alguns poucos maços de documentos desfalcados, o que apenas podemos perceber é que tal prática ocorria regularmente no período. Por outro lado, através da Tabela 1, abaixo, é possível rastreamos a movimentação dos garotos – a maioria em estado de abandono – entregues à Marinha por prepostos da Justiça entre 1928 e 1939, recorte temporal coberto pelos termos de alistamento disponíveis.<sup>7</sup>



Tabela 1

Jovens remetidos pela Justiça alistados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)

Ano	Alistados	% Total
1928	9	13,2
1929	32	27,5
1930	24	24,5
1931	...	...
1932	8	6,6
1933	3	5,0
1934	7	13,0
1935	5	5,7
1936	4	4,0
1937	1	1,3
1938	-	-
1939	1	1,0

Fonte: AM – Termos de alistamento da EAMBA.

Uma primeira consideração a ser feita em relação a esses dados diz respeito ao fato de não existirem quaisquer registros de inscrições efetuadas em 1931 – seja de postulantes vítimas da orfandade ou não –, elemento que nos causa estranheza. Organizados em sequência, o termo 286 é sensatamente sucedido pelo de número 287. Contudo, enquanto o primeiro é datado de 1º de dezembro de 1930, o segundo traz, em sua primeira linha, um inusitado 14 de abril de 1932. Analisando as páginas do relatório dos serviços da Escola referente àquele ano, nenhum indício capaz de justificar tal possibilidade foi encontrado, não nos dando margem a considerar, assim, que a seleção efetivamente não tenha acontecido. Pelo contrário, nelas estão anotadas várias atividades desenvolvidas no período, cuja lotação informada foi de 120 alunos.<sup>8</sup>

Em contrapartida, impressiona o número de 56 alistados no biênio 1929-1930, marca que, tendo-se em conta os já mencionados levantamentos realizados acerca das décadas precedentes, provavelmente não mais representasse uma novidade na história recente da instituição. Particularmente em 1929, dos anos apresentados na tabela aquele em que constatamos um maior fluxo de encaminhamentos, podemos apontar dois responsáveis diretos pelo envio da maior parte dos 32 menores. João Mendes da Silva, então juiz de Órfãos da Capital, tem seu nome presente em 14 dos termos, sendo que, no ano anterior, no mínimo outros seis rapazes já haviam sido por ele recomendados à Escola. Lauro Lopes Villas-Boas, por sua vez, na condição de curador-geral de Órfãos e Ausentes soteropolitano, responde pela destinação de 12 meninos ao estabelecimento.<sup>9</sup>

Considerando-se o fechamento provisório e, pouco depois, a extinção da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe no começo da década de 1930, além da própria proximidade geográfica, é possível encontrarmos no universo de recrutados registros de jovens remetidos pela Justiça do estado vizinho à unidade localizada na Bahia. Somente em fevereiro de 1934, por exemplo, pelo menos três dos candidatos matriculados foram apresentados pelo juiz de Menores de Sergipe. Somando-se a estes o envio de um quarto discente em agosto, verificamos que a maioria absoluta das sete expedições executadas naquele ano foi subscrita por magistrados sergipanos. Sobre sua condição familiar, mesmo constando nos termos os nomes dos pais, não temos subsídios para assegurarmos se estes ainda eram vivos. Caso o fossem, é provável então que outros motivos, como ações delituosas, tenham levado a Justiça a destinar aqueles forasteiros à vida naval.<sup>10</sup>

Descortinando os caminhos que conduziam estes meninos à Escola, vale ressaltar que os togados não eram os únicos defensores da Lei a apresentá-los às suas juntas de alistamento. Além destes, as autoridades policiais, sobretudo nos primeiros anos dos Novecentos,

também respondiam por inúmeras solicitações ao Comando da organização. Benfeitorias que, dirigidas a sujeitos cuja maior parte penava dentro ou à beira da indigência, recebiam atenção especial por parte da imprensa, esta talvez igualmente engajada na campanha pela “educação”. Em um espaço de tempo de apenas nove dias, entre agosto e setembro de 1910, por exemplo, o jornal Diário de Notícias estampou em suas páginas duas breves notas sobre menores apresentados pelo chefe de Polícia, ambos mandados à capital pelo delegado de Santo Amaro. Eram eles João Pereira Rocha e Silvério dos Santos Rodrigues, este último com 14 anos de idade, “órfão de pai e mãe” e “encontrado em abandono” pelas ruas daquela cidade.<sup>11</sup>

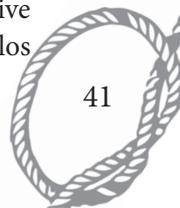
O elemento mais inquietante suscitado pela Tabela 1, entretanto, não diz respeito a particularmente nenhum alistado. Pelo contrário, revela um preponderante aspecto geral relacionado àquilo que pode ser interpretado como mudanças empreendidas pela Marinha na política de recrutamento das suas escolas de aprendizes e, por extensão, na corporação como um todo. Observando-se os dados, é notório o fato de que, no decorrer da década de 1930, o número de postulantes apresentados pelo Poder Judiciário e admitidos foi gradativamente minguando até praticamente deixar de existir. De igual maneira, não localizamos para este período qualquer referência a meninos enviados pela Polícia, como visto prática outrora corriqueira. Essa constatação, porém, leva-nos a cogitar a hipótese de tais procedimentos, em função de mudanças legislativas, terem passado a se suceder exclusivamente por intermédio dos juízes de Menores em vez de simplesmente desaparecido.

Diante desse quadro, como podemos, afinal, compreendê-lo? O que teria levado a Escola de Aprendizes da Bahia a não mais acolher, pelo menos no volume em que até então acolhia, esses indivíduos? Teriam descoberto as autoridades, dos mais altos aos mais baixos escalões, outras soluções para problemas tão antigos como a orfandade e a criminalidade infanto-juvenil capazes de desprezar o papel até então desempenhado pela Armada junto à sociedade?

Será que a partir da década seguinte, a de 1940, infelizmente não coberta estatisticamente, ocorreu uma sensível retomada deste tipo de seleção, frustrando assim a nossa perspectiva de análise? Pelo menos a partir das fontes consultadas, nada nos leva a pensar neste sentido. Em vez disso, talvez uma das chaves da questão possa ser achada implícita em um verbo aparentemente desprezioso citado algumas linhas acima: “acolher”.

Se para grande parte do poder público a Escola era vista como uma espécie de depósito de órfãos, infratores e indigentes; um centro assistencial pronto a acolhê-los ou uma casa de correção apta a puni-los e regenerá-los, para a Marinha ela tinha como finalidade precípua, ao lado de suas demais congêneres, a contínua preparação de pessoal voltado ao atendimento das inúmeras necessidades navais (ROCHA, 1985, p. 81). Ao que parece, a corporação não via com muito bons olhos a ideia de essas organizações de ensino servirem como refúgio para mazelas sociais de toda ordem, abrigando novos alunos de maneira aleatória e indiscriminada. Tendo como missão constitucional mais relevante a defesa do mar territorial brasileiro, seu compromisso primordial deveria ser com a formação de profissionais suficientemente capacitados a tripular suas belonaves. Tal choque de interesses, entretanto, apesar de longa data, mostrou-se uma tensão convenientemente administrável até certo tempo.

Desde o século XIX, enviar esses rapazes ao mar já parecia ser uma solução cômoda para muitas autoridades civis, que dependia basicamente da elaboração de um ofício respaldado por sua firma. Uma transferência de responsabilidade, malgrado todos serem representantes do Estado. Nessa época, no entanto, as demandas operacionais da Esquadra faziam com que a absorção de meninos órfãos, abandonados ou infratores usualmente fosse acatada como um mal necessário. Afinal, as duras condições de trabalho habitualmente afugentavam os alistamentos espontâneos. Além disso, nas embarcações a vela, todo tipo de força braçal, inclusive a dos pequenos grumetes – estes geralmente respondendo pelos



serviços mais pesados –, era indispensável (NASCIMENTO, 2001, p. 76-85). Partindo-se deste ponto, o principal critério então considerado para o recrutamento do candidato era a sua robustez, de modo que inúmeras crianças remetidas pelos agentes policiais “não chegavam a ser aceitas por debilitação física gerada pela própria miséria” (FRAGA FILHO, 1996, p. 130).

Inaugurada a Era dos navios a vapor na Marinha de Guerra, ainda no Império, este cenário não parece ter sofrido alterações muito significativas. Foi somente com a modernização dos seus meios flutuantes proporcionada pelo Programa Naval de 1906, mas preponderantemente após as lições deixadas pela Revolta de 1910 e seus desdobramentos, quatro anos mais tarde, que a postura do nosso Almirantado em relação ao hábito dos encaminhamentos aparentemente passou a se expressar de forma mais clara e intransigente. Neste sentido, em 1911, ainda sob efeito das cenas em que seus recém-incorporados *Dreadnoughts*, controlados por marujos amotinados, apontavam ameaçadoramente seus poderosos canhões contra a capital Federal, o ministro da Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, manifestava ao presidente da República sua preocupação em “confiar à polícia a incumbência de fornecer meninos às escolas de aprendizes”.<sup>12</sup>

Como poucas vezes na história naval brasileira, a hierarquia e a disciplina – os dois principais pilares da doutrina militar – estavam abaladas e, diante dessa inaceitável situação, providências precisavam ser tomadas no que diz respeito à instrução, mas prioritariamente à captação de pessoal, visando-se garantir o futuro da própria Marinha. Esse raciocínio ganha contornos mais nítidos se considerarmos que, para grande parte dos seus oficiais, a culpa pela deflagração do movimento de 1910 deveria recair sobre o caráter dos revoltosos e não no tratamento dado a estes pela corporação. Em seu modo de ver, era intolerável que a Esquadra Nacional, à época composta por algumas das máquinas de guerra mais modernas do mundo, paradoxalmente continuasse a ser servida por guarnições recrutadas

dentro de um nível de profissionalização ainda tão incipiente; por elementos “imprevidentes e preguiçosos” que traziam consigo “a tara da incapacidade de progredir”.<sup>13</sup>

Assim, se tradicionalmente o envio de candidatos não garantia a sua admissão pela Escola, os indeferimentos talvez tenham se tornado mais recorrentes a partir dos anos que se seguiram a Revolta. Afinal, face às turbulentas circunstâncias, a Marinha havia definitivamente alçado os centros de formação voltados a jovens recrutadas à condição de seus principais provedores de praças, sendo que a eles deveriam se voltar as maiores atenções. Dali em frente, porém, há indícios de que a composição física gradualmente passou a ganhar a companhia do histórico do indivíduo como um dos aspectos fundamentais a serem observados nas inscrições. Isso nos leva a suspeitar que, na visão das autoridades navais, o fato de o menino ter sido apresentado pela Polícia ou mesmo algum juiz muitas vezes poderia denunciar uma má índole, algo a ser evitado nas escolas levando-se em conta o quão perigoso era o convívio entre aprendizes carentes e “delinquentes” (VENANCIO, 2004, p. 198).<sup>14</sup>

O caso do jovem João Baptista de Matos nos ajuda a refletir sobre a questão. Baiano, filho de Maria Francisca de Matos, em julho de 1914, quando tinha apenas 13 anos de idade, ele foi apresentado ao comandante da Escola pelo chefe da Segunda Circunscrição Policial, sediada em Salvador, a fim de ser alistado na instituição administrada sob a “competente direção” daquele militar. A súplica do comissário, no entanto, parece não ter surtido o efeito desejado, haja vista João não ter sido aceito “por falta de desenvolvimento físico”, segundo a justificativa oficial. Com tão pouca idade e de origem humilde, é provável que ele de fato não reunisse as condições corporais necessárias para ser admitido. A adequação etária, por sinal, quando da reorganização das escolas sob orientações mais rígidas, havia passado a figurar abertamente como um importante requisito para a seleção de postulantes, de acordo com memorandos emitidos à época pela Inspetoria de Marinha.<sup>15</sup>

Por outro lado, desconfiamos que mesmo ostentando um físico privilegiado – partindo-se do princípio de que efetivamente não o possuía –, o fato de o reprovado João Baptista ter sido conduzido por um delegado de polícia pode não ter contado pontos a seu favor junto ao Comando da Escola, especialmente se a apresentação estivesse relacionada a algum desvio de comportamento. Averiguando o documento que provavelmente o acompanhou, nele não constam as motivações que levaram ao seu encaminhamento. Entretanto, em razão da inexistência de qualquer observação próxima ao nome da mãe, pressupomos que ele não fosse órfão. Seja como for, nos chama a atenção que, no material analisado relativo aos engajamentos procedidos naquele ano, somente João apareça como enviado pela Polícia e, por coincidência ou não, seja o único recusado pelos militares. Certamente logo devolvido a quem de direito, infelizmente desconhecemos o seu destino.

A história das escolas de aprendizes é marcada pela adoção de alguns conjuntos de normas que, substituídos em sequência, procuravam melhorar seu funcionamento e adequá-las às novas realidades técnicas e profissionais vivenciadas pela Armada. É através deles que se torna possível acompanhar, de modo mais explícito, o tratamento dado à questão dos alistamentos ao longo do tempo. Em seu relatório anual de 1906 – portanto anterior à Chibata –, tendo possivelmente em vista o processo de modernização da Esquadra, o ministro Júlio César de Noronha comentava o regulamento a ser implantado no ano seguinte, um dos, se não o primeiro do período republicano. Rezavam suas palavras que, com a vigência daquele estatuto, “nenhum menor” seria matriculado sem que tivesse entre 14 e 16 anos de idade e fosse apresentado às juntas “pelo pai, mãe, viúva, tutor ou juiz competente”.<sup>16</sup>

À primeira vista, o documento deixa transparecer a ideia de que, uma vez em vigor, passou a existir uma maior sistematização no que diz respeito ao angario de novos meninos. Ao que parece, todavia, apesar de eventuais aperfeiçoamentos por ele trazidos, suas

regras não eram rigorosamente cumpridas, continuando a receber as escolas aprendizes fora dos requisitos determinados. Isso talvez se explique pelo fato de que, com a incorporação prevista de 14 navios construídos na Inglaterra, era prioritário para o Almirantado formar uma quantidade de homens capaz de suprir as futuras demandas das suas forças de alto-mar. Esse entusiasmo, porém, não seria duradouro. Acusando o potente golpe desferido por João Cândido e seus colegas de farda, ele rapidamente passou a ceder espaço à desconfiança. Consequentemente, o regulamento, incompatível com a recém-nascida realidade vivida nos conveses e quartéis, acabou substituído por outro em fevereiro de 1912 (MARTINS, 1997, p. 141 e 206-7).

Até o final da década de 1920, pelo menos mais uma regulamentação seria aplicada às escolas. Ainda assim, a patente insatisfação demonstrada nessa fase por alguns de seus comandantes revela que as normas às quais estavam submetidos continuavam aquém das expectativas. À frente da escola da Bahia em 1928, o capitão-tenente Teófilo de Faria sustentava que o regimento então em vigor, pouco restritivo, já não mais correspondia “às reais necessidades da Marinha”, pois ele havia sido “traçado em época muito especial, quando se impunha atrair o pessoal em massa”. Cobrando providências que dessem respaldo a uma seleção mais criteriosa, inclusive no tocante ao que ele chama de “aspecto cultural”, argumentava a respeito das frágeis regras relacionadas à observação daqueles que eram alistados e por enquanto se achavam na condição de estagiários, no aguardo de sua efetivação:

O tempo [...] prescrito atualmente para adaptação do candidato é muito restrito, nada se podendo concluir [...] com referência à conduta do menino e às aptidões que ele deve ter para a vida que vai iniciar. Em 30 dias, o menor é [...] incapaz de prática de atos pelos quais se

possa fazer uma apreciação segura sobre seus instintos, inclinações e hábitos, pois, além de seu natural e justo acanhamento, está ele ainda debaixo da impressão viva que lhe proporciona o novo cenário, todo entremeado de agitações desconhecidas e que [...] lhe espicaçaram quando ainda civil.<sup>17</sup>

Completando o seu raciocínio, mais adiante o oficial expunha que somente se passava a perceber inclinações com o curso já em andamento, na medida em que o sujeito ia “perdendo um pouco o caráter de antes” e, segundo ele, “pondo em prática as artimanhas e os hábitos” de que era portador.<sup>18</sup> Curiosamente, é justo a partir do período em questão que verificamos, por meio da Tabela 1, o acentuado decréscimo no número de rapazes enviados pela Justiça à Escola de Aprendizes. Essa possível relação entre os dois elementos nos leva a considerar que, além das críticas desses militares terem seus alvos preferenciais – os menores problemáticos –, elas, de alguma forma, também podem ter ajudado a modificar o quadro do recrutamento.

Transcorrida mais de uma década, o regulamento de 1939 já não mais previa o ingresso de alunos através dos “juizes competentes”. A faixa etária para matrícula, por sua vez, havia sido elevada para dos 16 aos 18 anos, aspecto que traduz a intenção da Diretoria do Ensino Naval em captar recrutas, pelo menos em tese, mais amadurecidos.<sup>19</sup> Além disso, a Casa Pia passara a encontrar maiores dificuldades para encaixar seus internos na Escola “devido à reprovação nos exames de admissão”. Aliada à deficiência da educação oferecida pelo Colégio de São Joaquim, causa apontada por Rodrigues (2003, p. 179), levantamos a hipótese de reformulações no processo seletivo também terem contribuído para tal situação. Fechado o cerco contra os indesejáveis, a década de 1930 encerrava-se com apenas um alistamento realizado por um juiz de Direito, contrastando explicitamente com o que outrora ocorria. Assim, foi provavelmente

a partir dessa época que, para muitos, a Marinha tornou-se intento ainda mais difícil, quiçá inalcançável.

Contudo, a despeito da expressiva quantidade de rapazotes tradicionalmente levados pelo poder público e por instituições religiosas, era seguramente através de seus pais que a absoluta maioria deles chegava à Escola. Mesmo nesses casos, no entanto, devemos relativizar a ideia de que as apresentações se davam de forma livre e espontânea. Afinal, em se tratando de famílias majoritariamente de baixa renda – frequentemente chefiadas por lavradores e operários –, é sensato supormos que a opção pela vida naval, muitas vezes, ocorria menos por conta de uma descoberta vocacional do pretendente do que em função de carências socioeconômicas enfrentadas em seu lar. Neste sentido, ter acesso a um ensino elementar gratuito, uma alimentação “sã e abundante”, vestuário “decente e confortável”, além do próprio vencimento mensal – vantagens anunciadas nas periódicas convocações feitas pela Armada –, era certamente uma proposta sedutora.<sup>20</sup>

O mercado de trabalho na Salvador daqueles tempos revela traços preocupantes, o que nos leva a compreender o fato de tantos buscarem o meio militar como opção profissional. De acordo com os dados do censo de 1920, “o setor primário empregava 13.121 pessoas na capital baiana”. Isto representava apenas “4,62% do total da população”. A produção industrial “em maior escala”, por sua vez, “não encontrou campo propício na Bahia em geral e em Salvador em particular”. Percorrendo-se as zonas industriais da cidade, o que essencialmente se via era um modesto número de pequenas fábricas mantidas por firmas comerciais, com destaque para a produção de têxteis, cigarros, charutos e gêneros alimentícios. Além disso, constatava-se a existência dos vendedores ambulantes, que, “em proporção considerável”, competiam com o comércio formal e achavam-se dispersos pelos logradouros públicos (SANTOS, 2001, p. 16-17).

Nas petições que acompanhavam os candidatos, eram inúmeras as situações em que, apelando ao Comando da Escola, seus genitores confessavam não dispor de condições para sustentá-los e educá-los. Em uma das cartas do ano de 1910, por exemplo, Antonio Francisco Solano Cardoso, residente em Ilhéus, “não tendo meios para dar a educação necessária a seu filho de nome Izidro Solano Cardoso, de treze anos”, vinha reclamar sua matrícula naquela instituição.<sup>21</sup> Em outra, datada de junho de 1914, Porfíria Ângela de Souza, da localidade de Areia, Bahia, mãe de Augusto de Souza Coelho, “não podendo dar-lhe a educação necessária”, também recorria à Marinha a fim de alistar seu rebento. Aqui, nos chama a atenção o fato de um certo João Honório de Oliveira assinar o requerimento pela suplicante, em virtude da mesma “não saber escrever”.<sup>22</sup> Augusto foi aceito algumas semanas depois. Quanto a Izidro, sabemos unicamente do seu despacho para exames de saúde.

Em um cenário composto não só por mães viúvas, mas também por aquelas que eram solteiras, não nos surpreende o fato de tantas mulheres como a senhora Porfíria se dirigirem pessoalmente a uma organização militar na tentativa de encontrar colocação para sua prole. Levando-se em conta os anos investigados, o de 1930 é o mais emblemático neste particular. Na ocasião, invertendo uma tendência normalmente verificada, 37 dos 98 novatos matriculados tiveram a vaga requerida e foram conduzidos à Escola por suas mães, contra apenas 30 procedimentos efetuados pelos pais. Em meio a esses termos de alistamento estão os de Theodoro Ferreira e Álvaro Moreira, ambos com 15 anos, e o de Armando Bittencourt, 14. Singelamente registrados com o sobrenome materno, em nenhuma das três fichas o pai é identificado.<sup>23</sup>

Selecionado 13 anos mais tarde, Luiz Marques Rocha Filho expõe, através de suas reminiscências, as circunstâncias que o trouxeram de São Sebastião do Passé, no Recôncavo baiano, para a capital:

Minha mãe era dona de casa, criando os [...] quatorze filhos, e papai era marceneiro. Família pobre, ele não tinha muita condição. [...]. Mas a gente não passou fome, porque a turma toda já trabalhava. Eu, com dez anos, já trabalhava. [...]. Interessante de tudo isso é que o primeiro filho a abandonar a família fui eu. Dezesete anos, por aí. [...]. Disseram-me que eu, na Marinha, iria ganhar 200 mil réis [...], com direito a cama, mesa e dormida. [...]. Eu sempre tive aquela ideia de desenvolver, sair do interior, porque [...] não tinha opção nenhuma pra mim. [...]. Não havia condição de estudo. A minha família não podia me mandar para cá [Salvador] estudar, porque lá no interior só tinha primário. E então eu apelei pra Marinha.<sup>24</sup>

Longe de estar seguindo uma vocação, aqui, de novo, enxergamos o “apelo” à carreira naval com o objetivo de suprir demandas de ordem social e financeira. Diferente das demais situações trazidas, porém, a fala de Rocha Filho nos sugere que o ato de recorrer a ela nem sempre era uma iniciativa paterna, mas também algo que poderia partir do próprio menino. Neste sentido, igualmente quando da ausência familiar havia aqueles que batiam à porta da Escola em busca de um futuro melhor. Pelo menos é isso o que nos diz um ofício de março de 1910, onde o então comandante solicitava ao juiz de Órfãos da Capital autorização para inscrever quatro menores que, segundo ele, se diziam abandonados e pediam para ali serem alistados: Aristóbulo Seabra, Cláudio dos Santos, Maximiano de Macedo e Teófilo Santa Cruz. Todavia, em se tratando de um tempo quando rotineiramente decretava-se “caça” a novos marujos, temos motivos para questionar essa versão.<sup>25</sup>

De igual maneira, frente às dificuldades materiais enfrentadas ou por força de outros fatores, destinar mais de um filho à Armada era prática relativamente comum. No tocante a esse ponto, é interessante notarmos que o recrutamento de aprendizes de mesma filiação ocorria tanto em anos distintos como também dentro de um

único processo seletivo. Somente em 1928, nos deparamos com dois casos de irmãos – nenhum deles gêmeos – aprovados pelas juntas de arregimentação: do arraial do Rio Fundo, município de Nazaré, provinham os jovens Alpiniano e Manoel Augusto dos Santos, remetidos pelo seu pai, Augusto Severiano dos Santos. Abelardo e José da Silva Muniz, por sua vez, residiam em Itabuna e foram levados à Escola a pedido do “doutor” Ruffo Galvão, que também respondia por uma terceira apresentação – esta de um órfão – naquele 1º de fevereiro.<sup>26</sup>

A julgar pelo tratamento recebido nos documentos, Galvão parecia ser pessoa influente naquela cidade. Aliás, investigando mais de perto a trajetória dos sujeitos que aparecem nos termos distinguidos como “doutor”, descobrimos que, de fato, alguns eram figuras públicas de certa expressão. Um deles era José Eduardo Freire de Carvalho Filho, intendente municipal de Salvador entre os anos de 1900 e 1903. Outro, Epaminondas Berbert de Castro, mais tarde viria a se tornar procurador-geral do Estado da Bahia. Em ambos os ensejos, eles não rubricam na condição de pais dos candidatos, assim como não há indicações de que possuíssem qualquer grau de parentesco com estes.<sup>27</sup> Supostamente, era em virtude de seu engajamento na “educação do povo” ou por uma aproximação com a família do menor que esses indivíduos lançavam mão de seu prestígio, tendo como propósito assegurar o acesso de seus protegidos à instituição.

Utilizar-se de toda espécie de recurso – mesmo os ilícitos – parecia válido se o intuito fosse conquistar seu lugar como aprendiz de marinheiro. Admitido em 1943, Hilton Mendes Moreno confessa que só o conseguiu por ter adulterado sua certidão de nascimento, haja vista seus 15 anos não atenderem a idade mínima exigida para ingresso, à época de 16.<sup>28</sup> Em seu relatório de 1929, o comandante da Escola, capitão-tenente Raul de Santiago Dantas, já reconhecia a existência desse tipo de procedimento, demonstrando que o exemplo de Hilton estava distante de se configurar como um caso

isolado. De acordo com o oficial, nos estados onde as averbações de registro civil não eram “perfeitas”, usualmente apareciam postulantes com certidões “tiradas à última hora e muitas vezes com as idades aumentadas ou diminuídas, sendo para isso necessário o pagamento de uma determinada quantia”.<sup>29</sup>

Vivendo em estado de penúria ou não, existiam igualmente aqueles que eram entregues por familiares ao universo naval em decorrência do “mau” comportamento no ambiente doméstico e em outros espaços sociais. Para vários rapazes, sustenta Fraga Filho (1996, p. 112), “a vadiagem era uma forma de rebelar-se contra imposições do mundo adulto. Rebeldia que se expressava no desprezo pelo trabalho, na preferência pela rua em detrimento da casa e no gosto pelas bebidas alcoólicas”. Indo ao encontro dessa perspectiva de análise, Costa (1987, 105) afirma que a escola de aprendizes, dentre outras funções, operava como

[...] corretora de meninos que precocemente se rebelavam contra as determinações pater-nas. Quando o adolescente revelava espírito indisciplinado, inclinações más, desvios das boas normas, recebia dos genitores a ameaça de colocá-los na Marinha. E o faziam, obten-do, quase sempre, resultados satisfatórios. Se a Escola de Aprendizes não o corrigia, era con-siderado irrecuperável, caso perdido. Dizia-se: “nem a Marinha deu jeito”.

Ainda que desconfiemos de certas situações, a documentação analisada não nos permite apontar categoricamente exemplos que evidenciem a ocorrência de encaminhamentos dessa natureza. Isso talvez se explique pelo receio de grande parte dos pais em comprometer a inscrição de seus filhos arredios, se por ventura manifestassem abertamente as causas de sua apresentação. Presumimos que fosse na

tentativa de detectar esses inconvenientes que a Marinha exigia dos interessados – pelo menos por determinado período – um atestado de antecedentes criminais e carta de recomendação. Em uma dessas correspondências, datada de janeiro de 1922, Diocleciano Barbosa de Castro, professor na cidade de Alagoinhas, dava o seu aval ao ex-aluno José Mendes de Sousa, garantindo de próprio punho que este “sempre teve bom procedimento”. Julgado apto em todas as etapas, ele seria um dos pleiteantes a compor as turmas daquele ano.<sup>30</sup>

Se por um lado existiam genitores que confiavam seus rebentos à Escola, por outro havia os que, tomados pelo receio e insegurança, sequer cogitavam tal alternativa. Um dos prováveis agentes responsáveis por essa espécie de sentimento era a imagem que publicamente se tinha de uma corporação que, até os primeiros anos do século XX, recorria aos castigos físicos a fim de disciplinar suas fileiras. Possivelmente preocupados com eventuais impactos que essa impressão poderia trazer aos recrutamentos, alguns oficiais, através de seus escritos, tratavam de desmistificá-la. Em 1910, mesmo ainda sob o estalar da chibata, o comandante Arthur Dias (1910, p. 266) defendia o combate ao “ridículo preconceito de que os serviços sob nossa gloriosa bandeira” valiam “como castigo”. Empregando um discurso desafiador, para ele “o verdadeiro, o maior, o mais triste castigo” era o que as autoridades “inconscientemente” infligiam à infância com o “analfabetismo e a vadiagem”.

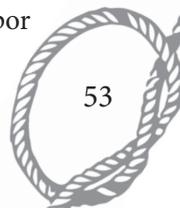
Um ofício endereçado à cúpula da Escola em abril daquele ano ajuda-nos a refletir sobre o que é discutido nos últimos parágrafos. Nele, o chefe de Polícia solicitava providências no sentido de que os menores Joaquim Santana Vieira e Joviano Alves dos Santos não fossem matriculados, pois haviam fugido “do seio das respectivas famílias, residentes em Santo Amaro, em companhia de aprendizes” daquela instituição.<sup>31</sup> Em primeiro lugar, não sabemos se os menores foram alistados, nem ao menos se era essa sua intenção. Assumindo que o fosse, surgem, então, algumas suspeitas sobre as fugas, dentre elas a de que, vivendo em um ambiente hostil e desagregado, a

dupla havia encontrado no mar uma oportunidade de refugiar-se. Da mesma maneira, aqui vislumbramos a possibilidade de estarmos diante de jovens que, seduzidos pelas conversas travadas com os visitantes acerca da vida marinheira, não receberam o devido apoio por parte dos pais.

A trajetória de João Palma Netto certamente ilustra a de inúmeros outros que optaram pela carreira naval. Em 1941, quando se tornou recruta, o indivíduo que concluiu curso em uma das escolas de aprendizes estaria atrelado à Marinha por um período mínimo de nove anos, tempo bastante considerável. Entretanto, alheio ao sistema que o aguardava, segundo ele, nada foi capaz de demovê-lo da ideia de seguir para Salvador. Filho de família estruturada e com certa condição financeira, desde criança preenchia o seu imaginário com elementos característicos do “ser marinheiro”:

Maragogipe fica cercada de colinas verdejantes. Entre elas penetra o mar pela embocadura do rio Paraguaçu. Não tinha até então, pois, ideia do que fosse um oceano. [...]. Marinheiro em Maragogipe era raridade. O primeiro que vi [...], encheu-me de respeito e admiração. O bichão passou pela minha porta “impando” naquela farda bonita de endoidecer menino. [...]. Daí por diante me ocorriam, constantemente associados, mar, Marinha, ser marinheiro, dar balões, valentias, brigas. Com o correr dos anos, fui aduzindo outras impressões, outros conhecimentos, viagens, lugares belos, cidades desconhecidas, países exóticos, aventuras (PALMA NETTO, 1984, p. 13 e 25-26).

Embora provavelmente a maioria dos interessados em ingressar na Escola não fosse afeita aos livros, a própria literatura, muitas vezes, poderia aguçar esse tipo de sentimento expressado por



Palma Netto. Afinal, dentro de uma realidade de vida geralmente sem tantas perspectivas, é difícil não se encantar, por exemplo, com as estórias de Mess Lethierry. Fruto da inventividade do escritor Victor Hugo, o velho marujo

[...] viu em Madagascar plumas de pássaros das quais bastavam três para cobrir uma casa. [...] Viu cemitérios de elefantes. Viu na África uma espécie de homens-tigres de sete pés de altura. [...]. Viu na Califórnia um tronco de árvore oco, no interior do qual um homem a cavalo podia andar cento e cinquenta passos. [...] No rio Arinos, afluente do Tocantins, nas matas virgens do norte da Diamantina, verificou a existência do terrível povo-morcego [...], homens que nascem com os cabelos brancos e os olhos vermelhos, habitam os bosques sombrios, dormem de dia, acordam de noite, e pescam a caçam nas trevas [...] (HUGO, 2004, p. 88).

Se havia uma instituição apta a levá-los a todos esses longínquos recantos do planeta a fim de contemplar suas exóticas maravilhas, essa era a Marinha. Antes de atingi-los, entretanto, uma primeira escala se fazia necessária na capital baiana.

Santo Amaro, Alagoinhas, Maragogipe... Recapitulando a origem dos meninos a que citados, verificamos que, independentemente das razões, grande parte deles provinha de municípios localizados no interior do estado ou mesmo de distintas unidades da Federação. Assim, reconhecendo a pertinência desse aspecto para este livro, nas próximas páginas nos deteremos a discutir que composições podemos obter, a partir dele, das sucessivas turmas que ingressavam na Escola de Aprendiz da Bahia. Afinal de contas, de que regiões vinham os pequenos alistados?

## Um perfil geográfico dos recrutados

Tendo suas primeiras unidades criadas em meados dos Oitocentos, as escolas de aprendizes-marinheiros constituíram-se como “raras opções de ascensão social para os filhos dos forros ou de negros livres” a partir do período pós-abolição (VENANCIO, 2004, p. 200). Para alcançarmos o perfil étnico da Escola nas décadas iniciais do século seguinte, era nosso propósito inicial utilizar a documentação interna gerada pela própria Marinha. Contudo, os termos de alistamento estranhamente não trazem o habitual espaço dedicado pelos meios militares à identificação da cútis do sujeito. Ainda que tais apontamentos existissem, eles seriam fruto da subjetividade dos recrutadores, seguramente não expressando uma visão unânime e absoluta. Além disso, por razões desconhecidas, os documentos referentes aos matriculados, à exceção aos do ano de 1939, não são acompanhados por fotos, também contribuindo para que qualquer exposição mais categórica sobre o assunto seja arriscada.<sup>32</sup>

Se por um lado os termos não nos elucidam muito no que diz respeito ao aspecto racial, por outro eles nos trazem contribuições mais consistentes no sentido de mapear a procedência geográfica dos alunos aceitos pela corporação. Ainda assim, porém, aqui as lacunas também se reproduzem de modo abundante, como podemos visualizar a seguir:

Tabela 2

Residência dos jovens alistados na Escola de  
Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)

Ano	Salvador	Interior	Outros estados	N/D
1928	34	18	-	16
1929	47	25	-	44
1930	...	...	...	...
1931	...	...	...	...
1932	...	...	...	...
1933	...	...	...	...
1934	14	10	3	27
1935	39	22	19	7
1936	34	18	39	7
1937	29	15	31	2
1938	34	12	15	2
1939	73	20	6	1

Fonte: AM – Termos de alistamento da EAMBA.

Observando os registros, notamos que claramente faltava um padrão em seu preenchimento, de maneira que, a depender do ano – ou mesmo dentro de um único processo seletivo –, determinadas informações não são disponibilizadas, a exemplo do local de residência. A impressão que temos perante essa situação é a de que, se a Escola possuía seus problemas, esses supostamente não eram apenas causados por eventuais falhas nos regulamentos que a geriam, mas também, dentre outros motivos, em virtude da ausência de melhor senso de organização da parte de vários comandantes que por ela passaram. Ao que parece, esses dados não eram efetivamente importantes para os alistadores. Todavia, a despeito dessas omissões, a Tabela 2 indica a pluralidade regional presente na instituição.

À exceção de 1939, o número de aprendizes apresentados como residentes em Salvador mostra-se proporcionalmente estável no decorrer dos anos. Em contrapartida, chama a atenção o súbito crescimento da fatia de garotos vindos de outros estados brasileiros, especialmente do Distrito Federal, no período compreendido entre 1935 e 1937. No triênio, foram 12, 13 e 20 rapazes cariocas alistados, respectivamente.<sup>33</sup> Em nossas investigações, atizados por esse curioso fato, infelizmente não conseguimos achar uma justificativa plausível para a sua ocorrência. Nenhuma anormalidade na Escola de Angra dos Reis capaz de provocar uma migração em massa é assinalada em relatório pelo então ministro Henrique Aristides Guilhem. Pelo contrário, em suas observações ele registra o “pleno funcionamento” daquela unidade.<sup>34</sup> Em face da inexistência de pistas, supomos que uma maior concorrência no Rio de Janeiro tenha sido responsável por trazer tantos jovens à região Nordeste.

Em levas menores, entretanto mais regulares, também encontramos recrutas sergipanos chegados a Salvador basicamente por conta das razões já esclarecidas em outro momento: a proximidade geográfica e a inexistência de uma escola de aprendizes em seu estado. Somente em 1936, pelo menos 14 dos 39 concorrentes oriundos de fora tinham como procedência municípios situados em Sergipe, sendo seis deles de Aracaju e outros quatro da cidade de Lagarto. Da mesma forma, não raro nos deparamos com meninos vindos do Espírito Santo, destacadamente de sua capital, Vitória. Entre 1936 e 1938, por exemplo, são 20 as matrículas contabilizadas, quatro delas, no derradeiro ano, efetuadas através do capitão dos Portos capixaba e com a devida autorização dos genitores.<sup>35</sup>

Quanto aos jovens do interior da Bahia, estes, assim como os soteropolitanos, surgem nas estatísticas obedecendo a certa linearidade. De acordo com os termos, podemos indicar os municípios do Recôncavo como principal polo de origem destes recrutados. Não obstante a recorrência de lugares como Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré, centros de porte na região, verificamos

uma distribuição bastante equitativa na proveniência dos menores. Com incidência um pouco menor, aparecem aqueles que residiam em grandes cidades situadas em outras áreas do estado, sendo Ilhéus uma das que se destacam. Somente ao longo dos cinco últimos anos apresentados pela Tabela 2, para se ter uma ideia, foram 16 os requerentes daquela urbe acolhidos como aprendizes.<sup>36</sup>

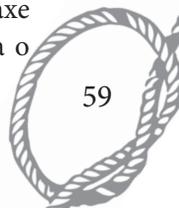
A existência de tantos moradores das mais diversas localidades baianas leva-nos a, associado às justificativas que os conduziam à carreira naval, cogitar sobre as possibilidades por meio das quais o nome da Escola chegava ao seu conhecimento, particularmente aos que viviam em regiões mais remotas. Afinal, estamos tratando de uma época quando, além de não terem o alcance necessário, as informações circulavam por vias não tão eficientes e dinâmicas quanto as de hoje. Neste sentido, um dos modos usuais de se ter contato com a instituição era por intermédio de parentes e conhecidos que residiam ou habitualmente visitavam Salvador, a exemplo do que ocorreu com o já mencionado Rocha Filho, incentivado a alistar-se, segundo ele, por ação de pessoas próximas.<sup>37</sup>

A ida de aprendizes aos seus redutos era outro método comum de divulgação da Escola. Ocorridas geralmente em dias de folga, quando os rapazes aproveitavam para rever seus amigos e familiares, essas viagens, ainda que não necessariamente tivessem esse propósito, acabavam colaborando na atração de novos recrutas. Nem sempre, contudo, os passeios ao interior se davam de maneira voluntária. Buscando propagar a imagem da instituição, excursões a locais estratégicos eram organizadas regularmente por seus comandantes. Em 1928, por exemplo, argumentando que os melhores alunos eram os de fora da capital, o tenente Teófilo de Faria marchou com seus pupilos a Feira de Santana, Mata de São João, São Sebastião e Santo Amaro, com escalas nos lugarejos de Parafuso, Feira Velha, Aliança, Lapa e Humildes. Uma caminhada de cerca de 250 km que possivelmente rendeu frutos ao oficial.<sup>38</sup>

Menos dispendiosas e “pirotécnicas”, as convocações veiculadas em jornais de circulação local nos períodos de inscrição pareciam ser também uma ferramenta bastante utilizada. Uma matéria na Liga Marítima Brasileira alertava para a importância da divulgação das escolas pela “imprensa dos estados”, iniciativa indispensável em “favor do aproveitamento de tantos rapazes sem meios de educação e sem futuro existentes nas nossas cidades do litoral e, em maior número ainda, nas do interior”.<sup>39</sup> Atendendo a essa solicitação encontramos o prefeito de Itabuna, que, em maio de 1942, a pedido do capitão-tenente Augusto Roque Dias Fernandes, comandante da escola da Bahia, anunciava no Jornal Oficial do município o novo edital de convocação para arrolamento. Fora do núcleo principal já identificado, a cidade era das que mais fornecia efetivos à Marinha.<sup>40</sup>

Passados pouco mais de três meses dessa publicação, em 31 de agosto o presidente Getúlio Vargas assinaria a declaração de guerra ao Eixo, levando o país a ingressar oficialmente na Segunda Guerra Mundial. “O pessoal da Armada, se era insuficiente no tempo de paz, tornou-se terrivelmente escasso durante a campanha, quando recebemos dos americanos 24 navios” (GAMA, 1982, p. 14). Diante desse quadro, intensificou-se a formação de aprendizes, recorrendo-se “ao processo pouco recomendável de compressão de programas e redução do intervalo entre a preparação das turmas” (ROCHA, 1985, p. 84). Conclamados a “unir-se contra o inimigo” por grupos de estudantes civis de Salvador que visitavam cidades como Feira de Santana, Ilhéus e a própria Itabuna, é possível que muitos menores passassem então a saber acerca da Escola (MOUTINHO, 2005, p. 43).

Em guerra ou não, fossem eles negros ou brancos, da capital ou do interior, apresentados pelos pais, delegados ou por desejo pessoal, assim que registrados os recrutas recebiam um número o qual passaria a identificá-los até o término do curso. Uma praxe dentro dos costumes navais. De cabelos cortados, seguiam para o



setor responsável a fim de pegarem o fardamento, sua maca e demais utensílios pessoais de um marujo. Logo os superiores estariam exercendo sua autoridade sobre eles, encaminhando-os aos seus alojamentos, bem como os familiarizando às normas da casa. Como veremos mais adiante, havia muito que aprender – dentro e fora da sala de aula – até o dia em que jurassem à Bandeira e, de meros aprendizes, passassem a ser marinheiros na acepção da palavra.

## Formando os “batalhões da esperança”

Uma fogueira alimentada por 1827 livros ardia diante do prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no dia 19 de novembro de 1937. Sob os olhos dos seus alunos e do comandante Garcia D’Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, que supervisionou a cerimônia, nada menos que 808 exemplares de Capitães da areia e 223 de Mar morto, escritos por Jorge Amado, foram incinerados. Outros tantos, de autoria do paraibano José Lins do Rego, tiveram destino idêntico. As obras haviam sido apreendidas alguns dias antes nas livrarias Editora Bahiana, Catilina e Souza por membros da chamada Comissão de Buscas e Apreensões de Livros. Ordenada pelo comandante da Sexta Região Militar, coronel Antonio Fernandes Dantas, a caça fora direcionada ao material julgado simpatizante do “credo comunista”. Ocorrido pouco mais de uma semana após a instauração do Estado Novo no país, o ato não parece estar dissociado da mudança política estabelecida.<sup>41</sup>

A partir dos anos 1930, o tratamento da “questão social” iniciado na República Velha passou a se intensificar, transformando-a em “área de interesse prioritário” do governo getulista (SOUSA, 2000, p. 221). Centralizador, o regime buscava disciplinar a população através de novos mecanismos de controle ideológico, muitos deles inspirados em práticas nazifascistas. Sua atenção voltava-se

preferencialmente à juventude (PASSETTI, 2004, p. 355). Era preciso livrá-la do “mal” que à época alastrava-se pelo mundo, ameaçando as sociedades: o comunismo. Segundo Sousa (2000, p. 263), o ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema, “era anticomunista convicto, tendo inclusive encomendado um plano para combater a ‘subversão’ dentro de seu ministério”. Além disso, “contribuiu pessoalmente para a organização da Exposição Anticomunista”, realizada no Rio de Janeiro. Anualmente, coloca ainda a autora, ele discursava na cerimônia oficial em homenagem aos soldados mortos que contiveram a Intentona de 1935.

A execração pública de figuras como Jorge Amado era um tipo de espetáculo mais comum do que se imagina. O impressionante número de exemplares do seu Capitães da areia queimados pelos militares não nos causa estranheza, já que o seu lançamento ocorreu justamente naquele ano de 1937. Além do mais, a temática do livro era considerada por demais provocativa, tratando da vida de meninos de rua na Salvador daqueles tempos. Poucas vezes – ou talvez jamais – questões como a criminalidade infanto-juvenil haviam sido tão abertamente abordadas pela literatura nacional (DUARTE, 1996, p. 113-19). Expatriado para Montevidéu e Buenos Aires, onde escreveu e lançou as obras *A vida de Luiz Carlos Prestes*, *o Cavaleiro da Esperança* e *Terras do sem fim*, o escritor baiano foi dos primeiros exilados a voltar ao Brasil, em setembro de 1942. Finda a Segunda Grande Guerra, testemunhou a queda do Estado Novo, sendo, no ano seguinte, eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (FALCÃO, 1988, p. 222-25).

Enfocando-se uma instituição como a Escola de Aprendizes-Marinheiros, podemos sugerir que suas ações doutrinárias, a exemplo da ocorrida naquele 19 de novembro, não se davam somente por conta da pouca idade dos recrutas. Futuro da Armada, ensiná-los as técnicas navais não era o bastante. Converter menores em futuros combatentes seria algo arriscado, caso a sua formação não fosse preenchida com outras lições; por valores que, para os

almirantes, bem orientassem o exercício da profissão. Neste sentido, a própria sublevação de 1935 já havia demonstrado o quão perigosa poderia ser a disseminação de ideais socialistas dentro da caserna. Mesmo não participando diretamente do movimento, componentes da Marinha acabaram expulsos de seus quadros após “infiltrações” terem sido identificadas em determinadas guarnições de navios e estabelecimentos (MARTINS, 1985, p. 141).

Essas “infiltrações” tinham origens conhecidas pelos oficiais. Ainda no ano de 1931, em seu relatório endereçado aos superiores, o então comandante da escola da Bahia, capitão-tenente Jorge da Silva Leite, comentava sobre as dificuldades de se encontrar “elementos de real valor” que pudessem ser aceitos em suas salas de aula. Na “indústria particular”, argumentava ele, “existia o operário inteligente e hábil, que a bordo prestaria relevantes serviços, nas respectivas especialidades”. Contudo, ponderava, “efetuar o recrutamento na indústria geraria perturbações muito graves à mesma”. Aliado a isso, alertava que “a propaganda de ideias libertárias no seio das classes operárias” seria “um evidente empecilho para a sujeição desse pessoal às imposições da disciplina militar”, deixando claro em seu discurso a preocupação com o perfil dos menores que deveriam ser matriculados.<sup>42</sup>

Nenhuma “afetação” de cunho político poderia se sobrepor aos princípios que regiam a atividade. Zombar da hierarquia estabelecida, aspecto sagrado dentro das Forças Armadas, consistia em uma falta imperdoável. Desviar-se do compromisso de defender a Pátria feria o que estava constitucionalmente previsto. Para o tenente Leite, assim como para certamente tantos outros que estiveram à frente da Escola, transmitir aos jovens esses valores era apenas um dos objetivos a serem alcançados ao término do curso. Antes de nos atermos mais profundamente ao seu processo de formação, porém, abriremos espaço a fim de investigar de que modo as escolas de aprendizes encaixavam-se na estrutura da Marinha de Guerra. Dentre os itens analisados, tentaremos perceber como elas

conquistaram a intocável condição de principal porta de entrada na corporação e que tipo de imagem mantinham perante o nosso Almirantado.

## A importância das escolas para a Marinha

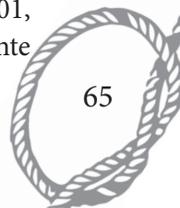
As páginas iniciais da publicação Poder naval, editada pela Armada, traz um interessante texto intitulado “O homem do mar”, o qual trata poeticamente a respeito do espírito marinho. A gravura que o ilustra, postada ao seu lado, insinua-nos uma passagem onde um jovial e destemido timoneiro, enfrentando águas revoltas, é guiado serenamente pela figura de Cristo, este atrás do marujo e com a mão sobre seu ombro. Um tanto extenso, reproduzimos a seguir alguns de seus principais trechos:

O Marinheiro é acima de tudo um valente. Ele precisa estar preparado para qualquer situação, em qualquer lugar, a qualquer momento. [...]. O Marinheiro é amante da paz. Mas ele sabe que se navegar é preciso, muito mais que isto, é preciso estar sempre preparado para lutar. [...]. O Marinheiro, quando diz que “estamos todos no mesmo barco”, não está apenas repetindo um ditado qualquer. [...]. A solidariedade no mar é fundamental para a vida dele e de todos os outros. [...]. O Marinheiro gosta do mar. E quanto mais gostar do mar, melhor marinheiro será. [...]. O Marinheiro tem tradições, para guardar e rememorar. [...]. O Marinheiro conhece bem a sua missão. Ele é responsável pela defesa da integridade nacional. Sabe da importância de estar sempre preparado para defender o seu País, e aceitar os sacrifícios.<sup>43</sup>

Dotadas de força, as palavras carregam farta dose de subjetividade e soam de modo a instigar o imaginário. Elas, no entanto, perceptivelmente tomam a forma de mandamentos, procurando exprimir um modelo idealizado de marujo, muitas vezes colocado acima de qualquer suspeita. Na prática, é improvável que a Marinha de Guerra, ao longo da história, tenha tido a seu serviço, de maneira plena, estes indivíduos apresentados como verdadeiros “super-homens”. Trata-se de uma visão simplista e alheia a qualquer senso crítico afirmar categoricamente que todo marinheiro, como sugere o texto, é, de fato, “um amante da paz”, que realmente ele “gosta do mar” ou que invariavelmente, em todos os momentos de sua atividade profissional, a valentia se faz presente.

Dentro de sua condição humana, é mais sensato concebermos que igualmente há aqueles militares adeptos da guerra ou de outras formas de agressão – em um plano mais estrito – como recurso para resolver seus imbrólios. Navegadores aos quais a água salgada jamais tenha expressado maior significado, mas que, por determinadas circunstâncias de suas trajetórias, acabaram a adotando como meio de trabalho e sobrevivência. Enfim, sujeitos que, diante de situações extremas no oceano, talvez tenham deixado de lado a sua valentia em prol de uma autopreservação. Além do apurado profissionalismo e senso de devoção ao seu ofício por certo existentes, o homem do mar seguramente também possui seus medos e incertezas; máculas e equívocos; angústias e momentos de reclusão.

Baseados no forte tradicionalismo da Marinha, supomos que o estereótipo retratado no Poder naval seja bem parecido com o que, na primeira metade do século XX, era buscado pela corporação como padrão moral e profissional dentro de seus quadros. Nessa época, conforme já ressaltado, as escolas de aprendizes, multiplicadas por todo o território nacional, tornaram-se suas principais provedoras de novos reforços. De simples mão-de-obra auxiliar, os mais moços haviam se convertido no “futuro da Armada” (NASCIMENTO, 2001, p. 67). Todavia, até que a cúpula naval passasse a definitivamente



depositar nestes centros preparatórios a crença de que eles poderiam fornecer-lhe o que procurava – ou pelo menos algo que se aproximasse disso –, um longo percurso precisou ser trilhado.

A criação das primeiras companhias de aprendizes no Brasil, em meados dos Oitocentos, parece romper com uma postura cultural ainda bastante comum naquele período: a pouca importância atribuída ao fator etário. Até então, a inexistência de espaços específicos aos meninos recrutados fazia com que seu aprendizado se desse em conjunto com homens feitos. Indo ao encontro dessa perspectiva, Ariès (1981, p. 166-68) afirma que essa “promiscuidade das idades”, herança medieval, apenas se tornou preocupação pedagógica fundamental no ocidente a partir do século XIX. Porém, malgrado a novidade, o voluntário continuou a ser visto como o elemento “mais apto” a ingressar na carreira naval, especialmente “por conta de sua livre e espontânea apresentação” em um contexto onde boa parte dos alistamentos era forçada (NASCIMENTO, 2001, p. 67). A impressão que temos diante desse fato é a de que os almirantes não vislumbravam ainda todo o potencial de se educar menores para a vida marinheira.

Os primeiros passos mais contundentes no sentido de se valorizar as escolas só seriam dados a partir de 1910, após a Revolta dos Marinheiros. Com a assinatura do Decreto 8.400, em 28 de novembro daquele ano, a baixa de inúmeros praças suspeitos de estarem envolvidos com o motim foi iniciada. Uma verdadeira “limpa nos quadros da marinhagem”, nas palavras do comandante Heitor Xavier Pereira da Cunha (1953, p. 108), autor de uma obra em desagravo aos seus colegas mortos durante a insurreição. Nessas circunstâncias, os pequenos seriam peças indispensáveis a fim de se “completar os efetivos de bordo, desfalcadíssimos pela eliminação das centenas de marinheiros antigos”.<sup>44</sup> Alertadas para a necessidade de uma melhor estrutura e profissionalização do pessoal, as autoridades navais fizeram com que as escolas ganhassem um destaque que até então não possuíam.

Apesar de obterem maior espaço, os aprendizes continuariam a ser minoria nos anos subsequentes, de acordo com Rocha (1985, p. 67-81). Em suas considerações acerca da política de recrutamento na Marinha entre o final da década de 1910 e início da de 1920, ele expõe que as baixas, deserções, reformas, promoções e falecimentos faziam com que as necessidades anuais de reposição de pessoal “atingissem o número aproximado de 2.400” homens. Destes, cerca de 1.000 deveriam proceder das escolas, enquanto que os 1.400 restantes seriam sorteados e voluntários. Segundo o oficial, “grandes transformações” nas fileiras somente seriam assistidas a partir do período entreguerras (1918-1942), após a adoção de medidas como a reforma de 1923, proposta pela Missão Naval estadunidense. O voluntariado passou então a ser percebido como canal de ingresso de sediciosos “com pouca ou nenhuma” educação na Armada, tendo a sua afluência bastante diminuída.

O tom empregado nas opiniões de alguns militares anuncia uma progressiva intolerância para com aqueles que se apresentavam espontaneamente. No começo dos anos 1930, por exemplo, o tenente Jorge Leite defendia que o voluntário era um elemento “sem instrução elementar e profissional, com o qual se perde o tempo no ensino e adaptação ao meio”. Além disso, “salvo raras exceções”, quem procurava as juntas de alistamento não o fazia por vocação, mas sim por estar desocupado, “lutando com sérias dificuldades até para a própria subsistência pessoal”. Para ele, “não raros” procediam “da escola do vício e da malandragem, sem a mínima noção de responsabilidade”. Da mesma forma, o oficial enxergava com restrições o sorteio, outro caminho para admissão. A despeito de a Marinha Mercante fornecer para a de Guerra “pessoal já adaptado ao meio e conhecedor das coisas marinheiras”, aquela era a reserva da Armada e não fonte de quadros para guarnecê-la.<sup>45</sup>

Preteridos os grupos de voluntários, as atenções voltaram-se definitivamente aos mais jovens. Fontes elucidativas para que observemos esse aspecto são os Almanques do Pessoal, espécie

de censo anualmente organizado pela Diretoria Geral do Pessoal e Inspetoria de Marinha.<sup>46</sup> Menos analíticos que informativos, através deles é possível tabular os dados referentes à lotação da escola da Bahia e acompanhar de que forma evoluiu quantitativamente a entrada de alunos na casa:

Tabela 3

Lotação de alunos da Escola de  
Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1911-1934)

Ano	Vagas	Ano	Vagas
1911	...	1923	80
1912	200	1924	...
1913	200	1925	...
1914	100	1926	80
1915	40	1927	130
1916	25	1928	130
1917	60	1929	130
1918	60	1930	120
1919	60	1931	120
1920	60	1932	120
1921	60	1933	120
1922	80	1934	120

Fonte: AM – Almanques do pessoal da Marinha.

A lotação da Escola nos primeiros anos após a Chibata não diferia muito do número de matrículas por ela oferecidas em épocas anteriores. Nos anos de 1903 e 1905, por exemplo, as mesmas 200 vagas que acima aparecem foram disponibilizadas aos candidatos.<sup>47</sup> No entanto, o fato de vultosa oferta ter sido mantida mesmo depois da revolta reforça a tese de que os aprendizes serviram de base para a recomposição do Corpo de Marinheiros Nacionais, esfacelado

pelo movimento. Passada a premência de se completar a tropa, no biênio 1915-1916, como se observa, a quantidade de postos foi drasticamente reduzida. Interpretando-se o fato, para a Marinha havia chegado o momento de replanejar suas instituições de ensino antes destas receberem um maior contingente de alunos. Há três anos, vale recordar, elas já viviam sob novo regulamento – em tese, mais austero do que o anterior –, cuja implantação pode ser vista como medida inicial desse cuidadoso processo.

Em consonância com a exposição feita por Rocha, a Tabela 3 nos revela que o crescimento no número de vagas teve início pouco antes do término da Primeira Grande Guerra. Em 1922, mais 20 foram acrescentadas às 60 já ofertadas, retratando um aumento não muito significativo. Cinco anos mais tarde, um notável incremento superior a 60%, alcançando-se a abertura de 130 matrículas. Em 1930, finalmente, verifica-se uma ligeira redução, estabilizando-se a quantidade de postos em 120. Apesar de desconhecermos a lotação da Escola nas fases seguintes, não há indícios de que ela tenha sofrido grandes alterações até 1942, quando do ingresso do Brasil na luta contra o Eixo. A partir do seu segundo semestre, como já visto, o esforço de guerra terminou levando a Esquadra a ampliar ainda mais sua demanda por novos tripulantes.<sup>48</sup>

O arrolamento de rapazes nas escolas era diretamente proporcional aos elogios por elas recebidos dentro da hierarquia naval. Para o comandante Arthur Dias (1910, p. 264), a Armada Nacional tinha motivos de se “regozijar” dos resultados trazidos pela incorporação de grumetes egressos daquelas organizações. A corporação, dizia ele, estava “conseguindo frutos mais compensadores do que outras marinhas no engajamento de bons elementos para formação dos seus efetivos de bordo”. Depreciando o papel desempenhado pelo marujo voluntário, argumentava que no dia-a-dia dos navios, era “fácil perceber a superioridade de um marinheiro educado desde a infância para a vida complexa de homem de guerra e do mar em relação ao estranho surpreendido



pelo acaso nas profissões mais diferentes”. Naquele mesmo ano de 1910, devemos lembrar, os menores se tornariam uma das soluções preponderantes para a crise enfrentada.

O ministro Alexandrino Faria de Alencar, por sua vez, em relatório ao presidente da República datado de abril de 1918, é enfático ao definir as escolas como “o melhor viveiro da nossa marinhagem de guerra”. Já à frente da Pasta quatro anos antes, ele reconhecia que, imprescindíveis, era por meio delas que se poderia “moralizar e instruir” o futuro marujo, obtendo-se assim a “perfeição” profissional. Argumentava que o marinheiro de então não poderia mais ser como o do passado, devendo seu engajamento ocorrer na “mais tenra idade”. Além de soldado, ele precisava ser igualmente um “especialista mecânico”, atendendo às complexidades técnicas vivenciadas pela Marinha moderna. Para que essa empreitada lograsse sucesso, eram exigidos “método, tempo e um terreno preparado”, expunha o almirante, manifestando aparente entusiasmo em sua prestação de contas ao chefe supremo das Forças Armadas.<sup>49</sup>

Acompanhando à distância os benefícios trazidos pelas escolas, até mesmo nossos vizinhos argentinos renderam-se a elas. Ainda no começo de 1910, uma matéria publicada no *La Nación*, um dos mais influentes periódicos portenhos, tecia longas ponderações sobre o desinteresse das suas autoridades navais em criar centros para aprendizes. Simultaneamente, elogiava a acertada estratégia brasileira de incentivá-las como meio de alistamento. Defendendo que a melhor maneira de preparar o marinheiro era educando-o desde jovem, o jornal cobrava a concretização de projeto recente para a fundação de “uma ou duas escolas para grumetes”, que “tanta falta” faziam para a formação dos quadros subalternos da Marinha.<sup>50</sup> Essa preocupação parecia fundamentada. Afinal, nesse período, “apelando para antigas rivalidades”, Brasil e Argentina empreendiam acirrada corrida armamentista, sendo suas linhas de batalha oceânicas um dos tópicos que mereciam atenção (MARTINS, 1997, p. 282).

Como se nota, portanto, a relação entre o desenvolvimento da nossa Armada e o funcionamento das escolas, para muitos oficiais, tornou-se algo indissociável. Se havia uma chance de dotar a corporação de elementos mais habilitados, essa, sem dúvida, seria através do ensino e doutrinação dos mais moços. Com sua personalidade e conhecimentos em etapa ainda inicial de construção, teoricamente seria mais fácil moldá-los de forma a atingir o produto final desejado. Transferindo-se esse processo para a rotina da Escola, a seguir passaremos a ver como ele se operacionalizava na prática, analisando as partes integrantes do curso preparatório para a vida marinheira. Posteriormente, no bojo dessa mesma discussão, tentaremos perceber se a instituição, de fato, se mostrava à altura das inúmeras expectativas geradas em torno dela.

## **Os ensinos básico, profissional e complementar**

De um modo geral, o preparo técnico e intelectual dos praças da Marinha do Brasil no decorrer da primeira metade do século XX, assim como o dos oficiais, era executado em três etapas. A formação inicial ficava a cargo das escolas de aprendizes-marinheiros, sendo que, por algum tempo, ela deveria ser completada na Escola de Grumetes, localizada no Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro degraus estavam representados pelos cursos de especialização e aperfeiçoamento, respectivamente, ambos oferecidos pelas escolas profissionais. Essas, mais tarde, seriam substituídas em suas funções pelas denominadas escolas de auxiliares especialistas. Somente após o cumprimento desse demorado processo era que o jovem militar teoricamente alcançava plenas condições de ser integrado às guarnições dos navios. Convertia-se, enfim, em um combatente e profissional do mar (ROCHA, 1985, p. 81).

Com referência à Escola de Aprendizes da Bahia e suas demais irmãs, essas proporcionavam aos futuros marujos “educação

básica, incluindo a instrução primária”, além de “formação cívico-militar, mentalidade marinheira, culto às tradições navais, noção de disciplina e o grau de higidez compatível com as exigências da vida de bordo” (ROCHA, 1985, p. 81). Era por intermédio desse diversificado leque de valores e conhecimentos que elas davam as “boas-vindas” aos calouros e identificavam aqueles que, em sua concepção, reuniam os atributos necessários para prosseguirem na carreira. No entanto, similarmente ao que se sucedeu com a política de recrutamento, aqui também constatamos a ocorrência de algumas mudanças ao longo do tempo. Modificações que, se não chegaram a afetar a lógica de funcionamento da casa e outros aspectos mais amplos, redesenharam a estrutura e metodologia do curso por ela proposto, buscando aprimorá-lo.

Nos anos de 1910 e, ao que parece, até os de 1930, as escolas estavam divididas em dois grupos. As primárias ou de 1º grau, em maior número, preparavam os novatos com noções elementares pelo período de um ano. Logo após, os rapazes seguiam para uma das instituições modelo, também conhecidas como de 2º grau, onde deveriam submeter-se a mais quatro semestres de aprendizado. A unidade sediada na Bahia era uma delas. Centro da circunscrição norte, ela atendia aos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. No que diz respeito à distribuição dos menores, essa era feita da seguinte forma: a 4ª classe era destinada àqueles que chegavam sem saber ler ou escrever. A seguinte, aos que apresentavam deficiências na escrita e na leitura, precisando aprimorá-las. Os já alfabetizados, por sua vez, eram colocados na 2ª série, onde aprendiam matérias básicas. Por fim, os mais avançados formavam a 1ª classe, tendo contato com as demais disciplinas.<sup>51</sup>

Ao fim da década de 1930, o formato acima descrito não mais vigorava nas escolas. Em primeiro lugar, a ideia de classificá-las em duas categorias havia sido deixada para trás, voltando todas a receber mesmo tratamento. Aqui, inexistente qualquer alusão à antiga separação por séries, estando o corpo de alunos organizado

em divisões e grupos. Além disso, nesse período foi estabelecida a redução do programa para apenas um ano letivo, sendo que o seu conteúdo parece não ter enfrentado cortes drásticos. De acordo com o almirante Henrique Guilhem, essa última medida “permitiu a seleção de pessoal com mais idade e conhecimento, tornando as escolas menos dispendiosas para o Estado”. Assim, através de sua declaração, observamos uma Marinha à época preocupada em evitar, além dos órfãos e infratores, indivíduos de instrução quase nula.<sup>52</sup>

O programa do ensino básico compreendia, em linhas gerais, as áreas de Língua Portuguesa – incluindo gramática, ortografia e caligrafia –, Aritmética, Geometria, Ciências, Geografia e História do Brasil. Nada muito distante, portanto, do presente panorama educacional. Particularmente no período quando vigia a configuração em quatro semestres, destacamos que a aplicação dessas matérias apresentava ligeiras variações conforme a classe.<sup>53</sup> Nas fontes, é sentida a ausência da disciplina Redação. Desconfiamos que o exercício de suas técnicas, especialmente por meio de textos dissertativos, de fato não ocorresse. Examinando instituições de ensino civis no princípio dos Novecentos, Leite (1998, p. 58) depara-se com questão idêntica. A suposta “interdição” para que o discente pensasse e criasse a respeito de sua individualidade, diz ela, só parece ter sido quebrada em meados dos anos 1920, de quando datam as primeiras redações livres encontradas pela autora.

Mesmo dentre as matérias disponíveis, havia aquelas que não recebiam igual acolhida da parte de alguns – ou quiçá da maioria – dos comandantes que passaram pela Escola. O tenente Teófilo de Faria era um deles. Tendo como alvo a equidade atribuída pelas normas avaliativas ao peso das disciplinas, em 1928 ele criticava abertamente as situações onde um estudante medíocre em Português, Aritmética e Geometria lograva aprovação tendo boas notas somente em Geografia e História. Em seu modo de ver, essas últimas, embora necessárias para o desenvolvimento do aluno, absolutamente não tinham a mesma importância daquelas áreas. Em se tratando de

um centro cuja razão de ser fundamental era a capacitação técnico-naval, esse tipo de postura é de certa forma compreensível. Talvez para muitos oficiais, os estudos históricos, ainda que provavelmente inspirados no tradicionalismo do paradigma “rankeano”, não agregavam maiores benefícios à prática marinheira.<sup>54</sup>

Sendo uma organização militar, seus professores, oriundos da escola normal, deveriam ser todos do sexo masculino. Até o início da década de 1920, pelo menos, eles aparentemente não gozavam de maior autonomia no exercício da sua atividade, já que a Marinha, nesse tempo, adotava uma metodologia de ensino eleita como a mais apropriada. Seu referencial era o educador Arnaldo Barreto, autor da Cartilha analítica, destinada justamente ao ensino das primeiras letras.<sup>55</sup> Seus pressupostos pedagógicos continham três elementos básicos: “a crítica à abstração, a defesa do movimento que vai do mais simples ao mais complexo, do que se sabe para o que se ignora”, além da ênfase dos sentidos e da observação como forma de aprendizado (FRADE, 2004, p. 5). Em relação aos dois primeiros pontos, especificamente, visualizamos uma nítida aproximação com o racionalismo cartesiano, o que não nos surpreende. Afinal de contas, este é comumente apontado como item marcante da filosofia militar.

Mais adiante, perceberemos como essa sistematização guiava não só a base de pensamento durante as aulas, mas também a rotina da Escola como um todo. Apesar de metódico, porém, deve-se dizer que seu dia-a-dia era eventualmente permeado por certa flexibilidade. Em meados dos anos de 1910, por iniciativa própria ou sugestão das autoridades, a Marinha concedia permissão para que menores pobres das localidades fossem admitidos nas escolas como “externos”, sem compromissos de qualquer natureza. Através da educação primária e alguma instrução militar, eles começavam a ter, “sem obrigações, noções do espírito e disciplina militares que o povo de qualquer nação não pode deixar de ter”, acreditava o ministro Alexandrino. A despeito de ter sido achado escasso material relativo

à questão, uma nota publicada em dezembro de 1915, no Diário de Notícias, insinua que a unidade sediada na Bahia promovia seleções nesse universo de jovens.<sup>56</sup>

Sobre a parte profissional, é provável que os ensinamentos passados a esses alunos especiais representassem apenas uma pequena amostra daquilo o que era transmitido aos regulares. De forma semelhante ao que ocorria no curso elementar, aqui verificamos determinadas mudanças e adaptações de acordo com o período. Em uma lista abrangente, aprendia-se a respeito da aparelhagem e nomenclatura dos navios de guerra, obras de marinha, armas de fogo, remos e bordejões, sinalização, sondagens e rumos de agulha. Além disso, eram praticados exercícios de infantaria, artilharia e tiro ao alvo. Até a década de 1910, possivelmente, oferecia-se ainda nas escolas modelo formação nos ofícios de carpinteiro, serralheiro, limador, torneiro, foguista, ferreiro, calafate e caldeireiro de ferro e de cobre. Atividades típicas da vida de bordo – especialmente nos navios a vela – e que, ao final do século XIX, eram ministradas pela extinta Companhia de Aprendizes-Artífices.<sup>57</sup>

Quase todos os instrutores militares eram praças, normalmente cabos ou sargentos. Por certo, muitos deles ingressos na carreira naval através das escolas. Os principais recursos didáticos à sua disposição eram manuais como O aprendiz-marineiro, elaborado e impresso pela própria escola da Bahia, “onde se encontravam lições de artilharia e outras técnicas da educação profissional”.<sup>58</sup> Nos anos de 1910, outra ferramenta utilizada pelos militares era a película cinematográfica Como se faz um marinha, produção nacional em 35 mm. Uma atração à época, supomos. Neste mesmo período, as aulas de marinharia poderiam ser realizadas no navio-escola Caravelas, recurso que facilitava a assimilação dos exercícios e a adaptação dos menores ao meio marítimo. Não temos sua localização exata, porém acreditamos que permanecesse atracado ao cais da instituição ou, no máximo, fundeado a pouca distância dela.<sup>59</sup>

Por vezes, as técnicas aprendidas na Escola eram praticadas para além de suas grades e muros. Em 1928, por exemplo, após a fase inicial de treinamento interno, ao menos três incursões foram organizadas pela cidade do Salvador visando à execução de exercícios mais realistas e, conseqüentemente, um “desenvolvimento mais completo” dos recrutas. Essas movimentações de combate em terra compreendiam, dentre outras, lições de formação, maneabilidade, aproximação e contato com o inimigo. Na primeira oportunidade, percorreram-se 18 km em dois dias, marchando com apenas meio equipamento. Poucas semanas depois, uma segunda atividade de mesma extensão foi feita, sendo a distância vencida em apenas um dia. Animado com os resultados alcançados, o Comando logo programaria uma terceira investida, essa trilhando novas localidades da capital.<sup>60</sup>

Outras maneiras de educar o físico dos meninos se davam por intermédio das aulas de ginástica, natação e esgrima, componentes do ensino acessório ou complementar. A cargo de instrutores civis, esses encontros eram normalmente ministrados seis vezes por semana, frequência que indica sua relevância para a Marinha na capacitação dos aprendizes.<sup>61</sup> Retomando aqui a discussão suscitada no capítulo anterior em torno de Lenharo, presumimos que tal importância não estivesse estritamente ligada ao fato de que a robustez e a habilidade de nadar fossem requisitos indispensáveis ao labor naval. Rompendo-se essa fronteira, podemos pensar o desenvolvimento corporal enquanto condição necessária a fim de se obter a plena formação moral dos menores, além de um maior controle sobre eles.



Imagem 1 – Aprendizes da Bahia em atividade física (c. 1930).

Fonte: DPHDM.

Sob um ponto de vista mais lúdico, fazia ainda parte da educação complementar o aprendizado de instrumentos musicais, inclusive com a composição de bandas regidas por mestres não pertencentes ao quadro militar da Escola.<sup>62</sup> Entretanto, o elemento do currículo acessório que mais nos atrai a atenção, acreditamos, pouco tinha de divertido aos olhos dos discentes. Aplicadas uma vez por semana, as aulas de educação cívica estavam habitualmente sob a responsabilidade de oradores sem vínculo direto com a Armada. Vários, membros do próprio corpo docente da instituição. Em ensejos como as vésperas das “grandes festas nacionais”, esses preceptores “discorriam sobre as referidas datas, de modo a não só explicar o motivo da glorificação do dia, como procurando o levantamento do patriotismo dos menores”. Do mesmo modo, é provável que menções a heroicas figuras do passado se repetissem ao longo das palestras.<sup>63</sup>

Tais discursos eram também reproduzidos de forma escrita, por meio de livros como *Pela Pátria*. Somente em julho de 1914, foram 54 exemplares dele remetidos à Escola pela Inspetoria de Marinha.<sup>64</sup> Um compêndio elaborado pelo professor Paulo da Silveira

Rosas, essencialmente positivista, nos dá uma ideia dos valores passados aos aprendizes através de publicações do gênero. Listando os diversos deveres que o jovem alistado deveria cumprir em seu dia-a-dia, o autor enaltecia os compromissos patrióticos, prestando-se à nação “o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração”. Para melhor lhe ser útil, identificava os cuidados que o recruta deveria ter com seu próprio corpo, aconselhando-o a afastar-se de vícios como o alcoolismo e a preguiça. Afinal, a sagrada promessa de proteger o país, em sua opinião, seria executada com maior êxito por um “homem sadio” (ROSAS, 1964, p. 11-13 e 45-52).



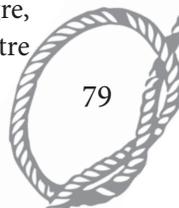
Imagem 2 – Cerimônia na EAMBA (c. 1930).  
Fonte: DPHDM

Ao contrário do que previa o regulamento das escolas de 1885, o de 1939 não traz integrada ao plano do curso a prática do ensino religioso, outrora sob a orientação de capelães navais. O fato de a proclamação da República ter oficialmente laicizado o Estado brasileiro pode estar relacionado à mudança. Apesar de na primeira

metade dos Novecentos, talvez por força da tradição católica, ainda verificarmos a realização de atividades com os alunos que professavam essa fé, o que fundamentalmente parecia conduzir o doutrinamento das turmas, tendo-se por base a adoção de materiais como *Pela Pátria*, era mesmo o ideário de Auguste Comte.<sup>65</sup> Segundo Carvalho (1990, p. 130), os santos dessa “nova religião” criada pelo pensador francês, que tinha como alicerce a defesa não só da pátria, mas também da família e da humanidade como um todo, eram “os grandes homens” do passado. Seus ritos, as festas cívicas nacionais. Os padres e pastores, os próprios positivistas. Já sua filosofia e política apresentavam-se como os princípios teológicos.

Se por um lado existiam figuras que guardavam lugar cativo no seletorol dos “grandes homens” da história naval, por outro havia aqueles que mereciam ser definitivamente esquecidos pelas novas gerações de marinheiros. Um deles era seguramente João Cândido. Exemplo condenável de insubordinação, tocar em seu nome durante o Estado Novo era perigoso, segundo Morel (1986, p. 237), jornalista que por longo tempo dedicou-se a averiguar o levante de 1910 e seus personagens. Considerado “assunto proibido”, as redações emudeciam diante do patrulhamento ideológico empreendido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Ainda hoje, transcorridos mais de cem anos, o episódio acontecido nas águas da baía de Guanabara não é assunto que se aborde sem provocar certo desconforto nos círculos navais.

Oficial da Armada em fins do século XIX, Adolfo Caminha era outro que sofria restrições, sendo “cruelmente marcado por suas atitudes”. Sua obra-prima, *Bom-crioulo*, lançada em 1895, foi, assim como as publicações de Jorge Amado e José Lins do Rego, proibida durante muitos anos. Absolutamente não era material “para se dar de prêmio nas escolas”. Em vez de narrar o “escabroso tema” da pederastia no seio da corporação e as punições físicas sofridas a bordo, a crítica desejava que ele escrevesse algo “travesso, alegre, patusco; contando cenas de alcova ou de bordel, ou noivados entre



as ervas, à lei do bom Deus”. Em outras palavras, um livro que não escandalizasse ou comprometesse a imagem da Marinha de Guerra. À época, o próprio editor, Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, foi supostamente alvo de represálias arquitetadas pelas autoridades (MOREL, 1986, p. 236-37).

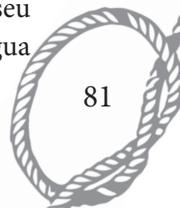
Bourdieu (2005, p. 218) afirma que “todo ato de transmissão cultural implica necessariamente na afirmação do valor da cultura transmitida e, paralelamente, a desvalorização implícita ou explícita das outras culturas possíveis”. Associando-se esse raciocínio à mecânica das aulas de educação moral e cívica oferecidas pela Escola, podemos levantar a hipótese de que, para os militares, propagar aos seus pupilos aquilo o que elegiam como positivo e relevante não era o suficiente. Além de “bombardeá-los” com louvores à família e à pátria, mostrava-se conveniente o “exorcismo de determinados fantasmas”, a exemplo da Revolta de 1910 e do romance entre os marujos Aleixo e Amaro, protagonistas do livro de Caminha. Para tanto, talvez bem mais do que recorrer a ataques frontais e agressivos – vistos aqui como as desvalorizações explícitas aludidas por Bourdieu –, os docentes optassem por táticas indiretas como o reforço dos itens presentes na cartilha do “bom” marinheiro ou simplesmente o silêncio em relação àqueles incômodos e embaraços.

Das etapas que compunham o curso, o ensino dos rudimentos cívicos, supomos, era a única em que os moços não eram sabatinados por seus superiores. Pelo menos nenhuma fonte traz qualquer referência a respeito de tal procedimento. Para todas as demais áreas eram aplicados exames orais e práticos, atribuindo-se notas de zero a dez. Até o início da década de 1930, eles eram semestrais, normalmente realizados na última quinzena dos meses de junho e novembro. Em seguida, as avaliações passaram a ser mensais, oferecendo-se aos aprendizes a oportunidade de atingirem a média exigida – fixada em quatro, pelo menos por determinado período – por meio de provas finais administradas ao término do ano letivo.<sup>66</sup>

Sobre o desempenho quantitativo dos recrutas nas disciplinas básicas e complementares, apenas um documento foi localizado no Arquivo da Marinha: o Livro de notas mensais da Escola referente ao período 1933-1935. Superficiais no que tange à questão, os relatórios de serviços anualmente elaborados pelos seus comandantes limitam-se a apresentar um balanço estatístico das aprovações e reprovações registradas na instituição. Essa escassez, entretanto, não deve ser assinalada como o único obstáculo para que melhor observemos os resultados alcançados pelos jovens no decorrer de sua preparação. Além dela, também salientamos o quão complexo mostra-se perceber os reais avanços físicos, técnicos e intelectuais do alunado dentro de um modelo educativo onde as valorações numéricas aparecem como recurso fundamental para se aferir os conhecimentos adquiridos.

Pelo menos no triênio acima referido, notamos que, na visão dos avaliadores, grande parte dos calouros que chegavam à Marinha tinha muito que melhorar. Somente em fevereiro de 1933, primeiro mês de aulas e verificações, nada menos que 26 notas zero foram conferidas aos discentes da 1ª série em um universo de 264 resultados. Isso corresponde a quase 10% do total. Se contabilizarmos as demais médias inferiores a quatro, esse percentual eleva-se vertiginosamente. Contribuindo de forma significativa com o baixo rendimento da turma encontramos os aprendizes Manoel Miranda e Arnaldo Gonçalves dos Reis. Em cada histórico, acompanhando alguns espaços em branco, constam três zeros, uma nota um e várias outras notas insatisfatórias. Ainda que seja possível identificarmos problemas em todas as áreas, as grandes vilãs não só para estes dois, mas igualmente seus colegas, pareciam ser as matérias do ensino elementar.<sup>67</sup>

Ultrapassadas as dificuldades iniciais, de modo geral, observamos uma sensível elevação do rendimento nas fases subsequentes. Alguns deles, como o do jovem Rodolfo Passos, amazonense de 14 anos, são emblemáticos. Tendo inaugurado seu boletim com duas notas três em Aritmética – ao lado de Língua



Portuguesa, a principal responsável pelo mau desempenho dos menores –, em abril ele conseguiria obter seu primeiro cinco, valor que se repetiria em julho e agosto. No mês seguinte, reprisaria o seis alcançado em maio, sua melhor média até então. Terminando o ano com um oito e um dez em outubro e novembro, respectivamente, pressupomos que Rodolfo tenha atingido, na concepção do seu professor, o nível de aprendizado exigido pela disciplina a fim de ser promovido à classe seguinte.<sup>68</sup>

A despeito dos progressos conquistados por muitos, os índices de reprovação, a depender do grupo, poderiam ser bastante altos. Em 1928, por exemplo, dos 36 alistados que formavam a 3ª série, apenas 10 foram aprovados nas apreciações da educação básica. Naquele ano, de um total de 139 aprendizes inscritos, 53 não lograram êxito, número, ainda assim, bem menor do que o registrado em 1927, conforme fonte descoberta. Então, para que se tenha uma ideia, somente 50% dos concluintes alcançaram o sucesso desejado pelos oficiais, sendo remetidos à Escola de Grumetes.<sup>69</sup> Criado em 1911, este era o centro de instrução complementar para onde eram enviados os melhores alunos egressos das escolas de aprendizes. Os de pior qualificação, por sua vez, eram diretamente encaminhados ao quartel central do Corpo de Marinheiros Nacionais, logo assentando praça (ROCHA, 1985, p. 84).

Aos que definitivamente não conseguiam acompanhar o curso, na opinião dos examinadores, o destino habitual era seu desligamento. Em 1916, nada menos que 24 meninos foram excluídos do programa pelos militares, grande parte deles provavelmente em função das deficiências apresentadas.<sup>70</sup> Engrossando a lista de dispensados do ano anterior talvez estivessem os pequenos Mário Severino Mascarenhas e Joaquim Antonio da Silva, recrutas números 67 e 122, respectivamente. Em correspondência endereçada no mês de junho ao capitão-tenente Virgílio de Mesquita Barros, comandante da Escola, o professor Moisés Carlos dos Santos expressava sua preocupação para com os mesmos. Embora fossem “frequentadores

assíduos” das suas aulas, afirmava ele, ambos ainda não haviam atingido o “desenvolvimento intelectual” esperado, revelando-se “improficuos todos os métodos que, pela pedagogia moderna”, eram “aplicáveis ao caso”.<sup>71</sup>

Passar pelo crivo dos responsáveis lotados em Salvador, porém, não garantia a incorporação definitiva dos rapazes à Armada. Desembarcando em terras sulistas após o término do estágio inicial, encontramos vários deles que, mesmo endossados pelos pareceres de seus mestres, eram devolvidos a quem de direito pelas organizações competentes sediadas no Rio de Janeiro. Em um dos casos, ocorrido em fevereiro de 1915, o então diretor da Escola de Grumetes, capitão-de-fragata Augusto Teotônio Pereira, dava ciência ao seu colega comandante da escola da Bahia sobre a restituição de dois dos seus estudantes. Segundo o militar, Agenor de Senna Farias, identificado com o número 23, e Péricles Vieira dos Anjos, 70, haviam sido julgados “fisicamente incapazes” nos testes preliminarmente realizados pela Inspetoria de Marinha. É admissível que, uma vez de regresso, pouco depois eles tenham sido entregues aos seus pais ou tutores.<sup>72</sup>

De acordo com a documentação, as causas dessas reprovações pareciam estar mais relacionadas à benevolência e descuidos por parte da Escola de Aprendizes do que a uma excessiva rigorosidade hipoteticamente praticada pelo inspetor naval. Em 1929, passados apenas quatro anos da implantação de novas regras relativas à observância dos atributos físicos e intelectuais dos concorrentes, o tenente Raul de Santiago Dantas tecia críticas ao conjunto de educandos achado por ele ao assumir a instituição. Referindo-se indiretamente ao seu antecessor, afirmava estar convencido de que, por razões que escapavam à sua alçada, houve “certa negligência” na matrícula dos pretendentes, apostando na pressa como um dos motivos para tal situação. Em face de tantos alistados “fora da idade regulamentar”, apresentando “defeitos físicos” e “completamente”

analfabetos, denunciava o administrador, sua decisão foi pelo afastamento de alguns deles.<sup>73</sup>

Além disso, não devemos desprezar o fato de que inúmeros indivíduos chegavam à Escola de maneira compulsória, por intermédio de juízes de menores, autoridades policiais, estabelecimentos assistenciais ou mesmo de seus genitores. É razoável imaginarmos que muitos deles, em protesto ao ato ou por pura ausência de vocação, não demonstrassem a motivação e o empenho necessários em sala de aula e nas avaliações, sendo assim reprovados. Indo ao encontro dessa possibilidade, o ex-aprendiz Palma Netto (1984, p. 20) expõe em seu livro de memórias que, dentre seus camaradas de turma, facilmente identificava-se aqueles que estampavam no semblante uma “descrença imediata e total” em relação à rotina da casa. Os que, “sem disposição, desanimados” e “irreverentes”, conforme suas impressões, não exibiam “alma ou fé para viver a vida marinheira”.

Reduzir o problema do baixo desempenho dos recrutas única e exclusivamente à sua seleção, entretanto, seria algo simplista e equivocado. Em outubro de 1909, certo indivíduo chamado Domingos Fonseca, possivelmente oficial de Marinha, assinava um artigo na Liga Marítima Brasileira censurando a forma como os aprendizes eram preparados. Não obstante a Escola contar com um navio-escola em determinados períodos, o ensino profissional era substancialmente praticado em terra firme, o que não habilitava os rapazes “a serem bons e futuros marinheiros”, no ponto de vista do articulista. Em vez de se exercitarem “sob ‘coberta enxuta” e dormirem “em camas confortáveis e fixas”, argumentava, melhor seria se eles aspirassem “as salsas evaporações do oceano”, pisassem em um convés sujeito aos “rudes balanços” da embarcação e ouvissem “os fortes látigos dos vendavais” (FONSECA, 1909, p. 12-13).

Quase duas décadas mais tarde, utilizando-se de discurso análogo, o tenente Teófilo de Faria comentava sobre a “falta completa

de noção” que seus subordinados tinham “dos deveres do infante e de seu modo de se conduzir na guerra”. Essa deficiência, garantia, devia-se em grande parte à constatação de que os jovens, em solo ou a bordo, jamais haviam sido submetidos pelo comando anterior a determinados tipos de atividades bélicas e físicas.<sup>74</sup> Passados alguns anos, enquanto o ministro Arnaldo Siqueira Pinto da Luz ainda reconhecia a necessidade da criação de “um programa de ensino suficiente” para a preparação do alunado, seu colega de Pasta, almirante Henrique Guilhem, abordava em 1940 a urgência de se padronizar o funcionamento das escolas de aprendizes.<sup>75</sup>

Outro aspecto que provavelmente afetava os resultados era a sistemática vacância de funções, em especial no corpo docente da organização. Somente ao longo de um recorte de seis anos, entre 1923 a 1929, a Escola permaneceu sem um oficial imediato em três oportunidades. Já no biênio 1933-1934, ela se ressentia da falta de alguns profissionais para completar o quadro de instrutores militares.<sup>76</sup> No que concerne aos professores normalistas, apenas as turmas mais adiantadas os tinham em 1912. Os principiantes estavam a cargo de dois sargentos auxiliares, o que tornava o ensino “defeituoso”, segundo o vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em virtude da “pouca instrução” destes últimos.<sup>77</sup> Dezesete anos depois, seria a vez dos alunos da 2ª série ficarem sem seu regente durante o primeiro semestre, após licença solicitada pelo educador Manoel Paulino de Lima.<sup>78</sup>

Os problemas enfrentados pela instituição, todavia, eram bem mais abundantes. Em muito extrapolavam as falhas cometidas nos processos seletivos, a carência de material humano e a inexistência de uma standardização pedagógica na transmissão dos conteúdos. Além disso, como veremos no tópico seguinte, eles estavam relacionados não só ao curso propriamente dito, mas também às estruturas física e administrativa que permitiam o seu funcionamento, interferindo na formação dos futuros marujos de diversas outras maneiras.



## As condições estruturais

Em sua edição de 22 de abril de 1910, o jornal Diário de Notícias anunciava à sociedade baiana a inauguração do novo edifício da Escola de Aprendizes-Marinheiros, ocorrida na tarde da véspera, feriado nacional de Tiradentes. Contando com as presenças de figuras como o chefe do Serviço de Engenharia, Theodoro Sampaio, a cerimônia teve lugar no grande salão superior, futuro dormitório dos meninos, onde o fiscal do governo junto às obras, Alberto Teixeira Ribeiro, fez a entrega oficial ao comandante da casa, capitão-de-corveta Abdon Ferreira Caminha. Um pouco mais ao sul dali situava-se o antigo prédio da Escola, noutro tempo base do Arsenal de Marinha e da Companhia de Aprendizes-Artífices. Ligado ao recém-erigido patrimônio por um passadiço, ele continuaria a ser mantido em atividade pelos militares, abrigando certas acomodações e ambientes de ensino.<sup>79</sup>

Exatos dois anos após o batismo das modernas instalações, entretanto, o ministro Belfort Vieira estranhamente tornava pública a sua precariedade estrutural. De acordo com seu relato ao presidente Hermes da Fonseca, o imóvel, cuja construção visara melhorar as condições operacionais do estabelecimento, apresentava “grande defeito no telhado”, tornando-o “quase inabitável” no período de chuvas. Com os dias contados, a velha sede, por sua vez, necessitava de “sérios reparos”, pois todo seu vigamento, forro e assoalho estavam em “mau estado”.<sup>80</sup> No intuito de salvá-la, em 1914 a Sétima Região Militar, atendendo à solicitação do comandante Olavo Luiz Vianna, constituiu uma comissão formada por três oficiais engenheiros a fim de nela realizar uma vistoria. Ainda que problemas tenham sido detectados, nada ou muito pouco foi feito. Quatro anos depois, condenado, o veterano edifício foi definitivamente esvaziado e, em seguida, demolido.<sup>81</sup>

Tendo-se como fundamento as considerações de Rocha (1985, p. 81), tais adversidades não eram privilégios da escola da Bahia. No pós-Primeira Guerra, de acordo com ele, os centros preparatórios de aprendizes, além de numerosos, utilizavam-se de prédios “adaptados” e “deficientes sob todos os aspectos”. Quanto ao gerenciamento dos mesmos, aponta que “nenhuma ideia se tinha dos custos” de cada unidade, “nem das lotações, proporção aconselhável das turmas e localizações ideais”, revelando-nos uma face por demais desorganizada da nossa Marinha. Buscando corrigir essas “situações defectivas”, finaliza, foi feito um estudo pela Diretoria do Pessoal, medida que aparentemente trouxe resultados em longo prazo. No fim da década de 1930, época em que a Escola ganhou uma ala gêmea e sua torre central, o ministro Guilhem comunicava uma sensível melhoria nas condições de funcionamento dos seus núcleos educacionais.<sup>82</sup>



Imagem 3 – Ala sul e torre central da EAMBA (s.d.).

Fonte: DPHDM.

Até que esses supostos avanços fossem obtidos, porém, a instituição penaria por muito tempo, aliadas às vulnerabilidades de sua arquitetura, com crises sistemáticas de aparelhamento e abastecimento. Em 1928, por exemplo, o comandante Teófilo de Faria reconhecia a vital necessidade de que, no mês de dezembro, já tivessem os professores o material de ensino completo para quando se iniciassem as aulas. Somente desse modo, sustentava, a educação dos rapazes demonstraria “o seu verdadeiro caráter”. No entanto, em decorrência da escassez de verbas, a Imprensa Naval, órgão responsável pela distribuição dos livros, remetia apenas uma pequena parte do que era solicitado, ainda assim ao término do primeiro semestre.<sup>83</sup>

Passado um ano, o embaraço permanecia sem solução. Fazendo coro ao seu colega, o tenente Santiago Dantas reclamava que, graças aos constantes atrasos no envio, o suporte didático continuava “bastante desfalcado”. Indo mais adiante, alegava que os poucos recursos disponíveis não eram suficientes para a recuperação dos escaleres com os quais se efetuava o treinamento dos alunos. As carteiras utilizadas por estes – em quantidade reduzida – e os quadros negros também “deixavam a desejar”, carecendo de reparos. A gravidade da situação era tamanha que nem mesmo bandeira nacional se tinha para as formaturas de parada, precisando os militares recorrer ao empréstimo de um pavilhão junto à Força Pública estadual.<sup>84</sup>

Dos documentos levantados, os relatórios anuais de serviço são aqueles que mais enriquecem as discussões em torno das fragilidades enfrentadas pela Escola. O fato não chega a nos causar surpresa, levando-se em conta que os pareceres foram escritos por pessoas que respondiam pelo comando da organização e, portanto, necessitavam conhecer de perto sua rotina. Lendo-se suas linhas, porém, é interessante perceber que os oficiais não se limitavam a apontar problemas e apelar por incrementos orçamentários, conduta que pouco os auxiliaria a granjear prestígio e galgar posições dentro

da hierarquia naval. Mais rentável e conveniente era mostrar que, apesar da palidez financeira, benfeitorias se encontravam em andamento. Levar à consciência dos superiores que as ingerências e os erros cometidos pelas administrações precedentes estavam sendo paulatinamente retificados.

Outro transtorno que afligia os militares, com certa frequência, relacionava-se à falta de iluminação da Escola. Em ofício remetido ao intendente municipal José Carvalho Filho em dezembro de 1900, o capitão-de-mar-e-guerra Antonio Alves Câmara solicitava seu apoio já que, “por conta do péssimo estado de conservação do encanamento de gás”, o estabelecimento achava-se privado de luz.<sup>85</sup> Aproximadamente 14 anos mais tarde, verificamos a ocorrência de impasse semelhante. Diante da negativa do ministro em autorizar a compra de lâmpões a querosene e da ausência de verbas sentida por sua organização, o capitão dos Portos da Bahia, Augusto Heleno Pereira, informava ao responsável pelo centro de ensino que, a partir de 8 de agosto, a área do extinto Arsenal passaria a estar às escuras. O inconveniente permanecia sem solução mais de dois meses depois, após o inspetor de Marinha também recusar-se a liberar crédito para o restabelecimento da energia elétrica.<sup>86</sup>

Similarmente ao que ocorria com o fornecimento de luz, e a despeito de ironicamente ser banhada pelo mar, a instituição era “muito mal” atendida quanto aos recursos hídricos. Para que tenhamos uma dimensão dessa carência, as fontes nos indicam que a instalação de água filtrada somente seria concluída em 1931, pagando-se pelo serviço a soma de um conto e 200 mil réis. Ainda no que concerne à alimentação, a louça do rancho dos aprendizes “estava de tal modo escassa” nesse período, “que os menores tomavam café e mate em pratos fundos e comiam com a mão”, conforme um dos relatórios.<sup>87</sup> Ponderosos a nosso ver, esses flagelos contrariavam diretamente o conjunto de regras sanitárias fixadas pela Armada desde, pelo menos, meados da década de 1920, e que deveria ser seguido pelas escolas.<sup>88</sup>

Dificuldades do gênero não passaram despercebidas aos olhos do diretor Geral de Saúde Pinto de Carvalho, após inspeção realizada no estabelecimento em outubro de 1914. Demonstrando preocupação em laudo posteriormente entregue à cúpula da casa, ele dizia que, embora fosse testemunha “do modo correto e dedicado” com o qual esta zelava pela vida dos seus jurisdicionados, “infelizmente” era forçado a transmitir-lhe a “detestável impressão” produzida pelo edifício da Escola. O estado em que este se encontrava, a seu ver, representava um “duplo perigo”. Aliada à evidente ameaça de ruína, o que podiam perceber “até olhos leigos em assuntos de engenharia”, havia, segundo o perito, o permanente risco à saúde dos que nele viviam. Afinal, fugindo o imóvel “a todas as prescrições de higiene”, qualquer surto epidêmico que batesse à sua porta encontraria “entrada franca e fácil”.<sup>89</sup>

O receio manifestado por Carvalho era procedente. Nas primeiras décadas do século XX, período em que escreveu as palavras acima, diversas eram as moléstias que assolavam o país, em especial grandes centros urbanos como Salvador. Das que mais “alarmavam os especialistas”, podemos citar a cólera, o sarampo, a coqueluche e a varíola (SCHWARCZ, 1993, p. 206). De uma maneira geral, essas doenças encontravam na falta de saneamento das ruas e espaços fechados oportunidades propícias à sua proliferação, além de escolherem as crianças como alvos preferenciais. Investigando o panorama sanitário do Rio de Janeiro no início dos Novecentos, Hahner nos traz que, após exames procedidos em 1907 com operários cariocas entre os 12 e 14 anos de idade, descobriu-se que “três quartos” deles sofriam de tuberculose. Segundo as palavras da autora, esta era uma “clássica” enfermidade “dos locais insalubres de trabalho e dos cortiços” à época (HAHNER, 1993, p. 227).

Ainda que advertissem os oficiais, as missivas vindas da Diretoria de Saúde e outras repartições não impediam que inúmeros males invadissem a Escola. Em fevereiro de 1932, portanto pouco tempo depois da instalação de água filtrada na casa, o Instituto Oswaldo Cruz submeteu os aprendizes ao primeiro teste de

ovohelmintoscopia daquele ano. Dos jovens avaliados, somente o de número 85 recebeu resultado negativo. Todos os demais estavam acometidos por algum tipo de parasita, destacadamente o ascáris e o tricocéfalos.<sup>90</sup> Também por conta das privações infraestruturais, os casos de doenças pulmonares tornavam-se corriqueiros no inverno, estação caracterizada pelas “bruscas” quedas de temperatura. Em 1919, inclusive, um recruta não identificado acabou falecendo em decorrência de uma pneumonia dupla, conforme registrado no relatório do ministro Raul Soares de Moura.<sup>91</sup>

Esse mesmo documento igualmente faz referência à varíola, que “com intensidade grassou” a cidade do Salvador, assim como à gripe espanhola que, desde o ano anterior, já devastava a capital baiana e boa parte do mundo.<sup>92</sup> Para se ter uma ideia de sua dimensão, na oportunidade quase seis mil marujos brasileiros foram vitimados pela moléstia nas organizações navais espalhadas pelo país, inserindo-se aí as guarnições dos navios que combatiam na Primeira Grande Guerra (ROCHA, 1985, p. 91). No que diz respeito à Escola de Aprendizes em particular, esta por várias vezes foi tomada pela pandemia ao longo do biênio em questão. De acordo com o jornal *A Tarde*, em sua edição de 1º de outubro de 1918, nada menos que 35 alunos haviam caído enfermos naqueles dias, infectados pela virose. Dos três cozinheiros que serviam à instituição, restava apenas um de pé, ainda assim sob a constante “ameaça do mal”.<sup>93</sup>

Provido de uma modesta enfermaria, o estabelecimento não estava técnica e materialmente preparado para atender às ocorrências mais delicadas. Assim, frente a essas limitações, alguns discentes precisavam ser transferidos para as instalações da Marinha no Rio de Janeiro a fim de serem tratados. Dentre eles, encontramos os menores Manoel Ceciliano Lustosa e João Raymundo de Oliveira que, em agosto de 1910, padecendo de insistente beribéri, acabaram removidos para terras cariocas.<sup>94</sup> Em outras ocasiões, a Escola contava com o suporte e a presteza do Exército que, por meio da Sétima Região, encarregava-se de efetuar inspeções de saúde no alunado. Após passar por uma delas em junho de 1914, o recruta

de número 91, Dionísio de Cerqueira Lima, retornou à Escola acompanhado pelas atas dos exames e por um ofício rubricado pelo chefe daquele comando administrativo, general-de-brigada Ignácio de Alencastro Guimarães.<sup>95</sup>

Centros de reabilitação civis igualmente acolhiam os aspirantes a marinheiros, em especial aqueles molestados por doenças infectocontagiosas. Um deles, Alcides da Silva, foi liberado pelos médicos do Hospital de Isolamento de Monte Serrat em julho de 1910, após várias semanas de tratamento contra a varíola. Naquele mesmo mês, seu colega aprendiz Thomaz Aquino de Andrade, até então internado no Hospital de São Lázaro, outra unidade onde os pacientes ficavam em retiro, recebia alta em virtude de não ter sido confirmado diagnóstico para os sintomas que apresentava. Em setembro daquele ano, não muito distante da capital, o diretor da Casa de Saúde de Itaparica, Augusto Gomes Villaça, enviava notícias aos oficiais da Marinha a respeito dos já citados alunos Manoel Lustosa e João Raymundo de Oliveira, ambos vítimas de “sérias complicações intercorrentes do beribéri”.<sup>96</sup>

Da série de enfermidades que atacavam os recrutas também fazia parte a sífilis. Somente em 1931, 13 meninos portadores da doença deram entrada no ambulatório da Escola, sendo que seu tratamento não pôde ser terminado por falta de verba para a aquisição de antibiótico. Além destes, “outros muitos” necessitavam do antissifilítico na oportunidade. Porém, diante da “pequena quantidade existente”, sua administração havia sido restringida aos casos mais graves.<sup>97</sup> Mais do que a incidência, o que aqui nos chama a atenção são as formas de contágio deste mal. Sexualmente transmissível, sua presença entre os aprendizes-marinheiros nos revela que, no cotidiano da instituição, o comportamento transgressor era algo que caminhava lado a lado com a disciplina à qual os rapazes estavam submetidos. É justamente a este aspecto que nos ateremos no próximo capítulo.

## “Nem a Marinha deu jeito!”

A partida de futebol disputada no gramado da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no dia 30 de novembro de 1915 não terminou bem. Após acalorada discussão, o recruta Severino Claudino Franco apoderou-se de uma pedra e atirou-a na direção do seu colega Pedro de Andrade. Seriamente atingido na região temporal, o menor logo estaria banhado em sangue. Recebendo os primeiros-socorros por parte dos médicos Aristides Novis e Manuel Francisco Guimarães, este último profissional da casa, Pedro chegou a ser conduzido em ambulância do 50º Batalhão de Caçadores ao Hospital Militar, nas Pitangueiras, onde veio a falecer. No dia seguinte, rodeado por muitas flores e capelas com inscrições, o féretro seguiu em bonde da Linha Circular até o cemitério do Campo Santo, local do sepultamento. Compondo o numeroso cortejo estavam militares da Escola, inclusive seu comandante, capitão-tenente Virgílio de Mesquita Barros.<sup>98</sup>

Poucas horas depois, o oficial Barros tomaria suas primeiras providências em relação ao episódio. Seu passo inicial foi designar o imediato Aníbal Sales para presidir o Inquérito Policial Militar (IPM) a ser instaurado e que investigaria o incidente. Em seguida, enviou ofício ao chefe de Polícia e Segurança Pública do estado comunicando o desligamento do aluno Severino e a transferência de sua custódia às autoridades competentes, após breve recolhimento a bordo do

cruzador-torpedeiro Tamoio. Além da carta, acompanharia o menor a arma do crime, posteriormente remetida para perícia no Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues. Coube ainda à administração da Escola a tarefa de comunicar aos pais do ex-aprendiz, residentes na Paraíba, o trágico ocorrido, bem como enviar a estes um vale postal no valor de 40.150 réis, referente ao pecúlio formado por seu filho.<sup>99</sup>



Imagem 4 – Campo de futebol da EAMBA (c. 1930).

Fonte: DPHDM.

Cerca de uma semana após a prisão de Severino no quartel dos Aflitos, o delegado da Segunda Circunscrição Policial, responsável pelas averiguações, dava início à convocação das testemunhas. Dentre elas encontramos o próprio tenente Sales, presidente do IPM, os enfermeiros Raimundo e Juvenal da Conceição, além do aprendiz número 127, de identidade por nós ignorada. Quase que simultaneamente, o major e advogado Cosme de Farias solicitava o *habeas corpus* do jovem junto ao Tribunal de Justiça baiano. Alegando irregularidades no processo, para ele o foro civil era incompetente

para julgá-lo, haja vista o delito ter sido cometido em uma praça militar e entre militares. Apesar dos esforços empreendidos por Farias, seu cliente acabou enquadrado no parágrafo primeiro do artigo 294 do Código Penal em vigor (o de 1890), respondendo por homicídio simples e culposo.<sup>100</sup>

Diferentemente do que ocorre no Brasil dos dias atuais, a legislação da época previa a responsabilidade criminal do menor em quatro categorias. Dos 14 aos 17 anos, faixa etária em que normalmente se ingressava na Escola de Aprendizizes, o discernimento, segundo a lei, era sempre presumido. Como pena, o condenado deveria ser recolhido a um estabelecimento disciplinar industrial pelo tempo que o juiz determinasse, não devendo lá permanecer após os 18 anos de idade (SANTOS, 2004, p. 216). Esse quadro somente começaria a ser alterado com a criação do Código de Menores de 1927, primeiro conjunto de leis especificamente voltado à puerícia em território nacional. Com ele, a educação passou a substituir a punição como forma de regenerar a criança. Mais tarde, o novo Código Penal, implantado em 1940 durante a Era Vargas, passou a tratar os pequenos a partir de modernos conceitos sobre a infância, tornando-os irresponsáveis sob o ponto de vista penal (RODRIGUES, 2003, p. 21).

Grave e envolta em polêmicas, a situação protagonizada pelo jovem Severino Franco mobilizou parte da redação do Diário de Notícias por algumas semanas. Até o início de janeiro do ano seguinte, várias foram as notas publicadas neste jornal relacionadas a ela, sendo-nos possível acompanhar seus principais lances. A partir da segunda quinzena daquele mês, entretanto, as páginas do periódico infelizmente calam-se a respeito do destino do rapaz, inclusive sobre o veredicto do seu provável julgamento. Seja como for, o fato é que, ao atirar aquela pedra, Severino feriria não só o seu companheiro. Bem mais que isso, sua ação atingiria de modo dos mais extremos um elemento-chave tradicionalmente zelado

pela Escola de Aprendizes e pelo universo militar como um todo: a disciplina.

## **As bases hierárquicas e disciplinares**

Um texto opinativo publicado em 1938 nas páginas do diário carioca *Jornal do Commercio* nos dá uma noção da importância atribuída à questão da ordem pelos homens que à época estavam à frente da Marinha de Guerra nacional. Nele, o comandante Luiz Autran de Alencastro Graça defendia a ideia de que a disciplina apresentava-se como a “mola real dos exércitos”. Mais do que isso, de sua “fiel observância” dependia “a segurança e estabilidade das instituições humanas”. O “espírito da disciplina”, dizia, não estava baseado “na firmeza das convicções ou das paixões tumultuosas, mas na educação e nos temperamentos”. Era na “alma das multidões” que se “forjava o futuro de um povo”. Na visão do oficial, porém, este futuro estava ameaçado. O abandono da disciplina pela juventude, que se deixava “seduzir displicentemente por credos e ideologias extremistas” daquele período, estava levando as sociedades a um franco processo de decadência (GRAÇA, 1938, p. 7).

Por constituírem-se como organizações navais, mas principalmente por serem responsáveis pelo estágio inicial de formação dos jovens que ingressavam na Armada, podemos considerar que às escolas de aprendizes-marinheiros era atribuído importante papel no resgate e preservação dessa disciplina que, segundo Alencastro, estava sendo perdida. Estruturadas como se fossem navios, sua hierarquia era composta por um estado-maior, do qual faziam parte o comandante, o imediato, demais oficiais, mestres e professores, e um estado-menor, integrado pelo fiel, instrutores militares e demais praças. Abaixo de todos, situavam-se os menores recrutas.<sup>101</sup> Para alguns analistas, todavia, os militares deveriam receber destaque dentre aqueles que compunham a cúpula

dos centros de ensino. Em 1925, por exemplo, Augusto Vinhaes argumentava que seus pares, oficiais, possuíam “mais extenso campo de atividade educadora e maiores responsabilidades que os professores civis”, visto serem “chamados a agir entre conjunto de homens no vigor da idade” (VINHAES, 1925, p. 580).



Imagem 5 – Oficiais e praças da EAMBA (s.d.). Fonte: DPHDM.

Quanto à rotina dos rapazes, esta, igualmente, mantinha muitas semelhanças com a vida em alto-mar. Nas décadas de 1930 e 1940, ela era esquematizada da seguinte forma: alvorada às cinco horas da manhã, higiene, rancho (café), ginástica (por meia hora, seguida do banho de mar), formação por divisões em frente à Escola, divisão e execução de tarefas e faxinas, rancho mais elaborado às 7h30, descanso, parada militar, transmissão de ordens às oito da matina e hasteamento do pavilhão nacional. Em seguida era efetuada a distribuição por salas de aulas, sendo três delas ministradas pela manhã. No período da tarde, ocorriam as lições técnicas voltadas às especialidades de sinais, artilharia, máquinas, manobras torpedos e outras. Às 16 horas era tocado o “volta às aulas”. Às 17h30 se

iniciavam as atividades esportivas, seguidas do banho, rancho, e da banca de estudos até as 20h45. Ao final do dia, tomavam chá mate e seguiam para o dormitório. Fugir a essa agenda, de um modo geral, somente nos momentos de folga ou nas férias de fim de ano.<sup>102</sup>

O estabelecimento de uma grade tão dinâmica e rigorosa de horários nos leva a refletir a respeito de algo exposto por Bourdieu (1977, p. 408-11) em seus estudos acerca das relações desenvolvidas no interior do sistema de ensino. Em sua visão, a eficácia do chamado poder simbólico, identificado pelo autor como o poder exercido no ambiente escolar, deve-se não ao uso da força física, mas a outro elemento que melhor o caracteriza: a capacidade de mobilizar os indivíduos. Do mesmo modo, a questão nos remete a Thompson (1998, p. 292). Debruçando-se sobre a “ditadura dos relógios” e a nova disciplina de trabalho promovida pelo processo de industrialização na Inglaterra, ele identifica a escola como uma instituição não fabril, mas que, no século XVIII, igualmente “podia ser usada para inculcar” aquilo o que denomina como o “uso-econômico-do-tempo”.

Ainda no que concerne à discussão, Foucault (1987, p. 25, 102 e 136), por sua vez, afirma que a vida dentro das instituições é “repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta. Cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições”. Nestes ambientes, de acordo com o filósofo francês, “o poder se articula diretamente sobre o tempo, realiza o controle dele e garante sua utilização”. O corpo do sujeito permanece “diretamente mergulhado num campo político”, sendo que “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele. Elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”. Nada muito distante, a considerar a programação acima apresentada, do cotidiano enfrentado pelos internos da Escola de Aprendizes da Bahia.

“Sujeitar”, “obrigar” e “exigir” são alguns dos verbos que deixaram marcas no ex-aluno Palma Netto. Em suas memórias, ele

registra uma visão um tanto crítica e frustrada do universo naval, pouco condizente com as imagens e estórias marinheiras que trouxe na bagagem que o acompanhou desde Maragogipe:

Meses depois, já aclimatado, pude me aperceber do que seria a Marinha. [...]. Seríamos, ali, um igual a milhares na maneira de ser e poder. As diferenciações, as habilitações, as qualidades teriam pouquíssima ou nenhuma oportunidade para arrimar quem quer que fosse. Bitolamento. Escutar ordens, fazer o determinado, tudo preestabelecido, sem oportunidade para a desenvoltura de qualquer predicado. Máquinas algumas vezes mais convenientes que as de ferro, porque humanas, obedientes, e menos exigentes, que não podiam reclamar, encrascar e quase nada exigiam além de um saco, uma maca, meia dúzia de fardas por ano e, pronto (PALMA NETTO, 1984, p. 42).

Seguir um cronograma de atividades era apenas um dos itens que faziam parte do código disciplinar elaborado pelos superiores. Em 1939, o processo de “formação moral” dos meninos era avaliado através de vários outros critérios, dentre eles a “apreciação bimestral da aptidão para a carreira, garbo militar, entusiasmo profissional e acentuada correção de conduta, uniformes e atitudes”. Essas notas eram concedidas por um conselho constituído pelo comandante e demais oficiais da escola, sendo que lograriam aprovação somente aqueles discentes que alcançassem média não inferior a quatro. Era justamente levando em conta a lisura moral dos rapazes, aliada ao seu aproveitamento técnico, que a direção da casa estabelecia uma hierarquia entre eles, conferindo-lhes as patentes de sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento e cabo. Válidas unicamente durante o curso, essas graduações davam direito a uma gratificação fixada pela Armada.<sup>103</sup>

Alistado em 1929, aos 15 anos de idade, o bonfinense José Rodrigues de Moraes surge no Livro de notas mensais de aplicação e comportamento como um dos alunos que, desde o início do curso, mais se destacavam em sua turma. Ostentando o posto de primeiro-sargento, o jovem obteve nada menos que 13 médias dez, de 14 possíveis, entre março e outubro daquele ano. Já o seu colega de classe Almir Alves de Oliveira, nascido em Remanso e residente na fazenda São Gonçalo, município de Curaçá, figura como exemplo de aprendiz que, apesar dos primeiros resultados negativos, parece ter gradualmente se adaptado ao perfil aceito pelos almirantes. Após ter recebido notas um e três nas avaliações inaugurais, ele encerraria o segundo semestre positivamente, em setembro e outubro, alcançando um nove e dois dez como marcas. Uma situação, considerando-se a amostragem por nós analisada, bem mais comum que a do recruta Moraes.<sup>104</sup>

Outra forma de se agraciar os menores de “boa” postura era outorgando-lhes a medalha de ouro relativa ao prêmio Marcílio Dias, honraria criada durante a primeira passagem do almirante Alexandrino pelo Ministério da Marinha (1906-1910). Concedida anualmente ao melhor aprendiz nacional, a escola da Bahia teve como representante em 1937 o aluno de número 88, César Orlando Salles, eleito então o mais distinto daquela unidade. Além disso, os três jovens mais bem colocados de cada centro de ensino eram convidados a realizar uma viagem de instrução a bordo do navio-escola Almirante Saldanha.<sup>105</sup> O governo estadual, por sua vez, também efetuava condecorações anuais. Em 1925, na gestão Góes Calmon, foram instituídas três insígnias (ouro, prata e bronze) a serem oferecidas àqueles que melhores notas obtivessem ao longo do curso. Os primeiros agraciados foram, pela ordem, os recrutas Arlindo Costa, Antonio Joaquim Ribeiro e João da Costa Pinheiro.<sup>106</sup>

Se por um lado havia os meninos que cumpriam satisfatoriamente as normas determinadas pelos militares, encarnando o papel de “máquinas convenientes” aludido por Palma

Netto, por outro existiam os que não se ajustavam de modo adequado a elas. A estes aprendizes, dentro daquilo o que Foucault (1987, p. 150) identifica como “duplo sistema de gratificação-sanção” estimulado no espaço disciplinar, não caberia qualquer troféu ou medalha. Pelo contrário. Nas próximas páginas, nos dedicaremos a verificar quais eram os tipos de infração mais comuns cometidos pelos internos, bem como o leque de penalidades aplicadas a cada um deles. Mais do que isso, tentaremos nos aproximar das relações desenvolvidas no interior da Escola, buscando perceber, dentre outros aspectos, os motivos que levavam tantos rapazes a se insurgirem contra as regras estabelecidas.

## **As contravenções e penalidades**

Em 1913, foi lançada na cidade do Salvador uma publicação intitulada Educação: livro dos bons costumes, escrita pelo professor Luiz da Camino. Espécie de manual de comportamento endereçado especialmente aos mais jovens, suas linhas tratam de uma série de hábitos que, na visão do autor, deveriam ser evitados no convívio social. Dentro daquilo o que ele classifica como “atos inurbanos ou molestadores da sensibilidade de outrem” encontramos “pôr o dedo no nariz” e “cuspir no chão”. A lista dos “atos absolutamente inurbanos”, por sua vez, apresenta as “imperfeições físicas, intelectuais, morais e civis” como itens a serem rechaçados. Já no que diz respeito aos ditos “atos inconvenientes ou degradantes a nós mesmos”, eram passíveis de censura elementos como o excesso de peso e a afetação, esta considerada uma “caricatura da beleza junto à aparência do esforço”. Quanto aos “atos físicos absolutamente inconvenientes”, mereciam repreensão o “riso imoderado”, os “berros e zurros” (pois o homem civilizado não deveria assemelhar-se a um asno), a gesticulação excessiva e os passos muito lentos ou rápidos, dentre outras condutas (CAMINO, 1913, p. 2-3, 26-32 e 39-48).

Da mesma forma que o sistema educacional à época utilizava-se de recursos como o livro de Camino a fim de lapidar as futuras gerações, as escolas de aprendizes-marinheiros, em um plano mais estrito, também possuíam suas cartilhas de disciplinamento voltadas à formação dos pequenos marujos. Em nossas buscas nos arquivos navais, no entanto, infelizmente não foi possível encontrar nenhum documento que expusesse a íntegra dessas normas. Para as conhecermos – pelo menos em parte –, precisamos recorrer a ofícios e jornais do período, mas destacadamente aos chamados livros de contravenções penais, também conhecidos como livros de castigo. Era nas páginas desses tomos onde os militares de serviço, responsáveis diretos pela manutenção da ordem, registravam os atos cometidos pelos recrutas e que, de acordo com as normas internas, constituíam-se como faltas.

Nos raros cinco volumes localizados referentes à escola da Bahia encontram-se anotadas não só as violações cometidas pelos menores e flagradas entre os anos de 1938 a 1942, como igualmente os castigos a eles aplicados. Quase que diárias, a maioria absoluta das ocorrências – das mais simples às mais sérias – aparecem rubricadas por sargentos ou suboficiais. Sobre as punições, estas eram habitualmente determinadas pelo comandante, possivelmente a partir de consultas a um código penal específico ou ao restante do estado-maior da organização, ou mesmo por decisão pessoal. Ao lado da versão apresentada pelo militar – a qual quase sempre prevalecia – havia um espaço para a defesa do aprendiz. Além disso, vale ressaltar que, pelo que foi levantado, grande parte dos meninos era registrada nos livros. Poucos eram aqueles cujos nomes e números não são mencionados pelo menos uma vez em suas folhas.<sup>107</sup>

O controle exercido sobre os internos se iniciava por aspectos básicos como a observância da adequação e cuidado com o fardamento. Duas vezes citado no livro de contravenções em 8 de novembro de 1941, o recruta Wilson de Oliveira, além de ter sido encontrado descalço por um superior, havia se apresentado à guarda

“com a roupa suja” naquele dia. Pelas falhas, acabou penalizado com a perda de duas licenças. Na mesma página encontramos os nomes de Plínio Guimarães e Edilson Pires. Enquanto o primeiro fora notificado por ter “formado na parada sujo e rasgado”, o segundo havia comparecido à mesma sem sapatos, “não estando dispensado de calçar”. Já em 21 de outubro de 1938, por terem guardado peças de seus uniformes “atrás do armário de sua ala”, uma mostra de desorganização, os aprendizes Reginaldo Passos, Jorge Salles, Rex Henrique, Raymundo de Jesus e Álvaro Leal foram autuados pelo primeiro-sargento Isaías.<sup>108</sup>

Essa aparente falta de comprometimento estendia-se também à sala de aula, através de posturas compatíveis com a pouca idade dos futuros marinheiros. Em 14 de fevereiro de 1941, por exemplo, os recrutas de números 50, 86, 122 e 128, Tales Garcia, Paulo Caetano, Edgar Lima e Alberto Oliveira, “faziam algazarra” durante as explicações do professor, “não obstante serem observados pelos mais antigos”. Pela má conduta, a cada um deles foi aplicado um serviço de castigo. O discente Manoel Azevedo, por sua vez, foi colocado no livro quase dois anos antes pelo sargento Manoel José Duarte, acusado de estar jogando peteca em seus colegas no decorrer da lição, “em vez de procurar estudar”. Terminou penalizado com duas horas de serviço noturno por uma semana. Situação análoga promoveu o aprendiz 74, João de Oliveira, denunciado em outubro de 1940 por, além de soltar aviões de papel por ocasião da aula, fazer “gestos indisciplinados” após ser repreendido.<sup>109</sup>

Fazer imitações em momentos impróprios era outra diversão para os rapazes. No dia 11 de outubro de 1938, o menor Wilson Miranda foi censurado pelo primeiro-tenente Amaral por, na hora do exercício de canto, nas presenças do mestre de música e do sargento de serviço, ter “propositalmente” reproduzido o miar de gato “com o intuito patente de provocar indisciplina no seio dos colegas que ensaiavam”. Mais adiante, em abril de 1940, nos deparamos com o caso do aluno número 39, Giovane de Araújo. De acordo com o

cabo Arlindo Soledade, que assina a ocorrência, o referido recruta “procurava provocar gargalhadas dos seus colegas, imitando com a boca e as mucosas do braço uma ação das necessidades fisiológicas, interrompendo assim o silêncio que deveria reinar” no ambiente. Pelo ato, o comandante da Escola retirou de Giovane a possibilidade de ausentar-se da organização durante as folgas, aplicando-lhe como corretivo um mês de impedimento.<sup>110</sup>

Até mesmo nos protocolares cerimoniais de formatura e bandeira, tão tradicionais e significativos para as forças armadas, os meninos manifestavam atitudes condenáveis aos olhos dos inspetores. Em uma dessas passagens, ocorrida em fevereiro de 1939, o jovem Manoel Azevedo, segundo a anotação do sargento Duarte, “dava risada” enquanto perfilado para a solenidade de arriamento do pavilhão nacional, sendo conseqüentemente punido pelo seu comportamento. Igualmente castigado foi o aprendiz 22, Oscar Santos Silva, em 13 de agosto de 1940. Na versão do denunciante, este recruta precisou ser retirado da formação por estar “procurando arrastar” os demais componentes da sua divisão a perturbar a ordem. Supomos que, para a Marinha, segregar o sujeito fosse medida fundamental nestes casos onde uma ação individual pudesse influenciar aberta e diretamente a conduta coletiva. Afinal, o preço a ser pago por uma brincadeira generalizada poderia ser muito alto.<sup>111</sup>

Bem mais silenciosa, porém não menos lúdica, parecia ser a arte de caricaturar os superiores e companheiros de turma. Por ordem da direção da casa, o interno 51, Augusto de Almeida, terminou tendo seu nome acrescentado ao diário por achar-se fazendo desenhos do seu colega de número 81 no horário da aula. Próxima à assinatura do encarregado, cabo João Lima Costa, está registrada a pena recebida pelo jovem: duas horas de serviço noturno.<sup>112</sup> A prática das caricaturas é algo reconhecido pelo ex-aprendiz Palma Netto (1984, p. 44) em suas memórias. Em sua opinião, esse tipo de comportamento – assim como talvez vários outros – justificava-se basicamente pela falta de “orientação” e “vocação” dos educadores.

As lições que assistiam, “muitas delas versando sobre matéria curiosa”, acabavam “assassinadas por expositores monótonos ou inexpressíveis”. Indivíduos que, a despeito de se esforçarem no “papel de professores”, admite, não conseguiam cativar os pequenos marinheiros que se reuniam diante deles.

Esse pouco interesse demonstrado pelos aprendizes poderia se manifestar de diversas outras formas. Em 13 de março de 1941, cinco deles foram citados por continuarem sem a menor afeição pelas aulas de canto, não obstante as advertências recebidas. Um dos que compunham o grupo, o já mencionado Alberto Oliveira, “não abriu a boca” durante todo o ensaio, de acordo com o registro, enquanto seu camarada Oton Severo de Cerqueira somente chegou ao mesmo em seu final. Quatro meses mais tarde, um novo conjunto de menores seria incluído no livro por motivo parecido. Desta vez, “apesar das recomendações feitas em classe”, nenhum deles havia lido os textos de Português requisitados pelo professor. Cochilar em sala também era visto pelos militares como uma falta de compromisso. Este é o caso do jovem José Araújo Freitas, punido com duas horas de serviço noturno por quatro dias, em janeiro de 1939, por estar desfrutando de alguns minutos de sono.<sup>113</sup>

Por não acompanharem devidamente as aulas em função destes e outros motivos, não nos surpreende o fato de alguns moços serem flagrados “colando” durante as avaliações. Um deles, o recruta número 12, Antonio Leal de Oliveira, foi notificado em 15 de setembro de 1940 por ocasião de uma prova escrita. O aprendiz 56, Sinval Neves, por sua vez, foi pego por um cabo instrutor enquanto tentava, a partir de uma janela, “soprar” para um camarada que respondia – ou pelo menos buscava responder – às questões do seu exame. Posteriormente encaminhado ao primeiro-sargento Paula Rosa naquele 28 de outubro de 1941, o solidário Sinval acabou sendo oficialmente denunciado por este e penalizado pelo Comando da Escola com a prestação de um serviço em dia de licença.<sup>114</sup>

Se por um lado muitos dos passatempos praticados pelos aprendizes condiziam com a sua faixa etária quase infantil, por outro existiam aqueles que pareciam introduzi-los no mundo dos adultos; auxiliá-los de alguma forma a se afirmarem socialmente perante os colegas, superiores e demais grupos com os quais conviviam. Em 15 de dezembro de 1938, por exemplo, nos deparamos com o caso do interno número 71, Lourival Villa Maior. Este, mesmo sabendo ser proibida a ingestão de bebidas alcoólicas pelos menores, segundo os apontamentos do sargento João Damásio da Conceição, foi surpreendido na oportunidade com uma garrafa em seu poder. Levando-se em conta as “48 horas de prisão rigorosa” a que foi condenado, notamos o quão grave era esse tipo de falta para a Armada.<sup>115</sup>

Bem mais abundantes são os registros referentes a alunos que eram apreendidos por estarem fumando. Raro era o dia em que pelo menos um deles não acabava incluído nas páginas dos diários. Quase dois meses antes de o seu companheiro Lourival ser flagrado com bebida, o recruta Rubens Evangelista fora citado por ter sido visto pitando duas vezes – no passadiço e nas privadas dos aprendizes, respectivamente – em 18 de outubro. “Por ficar em abandono”, este último local, segundo anotação encontrada, era o preferido dos meninos. Por meio das fontes, descobrimos que as maneiras de se burlar a vigilância dos militares eram diversas. Apesar das recomendações para que não recebesse carteiras de cigarros dos licenciados que regressavam da rua, com o jovem Antonio Amorim, vigia do setor norte em 15 de maio de 1939, foram encontrados maços sigilosamente entregues a ele por seus camaradas Álvaro Moinhos e Valdir da Silva. Caso a sentinela não tenha agido sob coação, seu gesto demonstra que, em determinadas circunstâncias, existia certa cumplicidade entre os aprendizes.<sup>116</sup>

No que se refere aos entretenimentos que fugiam ao cronograma estabelecido, os banhos de mar fora do horário, tão convidativos em uma cidade como Salvador, aparecem como um

dos prediletos dos discentes. Pela violação, Wilton Schmith foi sentenciado a prestar duas horas de serviço noturno, em abril de 1939. Em 2 de janeiro daquele ano, as atividades aquáticas já tinham proporcionado consequências um pouco mais sérias. Provavelmente durante uma aula de natação, os alunos 12 e 40, Jair Pinheiro e Ariosto Vieira Coutinho, “davam caldos” nos novos alistados, sendo castigados com oito horas de serviço e oito dias de impedimento, respectivamente. De acordo com o segundo-sargento José Martins Freire, militar responsável pelas anotações, Coutinho, além de incidir na mesma falta, foi ainda mais longe, afirmando que, mesmo após a repreensão recebida, não “deixaria de ‘dar caldos’” nos estudantes recém-chegados.<sup>117</sup>

As brincadeiras de mau gosto e perseguições a colegas, além de variadas, eram muito frequentes. Em 21 de maio de 1941, o sargento Paula Rosa escrevia que, depois de apuração realizada, descobriu-se que o recruta número 8, Souza Cairo, era o autor de uma série de sabotagens nas macas de seus companheiros. Recentemente, a do aprendiz 87 havia aparecido desmanchada, enquanto a do aluno 85, molhada e com areia. Já em março de 1940, sem motivo aparente, o menor Washington Quadros foi denunciado por chamar um de seus camaradas “de veado, na presença do cabo de serviço”. Sua pena: um dia de impedimento. Nem mesmo os rapazes responsáveis pela ordem eram respeitados por seus iguais. Em 23 de setembro do ano seguinte, por conta de ter sido alertado pelo encarregado da turma, aprendiz 111, em virtude de estar “conversando em aula”, o aluno Antonio Carlos reagiu inadequadamente, mandando-o “tomar num certo lugar”.<sup>118</sup>

Algumas semanas antes, em 6 de agosto, outro interno, de nome Walter Salles, chamara seu colega número 34 de ladrão durante a aula de ginástica, “forçando-o a se retirar do exercício devido à insistência da humilhação”. Este episódio ocorreu cerca de quatro meses após o recruta 120, Cícero José do Nascimento, ter a quantia de 11 mil réis subtraída do seu saco de pertences, conforme

denúncia registrada. Aqui, todavia, o jovem preferiu delatar seu companheiro 122 aos superiores em vez de enfrentá-lo diretamente. Na prudente opinião do sargento Paula Rosa, que assina a ocorrência, apesar do acusado mostrar-se há algum tempo como uma figura de comportamento misterioso – fator que fortalecia as suspeitas em relação a ele –, não se poderia assegurar que o mesmo fosse o autor dos “inúmeros furtos” que vinham acontecendo nas dependências da Escola.<sup>119</sup>

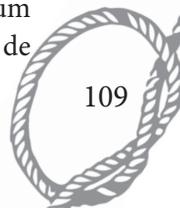
Em várias situações, incapazes de resolver as pendências existentes entre os meninos, as trocas de insultos e discussões acabavam se transformando em agressões físicas. Em fevereiro de 1939, por exemplo, Raimundo Amâncio e João Gomes foram incluídos no livro em virtude de terem sido achados em luta corporal no alojamento, após o toque de silêncio. No ano seguinte, seria a vez das duplas Paulo Santana e Wilson Azevedo, e Haroldo Amaral e Wilson Guimarães serem citadas pelo mesmo motivo, esta última flagrada durante uma aula de voleibol. Mais adiante, em 13 de maio de 1941, os recrutas sete, 117 e 121 deixaram de comparecer à faina de manobra geral para atacar a “socos e pedradas” o seu colega de número 87, recebendo como punição a perda de uma licença. A vítima – que confessaria mais tarde ser diariamente assediada pelo trio – acabou tendo melhor sorte do que o aprendiz Pedro de Andrade, cujo homicídio foi relatado anteriormente.<sup>120</sup>

Nos apontamentos por nós analisados não foram descobertos episódios de agressões físicas cometidas pelos menores contra seus superiores. Por outro lado, os atos de deboche e desacato verbal direcionados a estes eram faltas praticamente diárias. Em anotação realizada em maio de 1941, o sargento Durval Teixeira Lima expunha que, ao passar por um grupo de sete recrutas, os mesmos “soltaram risadas” pelo fato de o aluno 102, Orlando Carvalhal, ter “dito palavras” à sua pessoa. De modo similar, em outubro de 1938 o jovem Afonso Costa foi delatado pelo sargento Damásio em função de ter procurado ridicularizar-lhe perante seus colegas, chamando-o

de girafa, “em voz alta”, quando o militar saía para terra. Este aprendiz seria protagonista de nova afronta dois meses depois. Ao receber uma ordem para uniformizar-se, ele, além de desobedecê-la, “desconsiderou” o encarregado, dizendo-lhe em tom desafiador que “só podia botá-lo no livro e que pancada não lhe dava”. Pelo incidente, o rapaz acabou sentenciado a “quatro dias de prisão rigorosa”.<sup>121</sup>

Entre o fim da década de 1930 – quando Afonso recebeu sua punição – e início da de 1940, o encarceramento aparece formalmente como o corretivo mais severo aplicado aos internos da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Considerando-se não só a frase atribuída ao referido recruta, como também o próprio amadurecimento organizacional alcançado pela Armada, é provável que casos como o veiculado no Diário de Notícias, em setembro de 1910, já tivessem sido superados há algum tempo. No dia 26 daquele mês, portanto em um momento anterior à Revolta dos Marinheiros, o jornal denunciava que, segundo informações recebidas, a instituição continuava a “infringir castigos de há muito abolidos” nas classes militares. Na sexta-feira, 23, enquanto um aluno havia levado 400 bolos por estar deitado no capim, outro, por razões desconhecidas, fora surrado com 60 chibatadas. Coincidência ou não, no dia seguinte o comandante da casa, capitão-de-corveta Bernardino José Coelho, seria exonerado do cargo pela Inspetoria de Marinha.<sup>122</sup>

Todavia, a despeito dos rotineiros serviços extras, repreensões, suspensões – estes mais frequentes – ou mesmo detenções, a expressiva taxa de reincidência nos sugere que, muitas vezes, as penas adotadas não surtiavam o efeito desejado pelos oficiais. Uma das situações que nos chama a atenção é a do aprendiz José Nogueira, citado por três oportunidades em um curto espaço de cinco dias. Além de transportar cigarros escondidos em uma caixa de sapatos quando regressava da rua, o menino havia agredido a socos o seu colega de número 35, “porque este não lhe quis dar a chave do alojamento”, e se portado “de modo inconveniente” para com um sargento. Nome mais assíduo nos livros de contravenções é o de



Wilson Pontes, mencionado nada menos que onze vezes apenas entre outubro de 1938 e janeiro do ano seguinte. Dentro dessa ampla lista de faltas, encontramos três punições por desobediência e uma séria acusação de ter detonado uma bomba no interior da Escola.<sup>123</sup>

Outro que parecia receber uma vigilância mais cuidadosa era o interno Ariosto Coutinho, há pouco citado pelos “caldos” que aplicava em seus colegas mais moços. Em 4 de janeiro de 1939, este jovem foi alertado pelo tenente de serviço pelo fato de não tê-lo cumprimentado ao retornar de terra. Como resposta, disse ao oficial “que já o havia feito várias vezes” naquele dia, e que não o fizera naquele instante, a exemplo de seus companheiros, por esquecimento. Questionado, de acordo com o militar, “se estava resolvido a tomar juízo”, visto ter sido libertado há poucas horas do bailéu e já estar cometendo nova infração, o menor retrucou que tinha “juízo demais, rindo-se ironicamente”. De novo repreendido, agora pelas risadas, e perguntado se estava “disposto a ser excluído da Escola”, Ariosto replicou, com o mesmo riso, que “talvez”. Ao lado da nota, o tenente acrescenta que o menor era reincidente em reclamações daquele tipo, além de ser um recruta “bastante indisciplinado e malvado”.<sup>124</sup>

Conforme a ameaça do oficial, a insistente desobediência de muitos meninos, assim como a gravidade de determinada violação e outros fatores, poderia levá-los à exclusão definitiva do corpo discente. Inicialmente a cargo de um Conselho de Disciplina formado por membros do estado-maior da Escola (no princípio dos Novecentos), essas deliberações passaram a ser, em período por nós desconhecido, responsabilidade exclusiva do comandante da organização. Segundo o Regulamento de 1939, o desligamento do aluno poderia se dar caso o mesmo revelasse mau caráter, tivesse má conduta habitual ou praticasse ato que o tornasse indigno da carreira; faltasse à escola, sem licença, por período superior a oito

dias; demonstrasse ausência de qualidades julgadas necessárias para o exercício da profissão; não possuísse suficiente resistência física; revelasse a incapacidade para aprender os assuntos do curso; e não conseguisse as notas necessárias para ser aprovado no mesmo.<sup>125</sup>

Ao lermos atenta e pacientemente os livros de contravenções, encontramos certos casos de jovens desvinculados da Escola e que nos despertam a atenção. Em abril de 1940, nos deparamos com o exemplo do recruta 17, Robson Lopes, desligado naquele mês após ter atirado ao solo, de modo malcriado, um pão. Antes disso, seu histórico já trazia outros atos reprováveis como xingamento a colega e desobediência. Passando ao mês de abril do ano seguinte, verificamos o afastamento do aprendiz 134, Jorge Passos. Censurado pelo praça auxiliar por assistir à reunião teatral com os pés sobre as cadeiras, reagiu agressivamente, sendo preso por oito dias. Mais tarde, encarregado pela limpeza de sua divisão, “recusou-se a executar o serviço”, sendo então desligado.<sup>126</sup>

A sucessão de tantos enfrentamentos entre os aprendizes e seus superiores, além das incontáveis – e muitas vezes exitosas – tentativas dos primeiros de fugir às normas estabelecidas, nos remete a um posicionamento de Foucault, o qual nos ajuda a refletir sobre a questão. Segundo ele, não devemos

[...] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possui e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia.

Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos [...] estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação (FOUCAULT, 2007, p. 183).

Ainda que de certa forma consigamos associar suas palavras às reações dos meninos, dizer que indivíduos tão jovens e recém-chegados ao hierarquizado universo naval exerciam poder nas relações com militares veteranos e que estavam vários postos acima do seu nos parece exagerado. Em vez disso, talvez seja mais prudente interpretarmos essa capacidade dos alistados afrontarem seus superiores a partir daquilo que afirma Certeau (1984, p. 101). De modo semelhante a Foucault, ele reconhece que, dentro das sociedades, “as forças são distribuídas” entre seus componentes. Porém, enquanto “o poder se acha amarrado à sua visibilidade” – ou à sua institucionalização, de acordo com nossa leitura – a astúcia, outro elemento apresentado pelo autor, “é possível ao fraco e, muitas vezes, apenas ela como último recurso”.

Outra discussão pertinente concerne às razões que levavam os recrutas a assumirem tão grande número de comportamentos inapropriados aos olhos dos militares. Em primeiro lugar, reiteramos um fator oportunamente já apontado: a faixa etária dos alunos. Afinal, é difícil imaginarmos a plena manutenção da disciplina em um ambiente habitado por dezenas de jovens de 14 ou 15 anos, idades, em geral, marcadas por muitas pilhérias e poucas responsabilidades. Além disso, vale lembrar que parte deles chegava à Marinha compulsoriamente, fosse por intermédio dos pais, tutores ou representantes do Estado. Insatisfeitos com tal medida e sem conseguir encontrar a menor sintonia com a vida naval, supomos

que alguns alunos procurassem forçar sua exclusão não só por meio de um baixo rendimento nos estudos, mas também através das indolências, zombarias e confrontações.

No que se refere a determinadas faltas, especialmente as agressões físicas e verbais, podemos compreendê-las como um modo de os rapazes se autoafirmarem e se defenderem de um mundo muitas vezes estranho e hostil; de um universo que, na condição de parte integrante da esfera estatal, provavelmente tinha uma sociabilidade mediada por “relações burocráticas” e “pobre em afetividade” (KOSMINSKY, 1993, p. 158). Em seus estudos a respeito da vida nos quartéis, Beattie (2004, p. 289) apresenta um argumento que vai ao encontro dessa hipótese. Segundo ele, até o fim da década de 1920, pelo menos, o meio militar era um local onde se promovia o “ideal da masculinidade”, pressionando os soldados “a provar de tempos em tempos sua bravura e dominação”. Transferindo-se essa colocação para o âmbito da Escola, enxergamos as lutas corporais e ofensas disparadas pelos aprendizes justamente como algumas das maneiras deles demonstrarem os atributos mencionados pelo autor.

Citado apenas três vezes nos diários de castigo referentes a 1941, em nenhuma delas Palma Netto aparece envolvido em grandes apuros e confusões. Isso talvez se justifique, dentre outros motivos, pelo fato dele ter se cercado de “dois amigos de infância dos tempos de Cachoeira” após chegar à instituição. Como o próprio aprendiz admite, esse amparo e união foram importantes para que as adversidades encontradas no novo ambiente fossem superadas. Mais adiante, referindo-se às causas da rebeldia sua e de seus colegas, ele argumenta que, “por certo”,

[...] no trato e no mando com uma coletividade como a Escola, o que determinava a gaia-

tice, a desobediência, a resistência passiva, o pouco caso, a falta de respeito dos aprendizes para com os superiores era muito menos a índole daqueles que o exagero, a falta de senso de justiça, a vingança e a incapacidade destes (PALMA NETTO, 1984, p. 38-39 e 48).

Em consonância com a opinião expressada por Palma Netto, nos deparamos com algumas ocorrências onde alunos reagem a supostas arbitrariedades cometidas contra as suas pessoas. Em uma delas, registrada em outubro daquele mesmo ano, o recruta número 12, Otton França de Araújo, é denunciado pelo sargento Paula Rosa por ter atendido com “atraso considerável” a um toque de formação. Após mandar o cabo de serviço tomar nota da violação praticada – o que rendeu ao jovem a cassação de duas dispensas –, o encarregado ouviu deste último que “já estava acostumado com as injustiças da Escola”.<sup>127</sup>

Ao lado de fatores como a saudade de casa e dos amigos, é possível que esses sentimentos de iniquidade e desproteção contribuíssem para que vários internos aproveitassem as folgas recebidas para viajar, sem a autorização dos militares, rumo às cidades do interior. No dia 1º de novembro de 1938, por exemplo, o aprendiz 119, Vécio de Moraes Santos, foi rebaixado de graduação por ter embarcado para o município de Maragogipe e regressado à capital com uma delonga de 36 horas em sua licença. Punição mais severa foi aplicada em outubro de 1940 ao alistado Genaro de Almeida, pelo fato de ter se ausentado de Salvador “por sua conta”: dois dias de prisão rigorosa. Passados alguns meses, em abril de 1941, o número 96, Edgar Teixeira de Carvalho, seria adicionado ao livro por ter retornado à Escola três dias após o término de sua licença. Segundo apurou-se posteriormente, o menino havia cruzado a baía de Todos os Santos de navio em direção a Cachoeira.<sup>128</sup>

De igual maneira, havia aqueles que se valiam das folgas para fugir definitivamente, desistindo da vida de aprendiz de marinheiro e, por consequência, da carreira naval. Em sua edição de 24 de julho de 1919, o Diário de Notícias tratava da detenção de um deles, Antenor Francisco Gomes, por solicitação do imediato da Escola. Localizado na véspera por prepostos do Gabinete de Capturas, o recruta 49 trabalhava em uma obra na região dos Barris.<sup>129</sup> No seu relatório anual relativo a 1928, o comandante Teófilo de Faria afirmava que as deserções geralmente se davam por conselhos de parentes, conhecidos e namoradas. “Às vezes” conseguia-se realizar a apreensão do menor, “mas este insistia na deserção”. Esse tipo de conduta, alertava o oficial, além de “encorajar os pouco obedientes” enfraquecia “sobremaneira a autoridade”. No sentido de coibir tal costume, ele defendia que, dentre os documentos exigidos no ato da matrícula, deveria haver um termo de compromisso assinado pelos pais dos candidatos ou seus responsáveis.<sup>130</sup>

Outra preocupação de Faria dizia respeito ao caráter e ao preparo dos praças que serviam na organização – em especial os marujos de baixa patente –, demonstrando que não só os meninos sentiam-se incomodados com o problema. Segundo o militar, a disciplina em geral era “sempre afetada com a presença de marinheiros incultos e que não” correspondiam “ao desenvolvimento intelectual do meio”. Afinal de contas, argumentava ele, o aprendiz via no veterano “o seu companheiro de amanhã e, com a sagacidade própria de sua idade”, tirava “conclusões muito depreciativas” quando lhe era oferecido “um condutor que, algumas vezes”, estava “em piores condições que o próprio aluno”.<sup>131</sup> No final da década de 1930, o ministro Guilhem igualmente abordava a questão em seu parecer ao presidente da República. Para o almirante, era “imprescindível” certo cuidado na escolha do pessoal designado para atuar nas escolas, a fim de que as

turmas fossem formadas em um ambiente de “correção e entusiasmo” e “educadas moral e profissionalmente em bases sólidas”.<sup>132</sup>

Folheando jornais da época, percebemos que os receios exprimidos pelos oficiais muitas vezes faziam sentido. Na noite de 14 de julho de 1910, conforme nota veiculada no Diário de Notícias, o marujo Rogenor Pedreira do Couto, lotado na Escola de Aprendizes-Marinheiros,

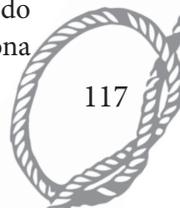
[...] promoveu desordens na rua do Arcebispo à Maria Senhorinha de Jesus, moradora do prédio número três. Preso e recolhido ao posto policial da Sé, o marinheiro desrespeitou o sargento, derrubou o sentinela e evadiu-se. Perseguido por praças e populares, ao chegar em frente à loja A Noiva, na rua da Misericórdia, atirou contra a polícia com um revólver e prosseguiu na fuga. Na volta da Montanha, foi preso pelo capitão da Guarda Nacional, senhor Paulo Victor de Souza Machado, e caiu, recebendo ligeiro ferimento na cabeça. Novamente recolhido ao posto policial da Sé, dali foi escoltado para a Escola de Aprendizes.<sup>133</sup>

Passado pouco mais de um mês, o periódico estamparia em suas páginas novos imbróglis envolvendo subalternos da Armada Nacional. O primeiro deles, de nome ignorado e navalha em punho, “promovia conflito” na tarde de 21 de agosto nas imediações da Baixa dos Sapateiros. Perseguido por dois soldados de cavalaria que tentavam contê-lo, o “delinquente” conseguiu evadir-se correndo pela ladeira do Taboão. Naquele noite, outro marujo de identidade desconhecida, este ligado à Escola, provocou “correrias” na rua da Ordem Terceira de São Francisco. Ao notar a aproximação de uma patrulha policial, tomou imediatamente o elevador Lacerda com destino à Cidade Baixa. Mais tarde, um terceiro indivíduo,

chamado Irineu e também pertencente ao quadro da instituição, não teve a mesma sorte, sendo preso pela escolta e remetido para o seu quartel.<sup>134</sup>

Uma vez custodiados em celas situadas dentro da própria Escola de Aprendizes, esses “maus elementos” permaneciam no aguardo de deliberações sobre o seu futuro. Em 10 de junho de 1914, por exemplo, o então comandante da casa, capitão-tenente Olavo Vianna, recebeu um ofício enviado pelo capitão dos Portos da Bahia a respeito do encaminhamento a ser dado ao marinheiro Antônio José dos Santos. Preso nas dependências daquele centro de ensino, o praça, segundo as orientações, deveria apresentar-se na manhã seguinte no prédio da Capitania, a fim de que fosse embarcado para o Rio de Janeiro. Mesmo destino tiveram Mário Macedo e Antônio Fiúza, “desertores da Armada” igualmente “depositados” na instituição, despachados para a capital federal no pacote Ceará, do Lloyd Brasileiro, cinco dias depois. Por afastar esses infratores do espaço dedicado aos seus pupilos, suspeitamos que as transferências fossem bem vistas pela direção da Escola.<sup>135</sup>

Os perigos internos, todavia, não eram os únicos a gerar inquietação na cúpula naval. Da mesma maneira que rotineiramente corrompiam os marinheiros antigos, as sedutoras e degradantes atrações das ruas a qualquer momento também poderiam conquistar e perverter os jovens aprendizes. Neste sentido, a própria localização física da Escola era um fator que contribuía de forma significativa para que tais ameaças se concretizassem. Já em meados do século XIX, a Conceição da Praia –onde estava sediada a Escola –, assim como outras freguesias voltadas para o mar, era considerada uma área de “grande concentração de vadios” e “desempregados” (FRAGA FILHO, 1996, p. 87). Transcorridas algumas décadas, a situação pouco parece ter se alterado. Em 3 de dezembro de 1915, o Diário de Notícias denunciava que, “digno de melhor sorte”, o largo da Conceição representava à época “a negação completa da higiene, do asseio, da ordem e da moral”. Desprezada pelas autoridades, a zona



era um “nauseante mictório público, valhacouto de vagabundos e mendicantes”.<sup>136</sup>

No período, as atenções governamentais estavam prioritariamente concentradas em regiões como a da avenida Sete de Setembro, inaugurada em 1916 durante a primeira e reformadora administração de Joaquim José Seabra. Principal via da Cidade Alta, a nova passagem aberta pelo gestor “contrastava com os caminhos tortuosos dos bairros circundantes e da balbúrdia das áreas próximas aos mercados e ao porto, onde negros e desocupados dedicavam-se à jogatina e à cachaça” (ASSIS, 1996, p. 38). Citando levantamentos estatísticos apresentados em algumas edições do jornal *A Tarde* entre os anos de 1915 e 1916, Leite (1996, p. 115-18) trata do funcionamento de mais de mil pontos de venda de bebidas alcoólicas em Salvador. Destes, de acordo com o autor, ao menos 106 (cerca de 10% do total, portanto) estavam instalados na Conceição da Praia, fazendo companhia às quase 80 casas de jogos também localizadas na área do comércio.

Vários destes estabelecimentos funcionavam no entorno ou mesmo no interior do Mercado Modelo, cujo prédio erguia-se bem ao lado dos terrenos da Marinha. Na visão de alguns oficiais, pior vizinhança não poderia existir para uma instituição educacional como a Escola de Aprendizes. Em seu parecer referente a 1929, o comandante Santiago Dantas reconhecia a proximidade com o famoso e movimentado entreposto como um “grave inconveniente” por ele enfrentado naquele ano. Para o militar, o Mercado era um local onde só reinava “a flor da malandragem”, esta “sempre pronta a vir palestrar” com seus alistados através das grades da organização. Objetivando atenuar o problema – que, segundo Dantas, havia sido detectado pelo próprio ministro –, ele recomendava que “se murasse completamente” a Escola, substituindo-se o gradil então existente. Desde 1921, pelo menos, essas obras já faziam parte das pautas de reivindicações apresentadas pelos diretores da casa.<sup>137</sup>



Imagem 6 – A EAMBA e o Mercado Modelo (c. 1930).

Fonte: DPHDM.

A malandragem citada por Dantas certamente era composta por figuras como Pedro Bala e os demais “capitães da areia”, a quem Jorge Amado deu vida em um dos seus mais célebres e, como visto, perseguidos romances. Na Salvador dos anos 1930, “vestidos de farrapos, sujos, semiesfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro”, estes menores eram, nas palavras do escritor, “os donos da cidade” (AMADO, 1982, p. 27). Trazendo-os para o mundo real, não raro encontramos-os presentes nas páginas dos principais diários baianos. Na noite de 10 de maio de 1910, por exemplo, um grupo formado por cinco destes “meninos de rua” foi recolhido ao posto policial do Comércio. Segundo o Diário de Notícias, Manoel Luiz Gonzaga de Moura, Geraldo Gomes dos Santos, Antonio Gentil de Jesus, Francisco P. Gallo e Sergio da Silva Cardoso “vagavam sem destino” pela região, declarando aos agentes de segurança “não ter onde dormir”.<sup>138</sup>

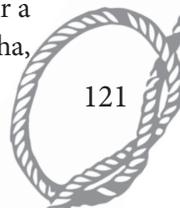
Cinco anos mais tarde, a própria Escola tornar-se-ia alvo dos infringentes. Em correspondência assinada no dia 26 de novembro de 1915, o comandante Mesquita Barros informava ao chefe de Polícia da capital que, na noite anterior, “alguns desocupados” haviam arremessado pedras contra o prédio da instituição “visando destruir a lâmpada elétrica aí instalada e em funcionamento para a devida vigilância”. Atendendo às providências solicitadas pelo oficial em relação ao desagradável incidente, a Chefatura expediu ordens para que o subdelegado da Conceição da Praia apurasse devidamente o caso.<sup>139</sup> Aqui, porém, colocamos em xeque o fato de tal ataque ter sido efetivamente realizado por pessoas estranhas ao estabelecimento. No ofício do militar, não há indícios de que os autores tenham sido reconhecidos por ele ou qualquer outra testemunha. Desse modo, a partir daquilo o que nos traz os livros de contravenções penais, não afastamos a possibilidade de a ação ter sido coordenada por aprendizes, na tentativa de burlar as sentinelas de serviço.

Situado a poucos metros do Mercado Modelo, o cais do porto era outro ponto de concentração de sujeitos nos quais os jovens recrutas não deveriam se espelhar. Dentre eles, ressaltamos os inúmeros trapicheiros, estivadores e doqueiros praticantes da capoeira – julgada como “coisa de preto e vadio” –, cuja legalização somente seria obtida em 1937, durante o governo Vargas (DIAS, 2004, p. 831 e 835-36). Ainda assim, quatro anos depois encontramos o interno 85, Florisvaldo Agatão, sendo admoestado por seus superiores em função de ter sido surpreendido “em atitude de um verdadeiro capoeira”. Por este “gesto de desrespeito às ordens e instruções recebidas”, o menino acabou perdendo uma das licenças a que tinha direito.<sup>140</sup> Outro aprendiz que por certo dera trabalho aos militares foi Vicente Ferreira, instrutor clandestino que lecionou as manhas da sua arte a vários colegas. Décadas após desligar-se da Escola em 1909, já sob o nome de Mestre Pastinha, ele se tornaria um dos maiores ícones da capoeira Angola na Bahia e, conseqüentemente, no país (DECANIO FILHO, 1997, p. 43).

Em contato com estudos como o de Dias (2005, p. 271-303), no entanto, percebemos que as relações entre capoeiristas e marinheiros eram, de um modo geral, mais tensas do que amistosas. No principal episódio narrado pela autora, ocorrido em 26 de dezembro de 1914, marujos que integravam a guarnição do torpedeiro Piauí foram subitamente atacados por um grupo de capoeiristas enquanto jantavam no Botequim do Galinho, nas imediações da praça da Sé. Composto a turma agressora estava Pedro Mineiro, um dos mais conhecidos praticantes da luta no estado durante a República Velha. A investida, que resultou na morte de dois militares, na verdade era uma reação a um primeiro entrevero acontecido alguns dias antes. Posteriormente, Mineiro sofreria um atentado por parte de um marujo no interior da Chefatura de Polícia, vindo a falecer mais tarde no Hospital Santa Izabel. Como causa aparente do “crime do Saldanha”, uma referência à rua onde se deu o tumulto, Dias identifica uma disputa por mulheres, algo bastante comum à época.

A presença feminina nas calçadas defronte a Escola, aliás, era igualmente um fator que poderia desviar o foco dos menores em relação às suas responsabilidades. Segundo ocorrência registrada em 6 de novembro de 1940, o jovem Carlos Pedro da Silva “abandonou o seu posto para ir conversar com uma mulher” que se encontrava no passeio da instituição. Advertido pelo sargento Durval Lima, ainda “respondeu de forma imoral” ao seu denunciante. De igual maneira, em 30 de julho de 1941 o recruta Waldomiro Queiroz, mesmo sabendo ser proibido manter contato através das grades, “estava o fazendo com duas mocinhas que passavam” pela rua. Pelo comportamento, terminou punido com dois dias de prisão rigorosa. Já em dezembro de 1938, Aloísio Tavares, na condição de cabo de quarto, “deixou o serviço em abandono” para dialogar com uma meretriz, de acordo com o sargento José Freire. Assim como o aluno Waldomiro, foi condenado a cumprir pena no bailéu.<sup>141</sup>

Diante de tantos incômodos, a possibilidade de se transferir a Escola para outras regiões da capital como Monte Serrat ou Penha,



ambas na península de Itapagipe, era um assunto recorrentemente discutido na Armada. Na visão de alguns oficiais, além de a instituição estar localizada em uma zona comercial, sua insuficiência de espaço também pouco contribuía para com a formação dos meninos. No entanto, por várias razões, inclusive técnicas e infraestruturais, essa mudança jamais foi efetivada.<sup>142</sup> Como veremos no próximo item, com seu centro de ensino estacionado no mesmo sítio, os militares acabavam testemunhando muitos dos perigos que combatiam rotineiramente se concretizarem. Para os jovens recrutas, por sua vez, podemos supor que o “aprender a ser marinheiro”, suas manhas, rituais, segredos e tudo aquilo que lhe era próprio não se desse apenas em sala de aula ou nas relações internas com os colegas e superiores, mas também nas praças e becos de Salvador.

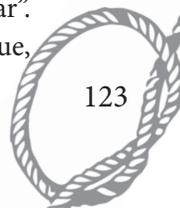
## O “ser” aprendiz fora da Escola

O modo mais comum de os aprendizes-marinheiros ganharem as ruas da capital baiana era através das licenças a que tinham direito. Segundo Rocha Filho, estas geralmente ocorriam aos sábados e domingos, sendo que pernoitar fora da Escola era algo proibido.<sup>143</sup> Muitos menores, porém, abusavam desse benefício, excedendo o tempo de folga que recebiam dos militares. Em 2 de novembro de 1938, por exemplo, Dia de Finados, os alunos Orlando Machado e Almir Leal ganharam do seu comandante o prazo de três horas para a “visitação aos mortos”. Todavia, enquanto o primeiro levou quase nove horas para regressar de terra, o segundo, de acordo com o sargento Duarte, apenas se reapresentaria mais de duas horas e meia após seu companheiro. Justificando sua falta, Orlando acabou absolvido. Almir, em contrapartida, não conseguiu oferecer uma razão convincente para o excesso de “preces”, sofrendo pena de um mês de impedimento.<sup>144</sup>

Outro modo de ausentar-se da Escola, este ilegal, era por meio das fugas. Em 28 de setembro de 1939, encontramos o caso dos aprendizes Orlando Silva e Antonio Amorim, que se evadiram para terra após o silêncio e apenas retornaram à 1h30 da madrugada. A dupla acabou punida com o pagamento de quatro horas de serviço noturno durante duas semanas. Já em 8 de março de 1942, o cabo Porfírio entregou aos superiores o número 56, Divaldo Fernandes, dizendo-lhes que o referido recruta, mesmo na condição de rancheiro, havia pulado o muro da instituição a fim de ganhar as ruas. Pela grave infração, a Divaldo foram aplicados dez dias de encarceramento. Conforme anotação realizada em 16 de agosto de 1940, essas escapadas poderiam igualmente ocorrer por via marítima. Às 19 horas daquela noite, os menores Artur Ribeiro da Silva e José Santiago conseguiram burlar a vigilância do praça de serviço e afastaram-se da Escola a bordo do bote Baleia.<sup>145</sup>

As debandadas, entretanto, não se davam única e exclusivamente a partir das instalações navais. Em 2 de maio de 1941, um grupo de recrutas liderado por um cabo aprendiz de identidade ignorada deixou a Escola, em formação, a fim de assistir a uma cerimônia religiosa na igreja de São Bento. Ao subirem o elevador Lacerda, porém, os menores Luiz Lemos, Osdeval Magalhães, João dos Santos, Orlando Carvalhal e Arnaldo Noronha, aproveitando-se de uma confusão, ludibriaram o encarregado e afastaram-se do grupo, tomando rumo desconhecido. De acordo com o suboficial Barbosa, que registra a ocorrência, o inusitado comportamento foi um desrespeito a ordens do próprio “senhor comandante”. À direita de suas ponderações, separado por algumas colunas, encontramos o castigo aplicado pela direção à turma de fujões: a proibição de sair do estabelecimento por um prazo de 30 dias.<sup>146</sup>

Tratando do cotidiano dos marujos nacionais no século XIX, Nascimento (2001, p. 105) afirma que, uma vez na rua, estes “sentiam a liberdade de não estarem presos à disciplina e à hierarquia militar”. Trilhando caminho semelhante, Kraay (2004, p. 259) sustenta que,



na referida época, “nos espaços sociais fora do alcance da vigilância dos oficiais, [...] uma sociabilidade informal e voluntária tomava o lugar da cultura do dever e da obrigação em que se assentava a disciplina militar”. Trazendo essas análises para a primeira metade dos Novecentos, a nosso ver também é possível associá-las às várias experiências que marcavam o dia-a-dia dos aprendizes-marinheiros baianos. Contudo, apesar das diferenças existentes entre os momentos de folga e de serviço, as fontes nos mostram que, mesmo no ambiente externo à instituição, a liberdade gozada pelos jovens era bastante relativa. Isso tanto para aqueles que fugiam quanto para os legalmente licenciados.

Onde quer que estivessem, a probabilidade dos meninos se encontrarem com algum superior disposto a repreendê-los ou denunciá-los ao Comando era significativa. Em um desses episódios, ocorrido em 24 de fevereiro de 1941, um grupo de seis recrutas acabou flagrado pelo sargento Paula Rosa quando viajava indevidamente no estribo de um bonde. Em função do “desinteresse pelas ordens recebidas”, todos tiveram uma de suas licenças retirada. Passados quase cinco meses, seria a vez do recruta 49, Plínio Guimarães, ser pego fumando em plena praça da Piedade pelo implacável “caçador”. Colocado no livro, o rapaz teve duas folgas perdidas. Apenas quatro dias mais tarde, nos deparamos com o caso do aprendiz número 13, Francisco Alves da Silva, que, não satisfeito em transitar pela cidade sobre o degrau do bonde, ainda o fazia com um cigarro na boca. Surpreendido pelo sargento Durval Lima, o menor seria preso por 48 horas em virtude da dupla violação.<sup>147</sup>

O exercício desse controle em tempo integral pode ser interpretado a partir de uma discussão trazida à tona por Carvalho (2005, p. 13). Reportando-se às organizações militares de uma maneira geral, o autor afirma que estas possuem existência própria e são dotadas de “grande complexidade”. Propõe que, pelo fato de “envolverem todas as dimensões da vida de seus membros” e requererem destes “uma radical transformação de personalidade”,

elas se adequam àquilo o que Goffman (1974, p. 11 e 16-17) classifica em seus estudos como “instituições totais”. Recorrendo ao sociólogo, este nos diz que uma instituição total pode ser definida como “um local de residência e trabalho”, onde “grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Mais à frente, apresenta uma subdivisão dessas instituições. Na listagem daquelas que, segundo ele, são criadas “com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, encontram-se os quartéis, navios e as escolas internas.

Com passagem pela Escola em 1943, o ex-interno Washington Trindade lembra-se que, para entrar nos cabarés situados no Comércio, ele e seus companheiros muitas vezes utilizavam disfarces no lugar das fardas.<sup>148</sup> Porém, nem mesmo nessas situações mais íntimas os menores conseguiam se livrar da vigilância imposta pelos militares. Conforme notificação processada em 31 de abril de 1940 pelo cabo Arlindo Soledade, o aluno número 69, Gilcepe dos Santos Araújo, havia sido por ele encontrado, às 21 horas da noite anterior, em uma das casas do baixo meretrício que funcionavam na área. Estando na companhia de mais um colega, o rapaz foi então chamado pelo cabo, o qual tentou fazê-lo “sentir e compreender que aquele local lhe era impróprio, mesmo por serem os aprendizes considerados de menor idade”. Tal diálogo, argumenta ainda o denunciante, teve como único objetivo aconselhar seu subordinado, posteriormente castigado com 15 dias de impedimento.<sup>149</sup>

Essas infrações relacionadas à sexualidade dos recrutas também eram praticadas no interior da própria Escola. Em 15 de abril de 1941, Joseti Pereira da Rocha foi posto na caderneta por circular na instituição com “páginas de livros pornográficos”. Ao ser interrogado se o material de fato lhe pertencia, tomou uma atitude de “superioridade e consciência”, replicando ao seu superior “que era homem e podia andar com as referidas páginas”. Cerca



de um ano antes, no dia 5 de abril, outro aprendiz, Hermes do Nascimento Palmeira, havia sido flagrado enquanto “masturbava-se no alojamento, depois do silêncio”. Dentre os que testemunharam contra ele, estavam seus camaradas de números 7 e 9. Já em 14 de março de 1940, Teodomiro Barboza foi acusado pelo cabo Carlos Massur de “alisar o rosto” de seu colega 55 no momento da aula. A despeito de ter negado o episódio, o jovem terminou perdendo suas licenças por oito dias.<sup>150</sup>

Assim como as visitas aos bordéis, outro temor dos oficiais que habitualmente se confirmava era o consumo de bebidas alcoólicas. Neste sentido, o caso envolvendo o aprendiz 76, Mário Costa Sousa, é emblemático. Em 11 de abril de 1941, o próprio comandante da Escola na oportunidade, capitão-de-corveta Mário Câmara Hoffmann, expunha no livro de infrações ter tido a notícia, por meio do sargento Conceição, de que o referido menor “achava-se embriagado em terra, na residência de conhecidos seus, portando-se de maneira inconveniente”. Passados somente quatro dias, repetindo um raro procedimento aos diretores da casa, o militar escreveria que, através de informações fornecidas pelo sargento Rosa, ficara sabendo que o mesmo aluno havia retornado da rua, na véspera, “com veementes indícios de ter-se embriagado”. Incapacitado de frequentar as aulas e os exercícios naquele dia, acrescenta a nota, Mário seria condenado a mais de uma semana de prisão.<sup>151</sup>

Ébrios ou não, as chances dos recrutas se envolverem em questões mais sérias eram similarmente consideráveis. Em 15 de janeiro de 1939, por exemplo, o alistado João Alberto dos Santos teve seu nome adicionado ao diário de controle por ter “provocado desordem” durante os festejos referentes à lavagem da igreja do Bonfim. Quase três meses mais tarde, seria a vez do seu companheiro de turma Waldir Marques também ser punido, pelo fato de ter “desacatado a autoridade dos guardas” por ocasião de uma partida de futebol no campo da Graça. Tal postura, de acordo com o registro efetuado, supostamente teve a conivência dos aprendizes números

25 e 30, Manoel Santos Filho e Moacyr Gonçalves, que faziam companhia a Waldir. Já em fevereiro de 1941, o interno 87, Antonio Carlos Mattos, teve duas licenças caçadas por ferir o rosto de um menino que transitava pela rua Chile. A ocorrência, entretanto, infelizmente não traz maiores detalhes sobre a refrega.<sup>152</sup>

Em 22 de fevereiro do ano seguinte, uma nova confusão chegaria ao conhecimento da Escola. Às 8h15 daquela noite, o suboficial Barbosa recebeu um telefonema da Polícia, em que esta lhe solicitava providências em relação a um grupo de recrutas que “procurava invadir” um recinto chamado Parque da Mocidade, apesar dos seus dirigentes terem informado que o acesso só seria liberado mediante pagamento. Prestada a queixa, o sargento Muniz, do Corpo de Fuzileiros Navais, foi deslocado “a toda pressa” para o local, juntamente com dois maiores, a fim de “investigar o vexatório acontecimento”. Após as averiguações, descobriu-se que Valter Mussuly e Elias Jorge Heine, promotores do incidente, além de terem forçado sua entrada, tentaram persuadir seus colegas 120 e 132 a pedir a restituição do valor pago pelos ingressos. Diante da questão, Barbosa garantia ao Comando que “todas as iniciativas” haviam sido tomadas “com o único objetivo de manter a devida disciplina”.<sup>153</sup>

Em determinadas circunstâncias, porém, os policiais não se limitavam apenas a noticiar à Marinha sobre os problemas surgidos, cabendo a eles próprios a apreensão e condução dos transgressores à Escola. Um desses recrutas, Josué Waldomiro da Silva, foi preso nas Pitangueiras, área sob a jurisdição do 1º Distrito de Brotas, na noite de 11 de janeiro de 1915. Apresentado na manhã seguinte à instituição militar, após permanecer três dias ausente sem licença, ele seria recusado pelos oficiais “por já não mais fazer parte do efetivo”.<sup>154</sup> Quase cinco anos antes, por motivos distintos, outro aluno, José Pedro da Silva, havia sido encaminhado aos superiores pelo chefe de Polícia da capital. Segundo este, ao cruzar a Baixa dos Sapateiros às 17 horas do dia 21 de agosto de 1910, o respectivo menor estava “de navalha em punho e em estado de embriaguez”. Frente àquela cena, a

autoridade orientou então que sua ordenança desarmasse e detivesse o aprendiz.<sup>155</sup>

Atendo-se ao período compreendido entre o final dos Oitocentos e início do século XX, Nascimento (2004, p. 330) afirma que, na época, “marinheiros não tinham tanto respeito por policiais e vice-versa”, havendo “grande rivalidade entre eles”. Uma das causas apontadas pelo autor para que tal sentimento fosse nutrido eram justamente as “incessantes incursões” dos guardas e delegados em torno da marujada. Para esta, o fato da Polícia assumir em terra “o lugar de seus comandantes”, indivíduos cujo poder já tinha de se “aturar e respeitar” durante a semana, era algo difícil de ser acatado. Analisando as fontes referentes aos nossos aprendizes, notamos que essas tensas relações foram preservadas com o passar do tempo.

Palma Netto, por exemplo, narra que,

[...] certa vez, quando demoliram as edificações que ocupavam a área que constitui hoje o largo da Sé, surgiu um barulho, desses muito comuns entre militares de corporações diferentes. [...]. Há ataques covardes de ambas as partes, consumados por turmas que lincham um ou dois desgarrados da turma contrária. [...] O barulho era com soldados da Força Pública estadual, justamente aqueles com quem mais implicam os militares de primeira linha. Depois de muitos “combates”, resultou que no da praça da Sé os aprendizes estavam com mais “esquadrias” e surravam uns tantos soldados, apanhados na “emboscada” de uma festa religiosa, nas proximidades (PALMA NETTO, 1984, p. 50).

O também ex-aluno Luiz Rocha Filho, por sua vez, além de relatar outro evento semelhante, nos oferece mais um possível motivo para as desavenças existentes entre policiais e marujos:

Existia um problema muito sério que era o desentendimento entre soldado de Polícia [...] e o marinheiro. Porque a maioria dos soldados [...] eram candidatos que não conseguiram entrar pra Marinha, mas entraram pra Polícia. Então eles tinham aquela [...] mágoa, aquele ressentimento, aquela rixa porque não tinham entrado pra Marinha, e então achavam que deviam descontar na gente. [...]. Passando pra ver uma namorada que eu tinha lá [...] pro lado dos Alagados, [...] passei pela feira do Curtume, e ali tinha uma penitenciária [...] e muitos soldados. [...]. E um soldado daqueles, por mais que eu tenha tido o cuidado de não me encontrar com ele [...], me jogou do passeio embaixo. Aí eu: “me desculpe, meu amigo, eu não vinha prestando atenção, não lhe vi. Me bati com você, mas você não me leve a mal, não”. “Não, não, você é um marinheiro educado. A culpa foi minha porque eu não lhe dei passagem”. Aí passei lá pela linha férrea e fui lá pelo meu caminho, beirando a estrada, pra ver a namorada. E quando eu cheguei num lugar lá perto, lá pelo fundo do São Caetano, onde tinha uma pedreira, [...] quatro soldados me atacaram. [...]. Felizmente que apareceu um cabo que tinha conversado comigo uma semana antes, falando sobre esse problema do desentendimento entre marinheiros e soldados de Polícia. [...]. E por felicidade minha, esse cara [...] me tirou do embaraçado.<sup>156</sup>

Ser um aprendiz de marinheiro nas ruas de Salvador, entretanto, não se resumia a embriagar-se com os amigos, conquistar novos amores ou enfrentar grupos rivais. Logo em sua primeira folga como recruta, Palma Netto (1984, p. 39), ao chegar em casa, satisfez de imediato seu “desejo de ser visto fardado” pelos familiares. Em seguida, ganhou novamente os logradouros da capital “sem propósito”, apenas para perambular e exibir seu uniforme. Andou, diz ele, “até que os calos produzidos pelas botinas novas e grosseiras quase tolhessem os passos”. Já Hilton Mendes Moreno recorda-se que, na condição de “fomentador das marchas”, gostava de evoluir em formatura pela Cidade Baixa, apresentando-se aos moradores da área.<sup>157</sup>

Em ambos os casos, percebemos que ser um aspirante à Marinha de Guerra para além dos limites da Escola poderia também significar uma espécie de suntuosidade; um modo de os meninos, dentro de sua pobreza material, se fazerem notados por uma sociedade muitas vezes incompreensível e repleta de contradições.

## Fixando as amarras

Levando-se em conta aquilo o que nas últimas décadas vem se discutindo no campo das ciências humanas, acreditamos que o ofício do historiador, em essência, seja o de interpretar analiticamente o passado e não comprovar fatos ou apontar para supostas verdades. Seu trabalho investigativo, incluindo os métodos e propósitos, a nosso ver conserva diferenças pontuais em relação ao de um detetive policial, por exemplo, não devendo, portanto, ser confundido com o mesmo. Assim, ressaltamos que este livro busca problematizar os aprendizes-marinheiros da Bahia e sua escola a partir das fontes localizadas. Longe de qualquer proposta de se atingir uma reconstituição histórica precisa – missão fora dos propósitos da historiografia atual –, nosso desejo é de apenas lançar um olhar crítico na direção dos jovens marujos e do universo no qual estavam inseridos, gerando reflexões a seu respeito.

Nessas páginas, pudemos notar que a educação apresentava-se como uma das principais ferramentas utilizadas pelas autoridades republicanas, na primeira metade do século XX, com vistas a atingir as transformações sociais por elas ansiadas. Além disso, o sistema de ensino arquitetado ajustava-se de forma diferenciada a depender da camada da sociedade, tinha como alvo prioritário os indivíduos mais jovens e, em linhas gerais, era aplicado dentro dos moldes militares. Neste contexto, a Marinha de Guerra, mais precisamente a Escola de Aprendizes-Marinheiros, desempenhava importante papel no cenário educacional baiano à época. Atendendo não só a menores

residentes em Salvador, mas também oriundos de outros municípios e unidades federativas, a instituição constituía-se como uma das poucas alternativas de formação básica e profissional voltada à infância pobre no estado.

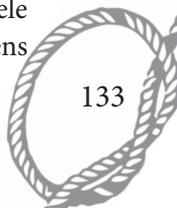
O leque de trajetórias dos candidatos que chegavam à Escola era bastante diversificado, sendo que a maioria deles, segundo as fontes, tinha sua matrícula efetuada pelos próprios genitores. Uma das razões para estes alistamentos era a difícil situação socioeconômica enfrentada pela família do menor. Afinal, diante da ausência de perspectivas, o amparo educativo e material proporcionado – ou pelo menos prometido – pela Armada aos meninos mostrava-se como uma oportunidade rara e das mais atraentes. Outro principal estímulo a inúmeros pais recrutarem seus filhos nas fileiras navais, ainda que identificar esse tipo de situação nas fontes não seja tarefa das mais fáceis, era a ociosidade e o mau comportamento destes. Uma vez entregues à carreira militar, havia a esperança de que, através de métodos mais rigorosos, seus rebentos pudessem aprumar-se na vida.

Contudo, nem todos os menores que participavam dos processos seletivos da instituição tinham pais vivos ou conhecidos, não gozando, assim, da convivência familiar. Em geral, órfãos e abandonados eram conduzidos à Escola por tutores, casas assistenciais e, em particular, pelo poder público, através de magistrados e representantes da Polícia. A partir da década de 1920, porém, a documentação nos mostra um gradual decréscimo desse tipo de recrutamento, até sua quase extinção, o que nos faz cogitar a hipótese de a medida estar relacionada, dentre outros fatores, à Revolta de 1910. Logo após seu desfecho, a Marinha, por meio do ministro Marques de Leão, manifestava abertamente sua inquietação e descontentamento quanto à continuidade das matrículas de jovens enviados às escolas pelas secretarias estaduais da Segurança Pública.

Grandes responsáveis por completar as lacunas abertas na tropa pelo motim de 1910, os aprendizes apenas se tornariam a principal fonte supridora dos quadros navais justamente a partir dos anos de 1920, substituindo os homens que eram arregimentados via voluntariado. Até que as escolas se consolidassem nessa época como a mais importante porta de entrada na Marinha, foi necessário aperfeiçoá-las, inclusive no que diz respeito aos critérios de seleção de novos recrutas, como já abordado. Além dos menores órfãos e abandonados, gradualmente diminuídos na documentação examinada, ao que se supõe era ideia da corporação evitar o ingresso de candidatos com nível de conhecimento muito aquém do desejado. Entretanto, a despeito dos cuidados que, em tese, os almirantes tentaram aplicar a esse processo de mudança, enxergamos na prática a ocorrência de problemas no que se refere à captação de pessoal e no funcionamento da Escola como um todo.

Engrossando as turmas de aprendizes, finalmente nos deparamos com os jovens que, cheios de sonhos e deslumbrados com elementos ligados ao mar que povoavam seu imaginário, buscavam espaço nas guarnições dos navios de guerra por livre e espontânea vontade. Aqui, incluímos especialmente aqueles que residiam em localidades costeiras. Sobre a origem geográfica dos alunos, aliás, verificamos que, seguindo determinada linearidade, grande parte deles morava na própria cidade do Salvador. Igualmente regulares, todavia em menor número, estavam os postulantes oriundos do interior, em particular da região do Recôncavo e de outros municípios do litoral baiano. Em alguns períodos, também nos chama a atenção as expressivas levas de forasteiros vindos de estados como Sergipe e do Distrito Federal que, por vários motivos, chegavam à Escola com o intento de conseguir uma vaga.

Sobre os métodos do curso, percebemos esta amparada de forma preponderante no racionalismo e – supostamente – no positivismo, elementos bastante disseminados no sistema educacional daquele período. Além disso, dividida a preparação dos discentes em três itens



essenciais, esta, ao que parece, recebia tratamento distinto por parte da Armada. Contrastando com a ausência da disciplina Redação e a presumida menor importância dada a outras, a exemplo de História e Geografia, as matérias integrantes do chamado ensino elementar mais comentadas nas fontes são Língua Portuguesa e Aritmética. Do mesmo modo, mais que aprender a ler ou efetuar contas, a análise dos documentos nos sugere que a capacitação técnico-profissional e as aulas de educação moral e cívica destacavam-se como os eixos fundamentais na formação dos futuros marinheiros.

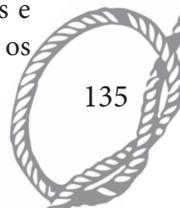
No que se refere ao desempenho escolar dos jovens nas matérias ministradas, notamos que grande parte deles obtinha resultados iniciais bastante insatisfatórios. Passado esse primeiro momento, de um modo geral, observamos uma sensível melhoria em seu rendimento nos meses subsequentes. Contudo, a despeito desses progressos alcançados por muitos, averiguamos que os índices de reprovação, a depender do grupo, poderiam ser significativamente altos. Isso, em particular nas disciplinas do ensino básico, a exemplo de Português e Matemática. Aos que reincidiam de forma exagerada nas notas baixas e, na opinião dos examinadores, não reuniam condições de acompanhar o curso, o destino habitual era seu desligamento. Mesmo já no Rio de Janeiro, para onde seguiam após aprovação, encontramos vários meninos sendo devolvidos pela Marinha a Salvador por falta de capacitação.

Podemos associar essas reprovações a uma série de causas. Em primeiro lugar, identificamos a própria metodologia do curso, provavelmente não muito cativante aos olhos de grande parcela dos alunos, bem como a ausência de uma didática mais adequada da parte de determinados mestres e instrutores. Além disso, não devemos nos esquecer que diversos candidatos chegavam à Escola de modo forçoso, através de juizes de Direito, delegados de Polícia, estabelecimentos assistenciais ou mesmo de seus pais. É coerente concebermos que muitos deles, em protesto à ação ou por pura falta de sintonia com a carreira naval, não evidenciassem

o interesse e o empenho necessários nas aulas e verificações, sendo, portanto, reprovados. Outros aspectos que certamente interferiam nos resultados dos internos eram a recorrente vacância de funções e a carência orçamentária da instituição, esta última diretamente relacionada às suas fragilidades infraestruturais.

Estruturada tal qual um navio de guerra, a Escola possuía uma hierarquia formada por um estado-maior, do qual faziam parte o comandante, o imediato, demais oficiais e professores, e um estado-menor, composto pelo fiel, instrutores militares e os outros praças. Na base dessa pirâmide localizavam-se as turmas de aprendizes. Quanto à rotina dos recrutas no ambiente escolar, este, igualmente, mantinha várias semelhanças com a vida em alto-mar, de modo que seus dias eram programados obedecendo a horários bastante rígidos. Seguir um cronograma de atividades sistematizado, porém, era apenas um dos itens que compunham o código disciplinar proposto pelos militares. Aliado a este aspecto, nos deparamos com a observância da aptidão para a carreira, o entusiasmo e a galhardia militar, além da correção de conduta dos alistados. Para os que lograssem êxito, condecorações eram outorgadas. Já para os que fugissem às normas, caberia a aplicação de um leque de castigos.

A tipologia dos comportamentos que, na concepção da Marinha, deveriam ser tratados como violações é bastante rica. Dentre as mais comuns, podemos mencionar a falta de zelo dos recrutas para com seu fardamento e o hábito de fumar às escondidas. Passando às faltas que, a nosso ver, podem ser consideradas como mais graves, citamos as agressões físicas e verbais a colegas, além dos gestos de desobediência aos superiores. Um dos principais motivos para a prática dessas infrações era, em nossa concepção, a pouca idade apresentada pelos alunos. Da mesma maneira, enfatizamos mais uma vez que vários deles eram alistados compulsoriamente, fato que poderia levá-los a reagir de modo negativo ao universo naval. Por fim, analisando certas contravenções, a exemplo das ofensas e lutas corporais, estas podem ser entendidas como uma forma de os



internos se defenderem deste referido universo, por vezes estranho, hostil e injusto aos seus olhos.

Como visto, no entanto, as tensões e ameaças internas não eram as únicas a provocar inquietude nos militares. Fosse através das licenças a que tinham direito ou por meio das sornateiras e frequentes fugas, grande parte dos recrutas ganhava as ruas da capital em busca de jogos, mulheres, bebidas, entre outros prazeres e diversões. Muitas vezes, porém, esses deleites poderiam se converter em badernas em espaços públicos e disputas com grupos externos, especialmente policiais. Tanto nestas quanto em situações mais corriqueiras, como fumar ou viajar nos estribos dos bondes, as chances dos menores serem flagrados pelos praças – responsáveis pela disciplina também fora da Escola – eram significativas. Por meio das entrevistas realizadas com ex-alunos e da obra memorialista de João Palma Netto, contudo, percebemos que ser um aprendiz-marinheiro nas vias de Salvador poderia igualmente ter outras simbologias e contemplar outros tipos de necessidades.

Após ousar romper vagas de maior envergadura, chega o momento de nossa embarcação regressar ao seu porto de origem. Diante da carga que trazemos sobre seu convés e no interior dos porões – fruto da experiência vivida –, os danos ao seu casco e a exaustão deste timoneiro tornam-se consequências menores. Assim como geralmente ocorre com outros estudiosos que singram o mar da história, retornamos transformados em relação à maneira como partimos. Para aqueles navegadores que um dia desejarem seguir rotas semelhantes, o acesso a fontes por nós não localizadas e/ou a opção por novas interpretações poderão em muito enriquecer os debates em torno dos aprendizes-marinheiros da Bahia na primeira metade do século XX. Do mesmo modo, é possível que futuras investigações sobre outras escolas de aprendizes tragam relevantes contribuições para que nos aproximemos um pouco mais não só dos pequenos recrutas, mas também da Armada Nacional à época.

## Notas

1 Sobre os alistamentos realizados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no ano de 1937, ver AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 706-81.

2 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 754-58 e 768.

3 Sobre a questão, ver CARVALHO, 1987.

4 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 47 e 138.

5 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 304, 305, 307, 311, 315, 323, 327, 343, 349, 352, 370, 373, 374, 377 e 384.

6 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.

7 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168 e 25169.

8 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061. Sobre a lotação da Escola no referido ano, ver *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (1931). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1932, p. 803.

9 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 25, 26, 41, 48, 57, 68, 84, 94, 101, 111, 113, 115, 119, 120, 126, 131, 135, 140, 141, 144, 149, 152, 155, 156, 161, 162, 164 A, 170, 174, 175, 177, 181.

10 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 476, 478 e 480; e est. 25169, termo 517.

11 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 24 ago. 1910, p. 3; e 2 set. 1910, p. 1.

12 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, em 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 36.

13 UM OFICIAL da Armada (José Eduardo de Macedo Soares). *Política versus Marinha*. [S.l.: s.n.], [1911?], p. 86.

14 Realidade nas escolas de aprendizes-marinheiros desde os Oitocentos, o autor a classifica como uma “prática institucional perversa”. Em geral, foi somente no início do século XX que as autoridades passaram a perceber a “necessidade de criar espaços distintos para os delinquentes e para os abandonados”. (PANDINI 2006, p. 13).

15 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documentos s/n.

16 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Júlio César de Noronha, em 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 60.

- 17 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 30-31.
- 18 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 30-31.
- 19 *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 4-5.
- 20 ESCOLAS de aprendizes-marinheiros: vantagens do alistamento. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 1907, p. 22.
- 21 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12091, documento s/n.
- 22 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.
- 23 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 197, 218 e 265. Para o total de aprendizes alistados no ano de 1930, ver termos 189-286.
- 24 ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.
- 25 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12090, documento s/n.
- 26 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 2, 3, 19, 19A e 20.
- 27 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termos 26 e 117.
- 28 MORENO, Hilton Mendes. Entrevista concedida em jan. 2007.
- 29 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 6-7.
- 30 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12860, documento s/n.
- 31 AM, est. 12090, documento s/n.
- 32 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 845-944.
- 33 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 579-85, 587, 589, 590, 592, 594, 682-85, 688-90, 692, 693, 697-700, 727-35, 737-43, 761, 764, 770 e 779.
- 34 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente ao período 1937-1939*. Rio de Janeiro, [s.d.], p. 177.
- 35 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 614, 616, 626, 632, 642, 651, 653-59, 661, 671-76, 717-24, 791, 792, 819 e 821-23.
- 36 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25169, termos 565, 571, 601, 637, 680, 702, 716, 770A, 800, 807, 912, 915, 920, 940, 941 e 944.
- 37 ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.
- 38 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 21-22.
- 39 *UMA PROPAGANDA necessária*. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, abr. 1908, p. 13.
- 40 APMI, *Jornal Oficial*, Itabuna, 12 maio 1942, p. 8.

- 41 BPEB, *Estado da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1937, p. 3.
- 42 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, p. 3.
- 43 O HOMEM do mar. *Poder naval*, Rio de Janeiro, 1984, p. 4-5.
- 44 AS ESCOLAS de aprendizes bastarão?. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 56, fev. 1912, p. 9.
- 45 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, p. 1-3.
- 46 *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935.
- 47 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha* (referentes a 1903 e 1905). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904; 1906, p. 58 e 57, respectivamente.
- 48 De acordo com os Almanques, variações numéricas semelhantes também se verificam em outras escolas de aprendizes-marinheiros, corroborando com a nossa perspectiva de análise.
- 49 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar* (referentes a 1913 e 1917). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1914; 1918, p. 191-93 e 122, respectivamente.
- 50 Sobre a citada matéria, ver CONFRONTOS e sugestões. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 32, Rio de Janeiro, fev. 1910, p. 13-14.
- 51 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha* (referentes a 1905, 1907 e 1913). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1906; 1908; 1914, p. 61, 43 e 196, respectivamente.
- 52 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente a 1937-1939*. Rio de Janeiro, [s.d.], p.178. Sobre a fórmula do curso para aprendiz no período, ver *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.
- 53 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25171, Livro de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935).
- 54 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 33.
- 55 *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes a 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Naval, 1912-1935; e ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado*: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (*fac-simile*). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 183.

56 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar* (referentes a 1915 e 1916). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916; 1917, p. 45 e 95, respectivamente; BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 29 dez. 1915, p. 1.

57 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha* (referentes a 1905 e 1913). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1906; 1914, p. 61 e 196-97, respectivamente.

58 *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes a 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Naval, 1912-1935; e *A MARINHA de Guerra e o canhão. Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, nov. 1907, p. 5.

59 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 50.

60 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 19-20.

61 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 11-13; e 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5.

62 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 11-13; e 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5.

63 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 5.

64 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.

65 BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 32, parte 1 – t. 48, parte 2, 1886, p. 203; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1925*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1926, p. 29.

66 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 11; e *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 5-6.

67 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25171, p. 14.

68 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25168, termo 404; e 25171, p. 14-15, 26, 28, 31, 33 e 36.

69 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 2-3.

70 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, em 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1917, p. 104.

- 71 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12096, documento s/n.
- 72 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.
- 73 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 1-2. As normas para recrutamento de 1925 previam a eliminação de candidatos alcoólatras, “débeis mentais”, “atrasados escolares em geral” e portadores de doenças agudas e crônicas. (O FUTURO marinho. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jul. 1925, p. 169).
- 74 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 19.
- 75 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha* (referentes a 1929 e 1939). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1930; 1940, p. 31 e 115, respectivamente.
- 76 *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (referentes a 1923, 1926, 1929, 1933 e 1934). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1924-1935, p. 436, 583, 927, 746 e 756, respectivamente.
- 77 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913, p. 110.
- 78 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 2.
- 79 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 22 abr. 1910, p. 3.
- 80 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913, p. 108-9.
- 81 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n; e ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado*: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (*fac-simile*). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 183.
- 82 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem* (referentes a 1937-1939 e 1941). Rio de Janeiro, [s.d.], p. 177-78 e 195, respectivamente.
- 83 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 27.
- 84 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5 e 11.
- 85 AHMS, Processos e documentos militares federais, Intendência (1890-1927), cx. única, documento s/n.
- 86 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documentos s/n.

- 87 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 12-13; e 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 17.
- 88 O FUTURO marinheiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jul. 1925, p. 169.
- 89 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.
- 90 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 12.
- 91 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 16; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, doutor Raul Soares de Moura, em 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1920, p. 99.
- 92 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha* (referentes a 1918 e 1919). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1919; 1920, p. 118 e 99, respectivamente. Sobre a questão, ver SOUZA, 2005.
- 93 BPEB, *A Tarde*, Salvador, 1º out. 1918, p. 1.
- 94 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12091, documento s/n.
- 95 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n.
- 96 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12091, documentos s/n.
- 97 AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 12.
- 98 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1915, p. 5.
- 99 APEB, SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 13; e AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12096, documentos s/n.
- 100 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12096, documentos s/n; BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 14 dez. 1915, p. 5; 13 jan. 1916, p. 5; e BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert e Co., 7. ed., 1910, artigos 294-98.
- 101 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 45-46.
- 102 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 dez. 1937, p. 1; e PALMA NETTO, 1984, p. 40-41.
- 103 *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 5-7.
- 104 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 25171, p. 2 e 4; e 25168, termos 78 e 124.
- 105 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1914, p. 196; e BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 dez. 1937, p. 1 e 3.

106 *RELATÓRIO do Ministério da Marinha relativo ao ano de 1925*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1926, p. 29.

107 Inscrições nas capas dos livros de contravenções relativos a 1938-1939 e 1939-1940 indicam que os mesmos correspondem aos 14º e 15º tomos pertencentes à Escola, respectivamente. Os dados nos levam a concluir que os livros, pelo menos sob esta denominação, somente começaram a ser adotados pela instituição na década de 1920.

108 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 6; e 26432, p. 60.

109 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 33; e 26430, p. 7 e 34.

110 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 1; e 26429, p. 38.

111 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 33; e 26429, p. 86.

112 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 29.

113 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 24; 26430, p. 53; e 26431, p. 37.

114 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26429, p. 98; e 26432, p. 47-48.

115 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 16.

116 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 4-5 e 50.

117 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 19-20 e 48.

118 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26429, p. 14; 26431, p. 1; e 26432, p. 9.

119 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26430, p. 66; e 26431, p. 61.

120 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 29; 26429, p. 10 e 67; e 26430, p. 96.

121 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 2 e 16; e 26430, p. 94.

122 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 26 set. 1910, p. 1; e 27 set. 1910, p. 5; e AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12091, documento s/n. Sobre o referido amadurecimento, podemos apontar algumas consequências da revolta de 1910, a exemplo da abolição da Companhia Correccional (responsável pelos castigos), além da instituição de um novo código penal para a Armada (1911), da Auditoria de Justiça Militar (1919) e de um Regulamento Disciplinar para a Marinha (1923). Ver ROCHA, 1985, p. 91.

123 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 4, 11, 13-14, 16-18, 25-26 e 43.

124 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 20-21.

- 125 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Júlio César de Noronha, em 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 60; e *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 8.
- 126 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26429, p. 36; e 26430, p. 88.
- 127 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26432, p. 17.
- 128 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 8; e 26430, p. 11 e 74.
- 129 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 24 jul. 1919, p. 7.
- 130 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 32-33.
- 131 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 7 e 9.
- 132 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República pelo ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente ao período 1937-1939*. Rio de Janeiro, [s.d.], p. 176.
- 133 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1910, p. 5.
- 134 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 22 ago. 1910, p. 5.
- 135 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documentos s/n.
- 136 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 3 dez. 1915, p. 1.
- 137 AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 8; e Divisão de Documentos Escritos, est. 12105, documentos s/n.
- 138 BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 11 maio 1910, p. 3.
- 139 APEB, SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 14.
- 140 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26430, p. 40.
- 141 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 13; 26430, p. 19-20 e 26431, p. 56.
- 142 AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 35-39.
- 143 ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.
- 144 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 10.
- 145 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 89; 26429, p. 88; e 26432, p. 84.
- 146 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26430, p. 88-89.
- 147 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26430, p. 40; e 26431, p. 47 e 51.
- 148 TRINDADE, Washington. Entrevista concedida em jan. 2007.
- 149 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26429, p. 35.

- 150 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26429, p. 17 e 24; e 26430, p. 75.
- 151 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26430, p. 78.
- 152 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26428, p. 23 e 44; e 26430, p. 40.
- 153 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 26432, p. 77-78.
- 154 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12095, documento s/n; e APEB, SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 12.
- 155 AM, Divisão de Documentos Escritos, est. 12091, documento s/n.
- 156 ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.
- 157 MORENO, Hilton Mendes. Entrevista concedida em jan. 2007.

## Referências

### ARQUIVOS E BIBLIOTECAS VISITADOS

Arquivo da Marinha (DPHDM).

Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Arquivo Público do Estado da Bahia.

Arquivo Público Municipal de Itabuna.

Biblioteca Central da UFBA.

Biblioteca da Faculdade de Educação da UFBA.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Biblioteca da Marinha (DPHDM).

Biblioteca da UCSAL – Campus da Federação.

Biblioteca do Departamento de Ciências Humanas da UNEB –  
Campus V.

Biblioteca Nacional.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia.

Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

### PERIÓDICOS

Arquivo Público Municipal de Itabuna:  
*Jornal Oficial*, Itabuna, 12 maio 1942.

Biblioteca Nacional:

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1938.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia:

*A Tarde*, Salvador, 1º out. 1918.

*Diário de Notícias*, Salvador, 22 abr., 11 maio, 15 jul., 22 ago., 24 ago., 2 set., 26 set., 27 set. 1910; 2 dez., 3 dez., 14 dez., 29 dez. 1915; 13 jan. 1916; 24 jul. 1919; 15 dez. 1937.

*Estado da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1937.

## **FONTES ORAIS**

MORENO, Hilton Mendes. Hilton Mendes Moreno: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 01 cassete sonoro (60 min.).

ROCHA FILHO, Luiz Marques. Luiz Marques Rocha Filho: depoimento [ago. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 01 cassete sonoro (60 min.).

TRINDADE, Washington. Washington Trindade: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 01 cassete sonoro (60 min.).

## **FONTES ESCRITAS**

### **Arquivo Público do Estado da Bahia**

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 14 jan. 1915. SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 12.

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao Chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 26 nov. 1915. SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 14.

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 6 dez. 1915. SSP, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 13.

### **Arquivo Histórico Municipal de Salvador**

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao intendente municipal de Salvador em 5 dez. 1900. Processos e documentos militares federais, Intendência (1890-1927), cx. única.

### **Arquivo da Marinha**

AVISO n. 0090, Ministério da Marinha, 24 jan. 1973, dispendo sobre a desativação da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1938-1939). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1939-1940). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26429.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1940-1941). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26430.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941). Estabelecimentos

e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26431.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941-1942). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26432.

LIVRO de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171.

LIVRO de notas mensais de aplicação e comportamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1929). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171.

LIVRO de papéis e demais documentos referentes ao alistamento e admissão dos aprendizes-marinheiros (1922). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12860.

LIVRO histórico da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 50490.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12090.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1914-1915). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1915). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12096.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1921-1922). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12105.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1928, apresentado pelo capitão-tenente comandante Teófilo de Faria. Chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1929, apresentado pelo capitão-tenente comandante Raul de Santiago Dantas. Chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1931, apresentado pelo capitão-tenente comandante Jorge da Silva Leite. Chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061.

TERMOS de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1934). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168.

TERMOS de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1934-1939). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169.

## FONTES IMPRESSAS

*ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935.

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. [1937]. Rio de Janeiro: Record, 1982. 239 p.

A MARINHA de Guerra e o canhão. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 5-6, nov. 1907.

AS ESCOLAS de aprendizes bastarão?. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 56, p. 9-11, fev. 1912.

BILAC, Olavo. Palavras aos meninos brasileiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 132, p. 8, jun. 1918.

BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert e Co., 7. ed., 1910.

BRASIL. *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., 1908.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, t. 16, parte 1, 1856.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 32, parte1 – t. 48, parte 2, 1886.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência – 1840*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, v. 11, 1841.

CAMINO, Luiz da. *Educação*: livro dos bons costumes. Bahia: [s.n.], 1913.

CONFRONTOS e sugestões. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 32, Rio de Janeiro, p. 13-14, fev. 1910.

CUNHA, Heitor Xavier Pereira da. *A revolta na Esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953. 108 p.

DECANIO FILHO, Ângelo A. *A herança de Pastinha*. 2. ed. Salvador: [s.n.], 1997. 103 p. (Coleção São Salomão, n. 3).

DIAS, Arthur. Ainda a instrução do pessoal. In: \_\_\_\_\_. *Nossa Marinha*: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910. cap. 9, p. 257-82.

ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado*: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (*fac-simile*). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004. p. 183-84.

ESCOLAS de aprendizes-marinheiros: vantagens do alistamento. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 22, jul. 1907.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 460 p.

FONSECA, Domingos. Ideias e opiniões: escolas de aprendizes-marinheiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 12-14, out. 1909.

FREXEIRAS, Raymundo. *As provas das minhas ideias* – Abrigo dos Filhos do Povo: pela causa da criança e o conflito social. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. 399 p.

GRAÇA, Luiz Autran de Alencastro. O conceito e o sentido da disciplina na Marinha. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7-8, 16 jan. 1938.

HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. [1866]. São Paulo: Martin Claret, 2004. 461 p.

LYRA, Márcio de Faria Neves Pereira de. *Tradições do mar*: usos, costumes e linguagem. 7. ed. Brasília: SRPM, 1999. 32 p.

O FUTURO marinho. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, p. 168-172, jul. 1925.

O HOMEM do mar. *Poder naval*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 1984.

PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá*: memórias de um marinho. Salvador: Jubiabá, 1984. 354 p.

REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha (vários, referentes

ao período 1905-1944). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Imprensa Naval, 1906-1945.

ROSAS, Paulo da Silveira. *Instrução moral e cívica para os alunos das escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964. 116 p.

UM OFICIAL da Armada (José Eduardo de Macedo Soares). *Política versus Marinha*. [S.l.: s.n.], [1911?].

UMA PROPAGANDA necessária. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 13, abr. 1908.

VINHAES, Augusto. A educação do pessoal. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 4, p. 569-601, out. 1925.

## ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. *Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)*. 1996. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOURDIEU, Pierre. *Sur le pouvoir symbolique*. *Annales*, Paris, v. 32, n. 3, p. 405-11, maio/jun. 1977.

DIAS, Adriana Albert. Malandragem e repressão no universo da capoeira baiana (região portuária – 1912-1937). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004. p. 831-40.

\_\_\_\_\_. Os “fiéis” da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 271-303, jun. 2005.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 89-116, 2001.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Cartilha analítica* de Arnaldo Barreto: um estudo do impresso produzido na Francisco Alves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício*: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972). 1995. 312 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se*: ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004. p. 731-40.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *Pequenos Aprendizes*: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NUNES, Antonietta D'Águiar. *Política educacional no início da República na Bahia*: duas versões do projeto liberal. 2003. 2 v., 541 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PANDINI, Sílvia. *A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná*: viveiro de homens aptos e úteis (1910-1928). 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan./abr. 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 20, n. 52, p. 104-21, 2000.

## LIVROS

ARAÚJO, Manoel Firmo Nazareno de. *Dezesseis lustros a serviço da educação na Bahia (1900-1980)*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas, 1983. 128 p.

ARIÈS, Philippe. A vida escolástica. In: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. cap. 2, p. 165-94.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 269-300.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 253 p.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. 371 p.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 7-37.

CAMINHA, Herick Marques. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 39-75.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 222 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 291-310.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 11-42.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984. 351 p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

COSTA, Paulo Segundo da. Internato N. S<sup>a</sup>. da Misericórdia. In: \_\_\_\_\_. *Ações sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto e Arte, 2001. cap. 4, p. 37-78.

COSTA, Veloso. Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. In: \_\_\_\_\_ . *A Marinha em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1987, p. 103-12.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 43-70.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996. 277 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. 262 p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996. 188 p.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982. 291 p.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 315 p.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993. 428 p.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Internados – os filhos do Estado padrasto. In: MARTINS, José de Souza. (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 155-80.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 237-68.

LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: EDUFRJ: Ipub, 1998. 227 p.

LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: \_\_\_\_\_. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. cap. 3, p. 75-105.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni (Org.). *História dos jovens: a época contemporânea*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17-47.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil – 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 53-80.

MARTINS, Helio Leoncio. Participação da Marinha no ciclo revolucionário – 1922-1938. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 121-49.

\_\_\_\_\_. A Revolta dos Marinheiros – 1910. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 101-227.

\_\_\_\_\_. Panorama dos primeiros anos da Marinha republicana. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 279-84.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999. 220 p.

MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código de menores dos Estados Unidos do Brasil* – comentado por Beatriz Sofia Mineiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929. 480 p.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 315 p.

MOUTINHO, Augusto César. *A sombra da guerra: o medo e a sobrevivência em um povoado baiano durante a Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Quarteto, 2005. 195 p.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fename, 1974. 400 p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 165 p.

\_\_\_\_\_. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 315-42.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 347-75.

PHILLIPSON, David. *Band of brothers: boy seamen in the Royal Navy*. Stroud: Sutton, 2003. 164 p.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). *República dos sciúscia: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Salesiana, 2004. 198 p.

RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. cap. 3, p. 117-62.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-54.

ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 67-99.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador: Edufba, 2003. 260 p.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 210-30.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001. 203 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 39-62.

SILVA, Marcos Antonio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 2002. 103 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 439 p.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 221-49.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 192-99.

VILLA, Marco Antonio. *O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997. 120 p.

## Glossário

**Almirantado.** Conselho de almirantes; corporação de oficiais-generais.

**Atracar.** Encostar e prender (a embarcação, a cais ou outra embarcação).

**Bailéu.** Prisão celular; solitária; cadeia.

**Belonave.** Navio de guerra.

**Calafate.** Aquele que veda as juntas, buracos ou fendas de uma embarcação.

**Caldeireiro.** Artífice que faz caldeiras e outros utensílios de cobre/ outro metal.

**Caldo.** Mergulho forçado que, geralmente por brincadeira, se dá em quem nada.

**Dreadnought.** Classe de encouraçados predominante no início do século XX.

**Divisão.** Grupo de alunos normalmente formado a partir da separação de um todo em categorias ou classes.

**Faina.** Atividade ou trabalho a cargo da tripulação de um navio.

**Fiel.** Encarregado por determinado setor de bordo na marinha de guerra.

**Foguista.** Encarregado das fornalhas nos navios a vapor.

**Fundear.** Deitar ferro ou âncora; ancorar.

**Grumete.** Marinheiro que está iniciando a carreira na armada.

**Imediato.** Na hierarquia naval, aquele que está logo abaixo do comandante.

**Navio-escola.** Embarcação destinada a prover treinamento a futuros tripulantes de navios de guerra ou mercantes.

**Obras de marinheiro.** Trabalhos como nós, falças, voltas, estropos e coxins, entre outros, realizados com os cabos de bordo; trabalho de marinheiros.

**Oficial.** Militar que exerce certo grau de comando. Na marinha de guerra, aqueles que possuem nível hierárquico acima de suboficial.

**Praça.** Militar de baixa patente. Na marinha de guerra, aqueles que estão abaixo de guarda-marinha.

**Rancheiro.** Responsável pelo preparo da refeição.

**Rancho.** Comida; refeição.

**Torneiro.** Artífice que trabalha ao torno (engenho em que se faz girar uma peça para lavrá-la, ou para arredondá-la).

Formato: 150 x 210 mm  
Fonte: Minion Pro, 11  
Miolo: Pólen Soft, 80 g/m<sup>2</sup>  
Capa: papel Cartão Supremo, 250 g/m<sup>2</sup>  
Impressão: abril / 2013

## **SOBRE O AUTOR**

### **Raul Coelho Barreto Neto**

Mestre em História Regional e Local (UNEB). Pós-Graduado em Comunicação de Massa (University of North London). Licenciado em História (UCSAL). Bacharel em Comunicação Social (UCSAL). Professor Substituto do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Autor do livro 'Flores ao mar: os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial' (Edição do autor, 2006). Membro dos grupos de pesquisas Populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil (CNPq) e Relações de poder, cidade, memória, tradições, religiosidade (CNPq).



[www.eduneb.uneb.br](http://www.eduneb.uneb.br)

ISBN 978-85-7887-061-4



9 788578 870614